

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Vicente Neves da Silva Ribeiro

**PETRÓLEO E PROCESSO BOLIVARIANO:
UMA ANÁLISE DA DISPUTA PELO CONTROLE DO
PETRÓLEO NA VENEZUELA ENTRE 2001 E 2003**

**Orientadora:
Profa. Dra. Cláudia Wasserman**

Porto Alegre, agosto de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**PETRÓLEO E PROCESSO BOLIVARIANO:
UMA ANÁLISE DA DISPUTA PELO CONTROLE DO
PETRÓLEO NA VENEZUELA ENTRE 2001 E 2003**

Vicente Neves da Silva Ribeiro

**Orientadora:
Profa. Dra. Cláudia Wasserman**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Porto Alegre, agosto de 2009

Vicente Neves da Silva Ribeiro

**PETRÓLEO E PROCESSO BOLIVARIANO:
UMA ANÁLISE DA DISPUTA PELO CONTROLE DO
PETRÓLEO NA VENEZUELA ENTRE 2001 E 2003**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Dissertação aprovada no dia 28 de agosto de 2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Giordani (Ministro do Planejamento e Desenvolvimento da República Bolivariana da Venezuela) – Conceito A

Prof. Dr. Helder Volmar Gordin da Silveira (PUCRS) – Conceito A

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS) – Conceito A

RESUMO

Este trabalho analisa a disputa pelo controle do petróleo na Venezuela, tomando como foco o período de 2001 e 2003. Em um primeiro momento, apresentamos o conceito de regime petrolero para compreender as disputas pelo controle do petróleo na Venezuela ao longo do século XX. Neste século, a propriedade nacional do subsolo foi sendo progressivamente afirmada, configurando uma estratégia centrada na busca pela maximização da renda petrolera. Pretende-se igualmente compreender a particular relação da renda petrolera com a construção da hegemonia burguesa na Venezuela do século XX, tendo o Estado como eixo de sua captação e distribuição. A combinação entre queda dos preços do petróleo, crise da dívida e política petrolera neoliberal entre as décadas 80 e 90 colocaria em crise este modelo. No marco de uma crise de hegemonia, o regime petrolero é liberalizado, traduzindo-se em uma queda da arrecadação fiscal e do nível de vida da população venezuelana. Neste contexto emergem novos atores políticos entre os quais o movimento bolivariano. Este vence as eleições de 1998 e passa a retomar a política petrolera centrada no fortalecimento da propriedade nacional sobre o subsolo. A disputa pela consolidação desta nova política será o eixo dos conflitos no país entre 2001 a 2003, opondo duas lógicas na questão petrolera: a maximização da renda captada pelo Estado e a acumulação transnacionalizada de capital no setor. Na disputa pelo controle do petróleo e no seu desenlace evidenciam-se as características do projeto bolivariano: por um lado retomando o nacionalismo petrolero e por outro abrindo novas perspectivas de transformação.

Palavras-chave: Processo Bolivariano, Renda Petrolera, PDVSA, Nacionalismo Petrolero

RÉSUMÉ

Ce travail analyse la dispute pour le contrôle du pétrole au Venezuela, ayant comme axe la période entre 2001 et 2003. D'abord, nous présentons le concept de régime pétrolier pour comprendre les disputes pour le contrôle du pétrole au Venezuela pendant le XXème siècle, pendant lequel la propriété nationale du sous-sol fut progressivement affirmé, configurant une stratégie centrée sur la maximisation de la rente pétrolière. Sera discutée aussi la relation établie entre la rente pétrolière et la construction de l'hégémonie bourgeoise au XXème, ayant l'état comme axe de sa captation et distribution. La combinaison entre la chute des prix du pétrole, la crise de la dette et la politique pétrolière néo libérale entre les 80 et les 90 provoque la crise de ce modèle. À partir d'une crise d'hégémonie, le régime pétrolier est libéralisé, ayant comme conséquence une chute du revenu fiscal pétrolier. Dans ce contexte, nouveaux acteurs politiques se présentent, comme le mouvement bolivarien. Celui-ci vainc les élections de 1998 et met en place une politique pétrolière centrée sur le renforcement de la propriété nationale du sous-sol. La dispute pour l'établissement de cette nouvelle politique sera l'enjeu des conflits entre 2001 et 2003, en opposant deux stratégies pour répondre à la question pétrolière: la maximisation de la rente captée par l'État et l'accumulation transnationalisée de capital dans le secteur. Dans la dispute pour le contrôle du pétrole et dans son aboutissement provisionnel se forment les caractéristiques du projet bolivarien: d'un côté retrouvant le nationalisme pétrolier et de l'autre en ouvrant de nouvelles perspectives de transformation.

Mots-Clé: Processus Bolivarien, Rente petrolière, PDVSA, Nationalisme pétrolier

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| AGRADECIMENTOS..... | 8 |
| LISTA DE ABREVIATURAS..... | 9 |
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPÍTULO I - PETRÓLEO NA VENEZUELA: DA AFIRMAÇÃO DA PROPRIEDADE NACIONAL DO SUBSOLO À LIBERALIZAÇÃO | 22 |
| 1. A Venezuela e o Petróleo..... | 23 |
| 2. Os caminhos da nacionalização..... | 33 |
| 3. Crise do nacionalismo petroleiro..... | 39 |
| a) <i>Internacionalização da PDVSA</i> | 41 |
| b) <i>Redução de Impostos</i> | 45 |
| c) <i>Novo marco regulatório e Abertura Petroleira</i> | 46 |
| CAPÍTULO II – CRISE DO REGIME POLÍTICO E EMERGÊNCIA DE ALTERNATIVAS | 50 |
| 1. A hegemonia em debate..... | 50 |
| 2. Renda petroleira e hegemonia: o regime político de <i>Punto Fijo</i> | 54 |
| 3. Crise de hegemonia | 58 |
| 4. Reação anti-neoliberal nas eleições de 1998 e a nova política petroleira | 67 |
| CAPÍTULO III – 2001-2003: A DISPUTA PELO CONTROLE DO PETRÓLEO | 75 |
| 1. Nova política energética dos EUA e aumento das tensões internacionais..... | 76 |
| 2. O novo cenário dos preços internacionais do petróleo..... | 74 |
| 3. Rumo a um novo marco legal: a Lei habilitante de 2000 e a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos (LOH)..... | 79 |
| 4. A ação do bloco opositor e as mudanças na cúpula da PDVSA..... | 91 |
| 5. Mobilização de gerentes e golpe de estado..... | 100 |
| 6. <i>Paro Petrolero</i> | 113 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 116 |

| | |
|--------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA | 120 |
| FONTES | 126 |

AGRADECIMENTOS

Para realizar esta dissertação contei com o apoio de diversas pessoas e instituições. Gostaria de agradecer minha orientadora, professora Cláudia Wasserman, com quem iniciei as pesquisas sobre a história contemporânea da América Latina desde a graduação. Durante o mestrado, sua orientação foi imprescindível para delimitar os caminhos desta pesquisa e levá-la adiante. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o apoio a esta pesquisa bem como aos professores e colegas com os quais convivi neste período e muito pude aprender.

Durante minha estada na Venezuela, foram muito importantes para esta pesquisa a professora Maria Victoria Canino, do Departamento de Estudos da Ciência do IVIC, e os professores Mazhar Al-Shereidah y Hoglys Martínez, da Pós-Graduação de Política e Administração de Hidrocarbonetos da UCV. Graças a eles foi descortinado para mim um campo mais amplo de reflexão sobre a questão petroleira, do qual este trabalho representa uma primeira tentativa de aproximação. Igualmente registro a importância dos eventos do GT História e Marxismo da Anpuh nos quais seus participantes contribuíram de maneira decisiva para uma problematização mais consistente das questões aqui abordadas.

Agradeço a Anna Christina com quem compartilhei muito dos momentos da elaboração deste texto e em quem sempre encontrei apoio. Entre os amigos venezuelanos, gostaria de citar Paul, Benjamin, Yukenci, Zuleika e Marinera como pessoas muito importantes. Agradeço aos meus pais, Rosane e Álvaro, pelo apoio que sempre me prestaram, em todos os âmbitos. Menciono, com o risco de esquecer alguém, amigos como Sarah, Ana Paula, Fernanda, Marcus, Camila, Bernardo, Eduardo, Daniela, Israel que de uma forma ou de outra foram importantes para chegar ao fim desta caminhada.

Por fim, faço um agradecimento especial a Rosane Neves, Carla Ferreira e Anna Christina de Brito pelo precioso auxílio na revisão deste texto.

Lista de Abreviaturas:

AAB: Agenda Alternativa Bolivariana

AD: Ação Democrática

AIE: Agência Internacional de Energia

API: *American Petroleum Institute*

CD: Coordenadora Democrática

COPEI: Comitê de Organização Política Eleitoral Independente

CVP: Corporação Venezuelana do Petróleo

EN: El Nacional

EU: El Universal

LOH: Lei Orgânica de Hidrocarbonetos

MAS: Movimento ao Socialismo

MBR-200: Movimento Bolivariano Revolucionário - 200

MEM: Ministério de Energia e Minas

MEP: Movimento Eleitoral do Povo

MVR: Movimento Quinta República

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCV: Partido Comunista da Venezuela

PDVSA: Petróleo de Venezuela S. A.

PP: Pólo Patriótico

PPT: Pátria Para Todos

ÚN: Últimas Notícias

URD: União Republicana Democrática

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a história da Venezuela vem sendo objeto de um inédito interesse. A história recente da Venezuela me chamou a atenção de maneira mais permanente sobretudo a partir dos acontecimentos de abril de 2002. Em uma América Latina na qual tantos processos de transformação foram interrompidos bruscamente por golpes de estado, o 13 de abril representa uma vitória da democracia e a afirmação da importância do protagonismo popular para seu aprofundamento.

Outro fator que me levou à presente investigação foram as palavras de Hugo Chávez no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no ano de 2005, apresentando, frente a uma atenta e entusiasmada platéia, a perspectiva da construção do que mais tarde viria a ser chamado de “Socialismo do século XXI”.

Negar los derechos a los pueblos es el camino al salvajismo, el capitalismo es salvajismo. Yo, cada día me convengo más, capitalismo y socialismo... no tengo la menor duda. Es necesario, decimos y dicen muchos intelectuales del mundo, trascender el capitalismo, pero agrego yo, el capitalismo no se va a trascender por dentro del mismo capitalismo, no. Al capitalismo hay que trascenderlo por la vía del socialismo, por esa vía es que hay que trascender el modelo capitalista, el verdadero socialismo. ¡La igualdad, la justicia! (CHÁVEZ, 2005, p. 12-13).

Sempre considerei estes dois processos, contragolpe e socialismo do século XXI, como intimamente relacionados, compreendendo sua relação no marco do choque das reformas propostas pelo governo (principalmente a reforma petroleira) com os interesses dos principais setores da classe dominante e pela forma como esta disputa foi vencida pelo campo bolivariano, abrindo caminho para uma radicalização do processo bolivariano (WILPERT, 2009). Radicalização que se explica pela relação entre os *limites* colocados pela classe dominante às reformas na periferia do capitalismo em tempos de neoliberalismo e as *possibilidades* abertas pelo protagonismo popular.

Este trabalho buscará compreender o período de mais aguda disputa hegemônica na Venezuela durante o processo bolivariano, entre 2001 e 2003, centrando-se na questão do controle do petróleo. Para isto, será necessária uma retomada da história da Venezuela do século XX como caminho para compreender os

termos desta disputa pelo controle do petróleo.

A partir de sua incorporação ao mercado mundial enquanto exportadora de petróleo, o destino da Venezuela esteve ligado a este líquido escuro visto por muitos como uma benção e por outros como uma maldição. Ninguém melhor que Juan Pablo Pérez Alfonzo, o “pai da OPEP” e principal artífice da política petroleira venezuelana durante o século XX, para expressar esta ambigüidade. De “*Petróleo, Jugo de la Tierra*” (1961) a “*Hundiéndonos en el excremento del diablo*” (1976), constata-se que estas diferentes visões sobre o petróleo atravessam a obra de Pérez Alfonzo (MAYORBE, 2005).

Qualquer referência à história do século XX e XXI da Venezuela não pode, portanto, prescindir de uma análise da questão petroleira. Para compreender o processo bolivariano não seria diferente. Não por acaso, o momento de mais aguda disputa hegemônica vivida neste processo entre os anos 2001 e 2003 teve como epicentro o controle sobre a empresa petroleira nacional, a Petróleo de Venezuela S.A. (PDVSA). Durante este período, a Venezuela foi sacudida por um golpe de estado e quatro paralisações nacionais empresariais, sendo que a última paralisaria por quase dois meses a maior parte da indústria petroleira do país. Neste momento, a pergunta “quem manda na Venezuela?” só poderia ser respondida sabendo “quem manda no petróleo”. A questão que orienta o presente trabalho é compreender o que estava em jogo na disputa pelo controle do petróleo na Venezuela a partir da chegada ao Executivo do movimento bolivariano encabeçado por Hugo Chávez, principalmente entre os anos 2001 e 2003.

No entanto, como analisar esta disputa travada de forma tão virulenta e que dividiu o país em dois campos irreconciliáveis? Permanecer restrito à análise da “propriedade” da indústria petroleira seria insuficiente para compreender o que estava em jogo nestes momentos decisivos, tendo em vista que a nacionalização correria na década de 1970. Inicialmente buscamos no termo “controle” a ampliação necessária para construir uma rede conceitual que apreendesse a disputa vivida pelo país. Contudo, uma melhor delimitação do que seria exatamente este “controle” mostrou-se necessária para dar conta do objeto deste estudo.

No caso da disputa entre 2001 e 2003 estava em jogo qual estratégia seria dominante no controle do petróleo, opondo, por um lado, a acumulação transnacionalizada de capital no setor petroleiro e, por outro, a maximização da renda petroleira. Duas estratégias que expressavam diferentes blocos de poder que entrarão em

violenta disputa pela hegemonia na Venezuela.

A obra de Bernard Mommer revelou-se uma ferramenta importante para situar com maior precisão a questão petroléira na Venezuela. Partindo do conceito marxista de renda da terra, o autor busca compreender as disputas em torno do controle do petróleo entre os diversos atores envolvidos: os proprietários do recurso natural, as companhias petrolíferas e os consumidores, bem como os Estados nacionais. O conjunto de regras e atores envolvidos em torno do petróleo constitui assim um regime petrolífero, um campo delimitado no qual são travadas as disputas pela apropriação do excedente.

O conceito de renda refere-se à remuneração dos proprietários de parcelas monopolizáveis da natureza, como o solo, o subsolo, etc. Nas palavras de Marx:

Dondequiera que las fuerzas naturales son monopolizables y aseguran al industrial que las emplea una ganancia excedente, ya se trate de un salto de agua, de una mina rica, de aguas abundantes en pesca o de solares bien situados, nos encontramos con que la persona que por su título sobre una porción del planeta puede alegar un derecho de propiedad sobre estos objetos naturales se apropia esta ganancia excedente y se la sustrae al capital activo, en forma de renta (MARX, 1975, p. 717).

Tanto esta possibilidade de alegar um “direito de propriedade”, quanto a capacidade de se apropriar de uma parcela do excedente depende de determinada correlação de forças expressa no âmbito do Estado entre a propriedade fundiária e o capital. Como será visto no primeiro capítulo, na maior parte dos países capitalistas, este direito de propriedade não se estende ao subsolo, sendo este considerado público.

Nos países exportadores de petróleo isto igualmente se verifica. No entanto, a definição do regime ao qual determinados recursos naturais estão submetidos não se esgota em seu caráter público. Como afirma Mommer:

Sin embargo queda todavía por considerar el asunto de la renta de la tierra. ¿Debe el Estado actuar como un propietario y comportarse del mismo modo que un terrateniente privado, es decir, debe cobrar una renta de la tierra? O antes bien, ¿debe el Estado simplemente asumir un rol de administrador de un bien público que se considera como un don libre de la naturaleza para los productores y, por ende, para los consumidores? (MOMMER, 2003b, p. 91).

Ao longo do século XX, os países exportadores de petróleo, entre os quais a Venezuela, buscaram construir as condições para que a propriedade pública do subsolo não servisse para anular a renda da terra mas sim para que esta fosse arrecadada pelo

Estado. A afirmação deste *regime público proprietária*¹ (MOMMER, 2003b) sobre o subsolo foi o grande objetivo defendido pela maior parte dos governos venezuelanos a partir da Reforma Petroléira de 1943, fazendo frente, de forma negociada, aos interesses das transnacionais do petróleo e dos países consumidores. Esta confrontação ganhou força pela formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) levando os países não só a se apropriar dos sobrelucros do capital transnacional, mas igualmente a elevar o patamar dos preços internacionais do petróleo para que estes incorporassem uma maior renda petroléira (MOMMER, 1988).

Como será analisado no primeiro capítulo, ao longo do século XX, a principal estratégia no Estado venezuelano a partir da década de 1940 visava maximizar a renda petroléira por intermédio da afirmação da propriedade nacional do subsolo. Se nos regimes liberais a propriedade pública serve para neutralizar a renda da terra, facilitando o acesso do capital aos recursos naturais, no regime petroléiro constituído ao longo deste período na Venezuela, este caráter público serviria para nacionalizar a renda da terra e maximizá-la.

Profundamente relacionado com este regime petroléiro proprietária, voltado para a maximização da renda petroléira, foi sendo constituído um regime político apoiado nesta renda, o laço fundamental que unia a Nação e seu petróleo. A análise desenvolvida por Fernando Coronil (2002) em *O Estado Mágico* será importante para compreender como a renda moldaria o Estado e as estratégias das diferentes classes sociais.

A busca pela maximização da renda petroléira culminou na década de 1970, quando o auge da afirmação da propriedade nacional sobre o subsolo levou os países exportadores a nacionalizar a indústria petroléira, formando companhias próprias. Porém, a partir da década de 1980, a crise do modelo baseado na apropriação e distribuição da renda petroléira pelo Estado abre caminho para uma liberalização do regime petroléiro.

Nas palavras dos principais promotores da acumulação transnacionalizada de capital no setor petroléiro, a Venezuela deveria construir um marco legal que atraísse o “recurso” verdadeiramente escasso: o capital. Isto é, tratava-se de liberalizar o regime petroléiro, fazendo com que a propriedade pública do subsolo estivesse a serviço da

¹ Em algumas obras, o autor utiliza o termo regime público proprietário (MOMMER, 2001).

rentabilidade dos investimentos. As conseqüências para a arrecadação fiscal desta política seriam profundas, diminuindo o volume de recursos disponíveis e solapando as bases sobre as quais o regime político estava sustentado.

Chama atenção a ruptura representada pelo neoliberalismo em relação ao nacionalismo petroleiro. Esta nova orientação para o setor petroleiro está relacionada à conjuntura mundial e às mudanças nos setores dominantes da Venezuela em sua relação com as transnacionais do petróleo. O instrumental teórico produzido pela teoria da dependência nos ajuda a problematizar esta relação pois este busca explicar o subdesenvolvimento latino-americano não como fruto da permanência de elementos atrasados que entram o desenvolvimento da periferia, mas o *subdesenvolvimento como conseqüência da forma dependente como esta periferia é incorporada ao sistema capitalista mundial*. Contrastando com a vertente de Fernando Henrique Cardoso, que identifica *situações de dependência* passíveis de serem superadas nos marcos do capitalismo, os autores da teoria marxista da dependência vêem esta condição como *estrutural* (SOTELO, 2005).

Muitos críticos identificam o principal equívoco desta teoria pela tendência em explicar a situação de subdesenvolvimento exclusivamente por condições externas (CARDOSO; PÉREZ BRIGNOLI, 1983). Na realidade, se a dominação imperialista é determinante para compreender a dependência latino-americana, os autores demonstram como esta dominação está articulada com os principais setores das classes dominantes dos países periféricos que se beneficiam desta situação e a reproduzem (FRANK, 1971).

Segundo Adrián Sotelo (2005), a teoria da dependência guarda uma grande atualidade para os países latino-americanos em tempos de neoliberalismo e de crise deste modelo econômico. De acordo com o autor, tal processo aprofunda a dependência dos países latino-americanos e a tendência de seus setores dominantes em apostar nas vantagens comparativas, inserindo-se de forma subordinada na globalização. Tal análise é importante para compreender a política de *Internacionalização da PDVSA* e de *Abertura Petroleira* implementadas na Venezuela.

Para abordar o processo bolivariano, este trabalho dialoga com autores que analisaram a radicalização de processos de transformação social na América Latina. Dick Parker (2001) aborda este tema em seu artigo *Chavismo: Populismo radical e potencial revolucionário*. O autor toma como ponto de partida o conceito de populismo proposto por Ernesto Laclau, definido como uma interpelação democrático-popular que

articula este discurso de forma antagônica ao bloco de poder (LACLAU, 1979). Nesta abordagem, o populismo não é definido por seu momento histórico, sua ideologia, setores sociais mobilizados nem pelos interesses de classe expressos. Ele é antes de tudo uma lógica política que antagoniza o povo ao bloco de poder dominante. De acordo com esta abordagem, vários movimentos políticos operaram através desta lógica: o peronismo, o nazismo, o maoísmo, o castrismo. Assim, para Laclau, haveria um populismo das classes dominantes e outro das classes dominadas, que operando a partir da mesma lógica política, expressariam distintos e antagônicos interesses de classe. O autor destaca que esta lógica é necessária para qualquer transformação radical da sociedade (“o socialismo como o máximo do populismo”) (LACLAU, 1979).

Parker inspira-se na análise desenvolvida por Diane Raby (1999) que, a partir do mesmo conceito de populismo radical, analisa o processo revolucionário cubano e o deslocamento do seu horizonte de transformação para além do capitalismo durante os primeiros anos do triunfo do Movimento 26 de Julho. Tal análise tem um grande mérito para a compreensão da história da Revolução Cubana por centrar-se em um curto período de alta densidade histórica, buscando colocar em questão a radicalização deste processo.

Tal emprego corre o risco de ampliar de maneira excessiva uso do termo populismo, tornando-o pouco operacional. Compartilha-se a análise de Carlos Vilas (2004) que identifica na definição de populismo de Laclau, utilizada por Parker e Raby, um “*reduccionismo discursivo do populismo*”, defendendo a necessidade de limitar o uso deste conceito a um período histórico determinado.

Entretanto, o conceito de *populismo radical* proposto pelos autores acima citados é interessante para evidenciar os limites impostos à implementação de reformas nacionais e democráticas devido à articulação dos setores dominantes dos países periféricos com o imperialismo (aspecto já analisado acima através da Teoria da Dependência). Isto é, as dificuldades interpostas pelas características das classes dominantes latino-americanas em tempos de neoliberalismo para construir blocos multiclassistas em torno do *interesse nacional*. Além disso, tal noção aponta para a radicalização como um dos caminhos para a superação destes limites. Parker identifica este compromisso radical com as reformas democráticas e nacionais do chavismo, compromisso este que confere ao movimento um potencial revolucionário. Por esta razão, tal movimento pode ser caracterizado como *nacionalista radical*, fundamentando

a legitimidade das reformas propostas em torno do *interesse nacional*, levantando novamente a questão nacional na periferia. Tal questão emerge a partir da crítica ao neoliberalismo, isto é, de um vasto processo de transnacionalização do capital que diminuiu a margem inclusive para desenvolvimentos dependentes com certo grau de autonomia.

Se o nacionalismo foi deixado de lado pelos principais setores da classe dominante após a crise do modelo centrado na maximização da renda petroleira, isto não significa que outros atores sociais não o disputem como símbolo e como estratégia. O movimento bolivariano torna-se a principal expressão desta retomada do nacionalismo que, na Venezuela, está estreitamente relacionado ao controle do petróleo.

Vale destacar que este se insere em uma rica tradição latino-americana de nacionalismo que cobre um espectro ideológico variado, no qual, no marco das confrontações concretas experimentadas, os distintos movimentos nacionalistas se deslocaram. Para compreender este processo, Werner Altman (2002) traz uma contribuição importante em sua análise das histórias de México e Cuba na qual se depreende a possibilidade de o nacionalismo ser uma articulação ideológica de um projeto de transformação social radical, inclusive anticapitalista.

Na sua análise do chavismo, Parker busca definir este potencial revolucionário. Neste trabalho pretende-se, a partir desta definição, problematizar alguns processos através dos quais se realiza este potencial revolucionário, analisando este movimento em suas transformações no marco das disputas sociais travadas durante o processo bolivariano, tendo como foco a disputa pelo controle do petróleo.

Para analisar a emergência do bolivarianismo, o conceito de hegemonia é de grande importância. Uma classe dominante é dirigente quando consegue estabelecer sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, isto é, liderá-la com um peso significativo do aspecto consensual. Pode-se afirmar que a partir do final dos anos 60, o Pacto de *Punto Fijo* foi a expressão da hegemonia burguesa sobre o conjunto da sociedade venezuelana, tendo como principais instrumentos organizações de massas como os partidos AD e COPEI e como estratégia central a maximização da renda petroleira.

A partir de 1989 abre-se um período de crise de hegemonia, no qual a supremacia da classe dominante sustenta-se muito mais na coerção do que em sua capacidade de liderar o conjunto da sociedade. A emergência do movimento bolivariano

e do processo de transformações sociais analisado deve ser compreendida nos marcos desta crise. Vale destacar que os símbolos e estratégias através dos quais esta hegemonia era exercida, foram apropriados ao longo dos anos 90 pelo movimento contra-hegemônico da sociedade.

O trabalho que visamos realizar aborda este processo de transformação social desde a perspectiva histórica. Há outras maneiras de representar esta experiência, entretanto defendemos que a investigação histórica tem uma importante contribuição para esta análise.

Segundo Aróstegui (2004), a história do tempo presente visa a uma “*historicização da nossa experiência*”, isto é, problematizar nos marcos da disciplina histórica o presente, inserindo-o no processo histórico. Tal procedimento é de suma importância para compreender a Revolução Bolivariana enquanto processo, isto é, problematizando-a em seu próprio devir.

Toda historia es el resultado de la experiencia humana pero la experiencia primaria en si mismo no se da como Historia. La experiencia no es *ya* Historia. Sólo es, en efecto, *tematizada* como tal, cuando se consuma el proceso de su historización. (...) La historia del presente es la que tematiza *nuestra* propia experiencia como Historia (AROSTEGUI, 2004, p. 183).

Resumindo a importância da história do tempo presente, Enrique Padrós afirma que:

Em síntese a originalidade da abordagem do presente está situada no fato de poder captar a atualidade, a novidade, a irrupção e a emergência de tendências, assim como as possibilidades de estabelecer as conexões – as ‘pontes’ – que a interligam com o passado (evidenciando a vigência da perspectiva processual da história) (PADRÓS, 2004, p. 204).

Trata-se, portanto, de uma história cujos processos estão em marcha. Segundo Enrique Padrós, esta proximidade pode nos levar a considerar como definitivo algo provisório. Entretanto, o autor questiona até que ponto conhecer o desenlace de uma cadeia de acontecimentos não nos faz perder de vista as disputas e as possibilidades presentes no processo histórico:

É importante apontar que o desconhecimento do devir também concede maior liberdade para as mais diversas elucubrações, transformando a história em um verdadeiro campo de possibilidades (PADRÓS, 2004, p. 208).

Desta forma, a história escrita se aproxima mais daquilo que a história vivida é: um campo de possibilidades. Campo sem dúvida no qual os resultados não são aleatórios, no qual há um conjunto de disputas muitas vezes desiguais. Porém, tais disputas existem, e junto com elas um conjunto delimitado de possibilidades.

Vale destacar igualmente que historicizar esta experiência leva igualmente a lançar um olhar que a contempla em sua densidade histórica, compreendendo-a em sua longa duração. Se um momento revolucionário por definição se afirma enquanto ruptura, nossa análise deve ser igualmente capaz de identificar as permanências, muitas vezes pouco evidenciados nos discursos em luta.

Tendo em vista que o foco deste trabalho se encontra na disputa em torno das transformações do setor petrolero na Venezuela entre 2001 a 2003, deu-se atenção principal às leis editadas durante este período em matéria petrolera, principalmente a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos (LOH). Outras fontes oficiais importante para a presente investigação foram os anuários da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e do Ministério de Energia e Minas da Venezuela. A partir destes é possível acessar dados sobre o petróleo em diferentes âmbitos.

Para compreender a disputa pelo controle do petróleo durante este período buscou-se nos jornais do país as manifestações dos principais representantes dos dois blocos em disputa. Para isto, esta pesquisa contou com o apoio da Professora Maria Victoria Canino, da Universidade Central da Venezuela (UCV) e do Instituto Venezuelano de Investigações Científicas (IVIC), que disponibilizou o banco de dados do Projeto “*Retrospectiva de la prensa nacional en materia de petróleo, período 1995-2004*” que consiste principalmente na análise dos jornais *El Nacional*, *El Universal* e *Últimas Noticias* durante este período, identificando os artigos referentes ao tema petrolero em seus mais variados aspectos: flutuação dos preços internacionais do petróleo, mudanças no marco regulatório, conflitos salariais no interior da indústria, etc. Os artigos selecionados foram fotocopiados e catalogados em trinta volumes. A partir de sua leitura e classificação (ainda em processo de elaboração) foi formado um banco de dados que nos serviu como um guia para a seleção dos artigos a serem analisados na presente investigação.

Uma parcela dos artigos analisados neste trabalho foi consultada no catálogo organizado pela equipe da professora Maria Victoria Canino, em Caracas. Outra parte

das consultas foi feita pela Internet através dos sítios dos jornais que disponibilizavam suas edições anteriores. *El Universal* disponibiliza desde 1996 todos seus números em sítio com acesso livre. Para acessar *El Nacional* é necessário subscrever-se a sua edição digital, na qual estão disponíveis jornais igualmente de 1996.

Em relação ao período analisado, destaco algumas obras importantes para este trabalho. O livro *Poder y petróleo en Venezuela*, organizado por Luis E. Lander (2003) é uma das obras coletivas de referência sobre o tema, reunindo artigos dos principais especialistas na questão petroleira e nas disputas em torno dela. Destacamos o artigo de Bernard Mommer, *Petróleo Subversivo*, que contextualiza as disputas pelo controle do petróleo analisando a disputa em torno das mudanças de regime fiscal proposto pelo governo. A principal modificação operada pelo governo era de que a maior parte dos impostos deveria ser calculada sobre os volumes de petróleo produzidos e não mais sobre os lucros obtidos pela empresa. Lander organizou ainda dois dossiês sobre o assunto na *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. A maioria dos artigos do primeiro dossiê, *La Reforma Petrolera del Gobierno Chávez* (2002), estão no livro acima citado. O segundo dossiê é de 2006 e analisa *Los treinta años de la nacionalización*. Este último dossiê contempla muitos autores importantes, com distintas posições, desde defensores da nacionalização até seus críticos. Muitas destas análises se referiam igualmente à política petroleira do governo Chávez.

Em livro organizado por Francisco Mieres (2003), o golpe de abril de 2002 é definido como “golpe petroleiro”, analisando-o como consequência das reformas no setor propostas pelo governo. Tais reformas entrariam em choque com os interesses das transnacionais do petróleo representadas na Venezuela pela alta gerência da PDVSA. Traçando uma retrospectiva da história da Venezuela do século XX, a obra busca situar o golpe no marco de uma confrontação entre os interesses nacionais venezuelanos e os interesses imperialistas, expressos muitas vezes por setores da sociedade venezuelana. Esta obra tem o mérito de reunir o trabalho de diversos especialistas em petróleo, além de documentos sobre o golpe, como as atas das reuniões da alta gerência da PDVSA e artigos em jornais publicados por seus membros. Apresenta, além disto, uma crítica à postura conciliatória assumida pelo governo após o golpe, aceitando a renúncia de Gastón Parra Luzardo para recompor uma junta diretiva com setores golpistas.

Medófilo Medina (2003) na obra *Venezuela: confrontación social y polarización política* escrita em conjunto com Margarita López-Maya, aprofunda a

análise das ligações internacionais do golpe. A Venezuela como uma das principais fornecedoras de petróleo dos Estados Unidos e como um dos países com maiores reservas de petróleo do mundo torna-se peça-chave da política externa norte-americana, orientada prioritariamente pela busca de controle das fontes de petróleo.

En las guerras de posguerra fría, en la que han tomado parte los Estados Unidos, la cuestión petrolera ha tenido una significación decisiva; al fin y al cabo ellas inscriben en el proceso de imposición de un nuevo marco geopolítico del mundo del cual es parte fundamental en “nuevo orden petrolero mundial” (LÓPEZ-MAYA; MEDINA, 2003, p. 38).

Assim, os limites colocados às reformas propostas pelo governo Chávez são acentuados pela sua situação de principal fornecedor de petróleo para os EUA. Nesta mesma obra, Margarita López-Maya desenvolve uma análise da continuidade entre o golpe de abril e o *paro petrolero* entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003, como dois capítulos da luta pelo controle do petróleo na Venezuela. A partir deste segundo momento, conforme a autora, os gerentes ganham uma maior projeção, através da associação *Gente del Petróleo*. Sua apreciação da derrota da paralisação petroleira em fevereiro de 2003 ressalta a estabilidade alcançada pelo governo (LÓPEZ-MAYA, 2006, p. 1263).

Com o que foi exposto até aqui, buscou-se apresentar o marco teórico que orienta a presente investigação, assim como as principais fontes utilizadas neste estudo. Além disso, apresentamos alguns dos principais autores com os quais este trabalho buscará dialogar.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro será feita uma retomada das discussões sobre a questão petroleira na Venezuela, partindo do conceito de regime petroleiro para compreender os desdobramentos desta questão ao longo do século XX. A exploração petroleira internacional na Venezuela iniciou com um regime petroleiro liberal que progressivamente foi se tornando mais nacional e proprietário, centrando-se na busca pela maximização da renda da terra. O momento culminante desta estratégia de maximização da renda petroleira foi a nacionalização da indústria petroleira. A partir da crise do modelo nos anos 1980, a estratégia petroleira do país passou a se tornar cada vez mais liberal, privilegiando o acesso do capital ao recurso natural em detrimento da remuneração do proprietário deste recurso.

No segundo capítulo busca-se compreender como, ao longo do século XX, a

renda petroleira captada pelo Estado esteve relacionada a um regime político, sustentando-o e sendo sustentada por este. A crise do modelo rentista e a progressiva liberalização do regime petroleiro estiveram relacionadas à crise do regime político, abrindo no país uma crise de hegemonia cujo marco é o *Caracazo*, em 1989. No marco desta nova situação, emerge o movimento bolivariano, centrado no resgate do nacionalismo petroleiro, articulando os símbolos nacionais para retomar uma estratégia de maximização da renda petroleira.

Por fim, no terceiro capítulo, tendo caracterizado tanto as transformações do regime petroleiro e do regime político ao longo do século XX quanto a estreita relação entre estes dois regimes, será analisado o período de intensa disputa hegemônica vivida pela Venezuela entre 2001 e 2003. Neste momento, o bloco bolivariano procurava reverter o processo de liberalização do regime petroleiro através de uma nova legislação centrada na estratégia de maximização da renda petroleira. Frente a esta política, constitui-se um bloco opositor contrário a esta retomada do nacionalismo petroleiro.

Para compreender o que estava em jogo nesta disputa sobre o controle do petróleo no período de 2001 a 2003, serão analisadas as manifestações expressas na imprensa escrita dos principais porta-vozes dos blocos em enfrentamento. Busca-se assim compreender como diferentes setores reagiram frente às mudanças propostas na legislação petroleira da Venezuela e quais estratégias se confrontavam neste momento.

CAPÍTULO I

PETRÓLEO NA VENEZUELA: DA AFIRMAÇÃO DA PROPRIEDADE NACIONAL DO SUBSOLO À LIBERALIZAÇÃO

Neste capítulo, pretende-se problematizar a questão petroléira venezuelana como um campo de disputa envolvendo diferentes estratégias de controle do petróleo. Para tanto, apresenta-se as características da Venezuela enquanto um país exportador de petróleo, discutindo-se igualmente a emergência do nacionalismo petrolero.

Entende-se por nacionalismo petrolero uma estratégia baseada na afirmação da propriedade nacional do subsolo e na busca pela maximização da renda petroléira.

Tal nacionalismo expressou-se em um primeiro momento na afirmação do Estado como proprietário e em suas prerrogativas para determinar as devidas taxas a serem pagas pelas companhias transnacionais. Na década de 1970 ocorreram nacionalizações na maior parte dos países produtores, incluída a Venezuela com a formação da Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA). Busca-se compreender neste capítulo como o ponto culminante do nacionalismo petrolero representou igualmente o início de sua crise.

A partir do final da década de 1970, o modelo de maximização da renda petroléira entra em decadência com a crise da dívida externa e a queda dos preços do petróleo. Desde então, começam a ser implementadas gradualmente uma série de medidas pela PDVSA que contribuíram para a própria crise do nacionalismo petrolero e para tornar dominante uma política petroléira neoliberal.

O início desta nova política foi marcado pela internacionalização da PDVSA, através da qual a empresa passou a investir na compra de refinarias no exterior. Uma das principais consequências deste processo foi a acentuada queda da arrecadação fiscal petroléira a partir da metade dos anos 1980, fato este intimamente relacionado com a crise do regime político do país, que será analisada no segundo capítulo.

Somado à internacionalização, teve início durante a década de 1990 a política de *Apertura Petrolera* que consistia no estabelecimento de associações com as

empresas transnacionais do setor e na consolidação da autonomia da PDVSA em relação ao Estado.

A nova política petroleira de caráter neoliberal está relacionada com as transformações nos setores dominantes do país, particularmente com o fortalecimento daquilo que Lacabana (2006) denomina como burguesia emergente, fortemente articulada com o capital financeiro e transnacional.

1. A Venezuela e o Petróleo

A compreensão da história do século XX passa obrigatoriamente pela análise do papel desempenhado pelo petróleo através da consolidação de uma matriz energética na qual este combustível e matéria-prima ganhou a primazia.

Sua história igualmente, como não poderia ser diferente, esteve ligada aos momentos decisivos da disputa pelo poder e às guerras. Se a extração comercial do petróleo tem início durante o século XIX, um dos marcos da generalização do uso deste combustível foi sua adoção pela Marinha de Guerra Britânica em 1908, substituindo o carvão. Vale destacar, igualmente, que um dos elementos decisivos da Segunda Guerra Mundial foi a impossibilidade de a Alemanha ter acesso terrestre ao petróleo, indispensável para movimentar sua máquina de guerra. Não por acaso, a batalha mais importante deste conflito aconteceria na cidade de Stalingrado, rota indispensável para as estratégicas reservas petrolíferas do Cáucaso.

O petróleo não se limita a ser a principal fonte de energia, mas é igualmente uma matéria-prima de suma importância, como pode se constatar na imensa quantidade de produtos da indústria petroquímica disseminados em nosso cotidiano.

O que torna ainda mais particular a situação do petróleo a partir do século XX, é que, por um lado, este combustível tornou-se indispensável para o funcionamento do mundo tal como o conhecemos e, por outro, está concentrado em poucas áreas e é um recurso não-renovável. A Venezuela é uma destas áreas e teve sua história profundamente vinculada aos destinos do petróleo.

A história da Venezuela divide-se entre um antes e um depois da chegada da indústria petroleira transnacional ao país. Se durante o século XIX algumas tentativas de extração comercial do óleo já haviam sido feitas, entre as quais se destaca a da

empresa Petrolia, foi somente no início do século XX que o petróleo transformaria a economia venezuelana: de um país agro-exportador bastante periférico na economia mundial, a Venezuela tornou-se, no final da década de 1920, o principal exportador de petróleo do planeta.

Sua incorporação ao mercado mundial de hidrocarbonetos revelou-se, desde o início, conflituosa, como atesta a “Revolução Libertadora” ou “Guerra do Asfalto” (1901-1903) ocorrida no país contra o governo de Cipriano Castro. Por esta razão, Mieres compara o início do século XXI com o início do século XX:

Hace un siglo, al comenzar el XX, éramos escenario de un golpe similar, convertido en guerra abierta que duró 3 años, bautizada ‘Revolución Libertadora’ por la filial criolla (The New York Bermúdez Company) de la General Asphalt Co. de Londres que la lanzó por la posesión del lago de asfalto de Guanoco y de los terrenos petrolíferos del este de Sucre, mas tarde transferidos al grupo Royal Dutch Shell (MIERES, 2003, p.11).

Em função desta disputa, Cipriano Castro foi apontado como o precursor da política nacionalista venezuelana do século XX. Além do conflito supracitado, durante seu governo ocorreram diversas disputas em torno do pagamento da dívida externa entre a Venezuela e potências européias.

Cipriano Castro foi substituído, em 1908, por Juan Vicente Gómez após um golpe no qual este último, aproveitando a ausência de Castro, tomou o poder. Foi durante a ditadura de Gómez (1908-1935) que a Venezuela realizou sua inserção dependente no mercado mundial como exportadora de petróleo:

a Venezuela la sorprende la era petrolera y el conocimiento de la existencia de enormes yacimientos de hidrocarburos en su territorio, a comienzos del siglo XX, en situación de pobreza y de atraso económico, tecnológico y político, una de cuyas consecuencias fue la entrega del manejo de esos recursos a empresas privadas extranjeras (SILVA CALDERÓN, 2006, p. 113).

Neste momento, os principais beneficiários desta política de concessões foram a Royal Dutch-Shell (encabeçada por Henry Deterding e Marcus Samuel) e a Standard Oil Company (de Rockefeller). O capital transnacional petrolífero assume uma posição dominante no bloco de poder, subordinando os demais setores da classe dominante.

La burguesía extranjera, representada fundamentalmente por el capital petrolero, es la fracción dominante dentro del bloque de poder, pero simultáneamente se conformaban como sectores dominantes: los terratenientes que se enriquecieron tanto por la venta de tierras rurales a las compañías petroleras previo a obtener concesiones para la explotación petrolera en sus tierras, como por la especulación inmobiliaria con tierras urbanas en el marco de la rápida urbanización y concentración de la población en las principales ciudades del país; la burguesía comercial importadora, fuertemente ligada al capital extranjero; y una burocracia política compuesta de altos funcionarios públicos que utilizaron su posición para acumular riqueza, especialmente a través de las concesiones petroleras (LACABANA, 2006, p. 320).

Ao longo da década de 1920, a legislação específica sobre o assunto começa a ser formulada, havendo a promulgação de decretos em 1920, 1921, 1925, 1928, 1935, 1936 e 1938 (RODRÍGUEZ, 2006, p. 46). De um modo geral, tal legislação visava à consolidação da propriedade pública do subsolo, bem como o aumento paulatino, embora bastante limitado, da arrecadação fiscal sobre a atividade petroleira das transnacionais.

Ao longo deste período, o Estado venezuelano foi dotando-se de instrumentos legais e administrativos que lhe permitissem fiscalizar a produção de petróleo e garantir a arrecadação dos impostos. Para isto, foi fundado em 1930 o Serviço Técnico de Hidrocarbonetos, junto ao Ministério de Fomento. A legislação de 1938 foi a primeira a autorizar o Estado a tomar parte nas atividades petroleiras (LANDER, 1997, p. 2-3).

Neste primeiro momento, cabe destacar alguns aspectos da questão petroleira no país. Em primeiro lugar, ainda existia uma disputa com os proprietários de terra sobre o direito ou não destes a cobrar *royalties* sobre o petróleo extraído do subsolo de sua propriedade, captando estes igualmente uma parcela da renda petroleira.

Neste momento estava em definição qual regime petroleiro seria instaurado na Venezuela, isto é, quais os atores e as regras que iriam pautar a indústria petroleira em instalação no país. A disputa inicial seria em torno do caráter público ou privado das jazidas minerais, em geral, e de petróleo, em particular.

A tradição legal venezuelana sobre as minas apontava para a propriedade pública das jazidas, tradição esta mantida desde os tempos coloniais. Durante o período pós-independência, a legislação nesta matéria se veria influenciada igualmente pelo marco estabelecido pela Revolução Francesa (MORA CONTRERAS, 2002).

As características da revolução burguesa na França, em franca contradição com os interesses fundiários, constituíram um marco legal que tornava o subsolo de propriedade pública, não tendo os proprietários da superfície quaisquer direitos, a não ser a prioridade de sua exploração. Desta maneira, constitui-se um regime de propriedade pública do subsolo. Cabe destacar que tal definição não delimita por completo este regime, pois, no caso francês, o caráter público do subsolo visava otimizar o acesso do capitalista à exploração deste subsolo para que a renda da terra, oriunda dos direitos de propriedade, não se constituísse em obstáculo à acumulação de capital. Desta maneira, configura-se um regime público liberal, no qual o caráter público serve justamente para otimizar o acesso do capital. (BAPTISTA; MOMMER, 1987, p. 1).

Os proprietários de terra venezuelanos, entretanto, poderiam se basear no regime petrolero do principal país produtor de petróleo: os EUA. O legado jurídico deste país era bastante semelhante a legislação inglesa para as minas de carvão, no qual os proprietários da superfície detinham direitos de propriedade igualmente sobre o subsolo. Esta situação expressa as características da revolução burguesa nestes países e do papel determinante que seguiu tendo a propriedade fundiária no seio do Estado. É assim, por exemplo, que o carvão inglês seguiu até a década de 1930 em um regime de propriedade privada.

Nos EUA e, inicialmente, no México, a exploração do petróleo se daria neste mesmo marco, garantindo o direito a *royalties* para os proprietários de terra. A riqueza instantânea adquirida pela descoberta de petróleo por um proprietário em suas terras, cena emblemática da produção cinematográfica estadunidense, expressa um conjunto de relações sociais que não estiveram presentes na grande maioria dos países exportadores como, no caso, a Venezuela.

Os latifundiários venezuelanos não dispunham de instrumentos políticos que pudessem garantir a sustentação deste direito de propriedade do subsolo e a conseqüente remuneração daí decorrente, sendo, portanto, derrotados no espaço estratégico do Estado frente aos interesses das transnacionais do petróleo.

Para as companhias transnacionais não era conveniente que os direitos de propriedade dos latifundiários venezuelanos se estendessem igualmente para o subsolo. Tal situação poderia se constituir em uma limitação para a acumulação de capital, tanto pela necessidade de remunerar o proprietário mediante o pagamento de uma renda da

terra, quanto principalmente pelas dificuldades oriundas da fragmentação da propriedade do subsolo se esta estivesse vinculada a da superfície. Para estas companhias, a “livre propriedade estatal”, caracterizada por um regime público liberal em relação ao subsolo, seria o mais adequado para garantir seu acesso ao recurso. Sendo assim, o acesso das transnacionais petroleiras às jazidas venezuelanas neste período inicial seria através da compra de concessões feitas a cidadãos venezuelanos, geralmente vinculados ao regime de Juan Vicente Gómez (1908-1935), configurando o que a historiografia venezuelana define como “tráfico de concessões” (MOMMER, 1988).

Ao mesmo tempo, produziram-se tensões no âmbito do Estado para aumentar os rendimentos fiscais através da afirmação dos direitos de propriedade nacional do subsolo. Durante este período, esta estratégia, na qual a propriedade pública sobre o subsolo não servia para neutralizar a renda da terra e sim para nacionalizá-la, teria dificuldades para ser concretizada.

Como explica Fernando Coronil (2002), a estreita base de sustentação do governo Gómez impedia o aumento da apropriação do excedente petroleiro enquanto renda pelo Estado. Predominava assim uma intermediação liberal entre a propriedade do subsolo e os concessionários. Neste período, não eram as companhias petroleiras que assumiam as concessões e sim cidadãos venezuelanos, próximos a Gómez, que, posteriormente, revendiam tais concessões àqueles que iriam, de fato, extrair o petróleo.

El trato liberal que le dispensaba a las compañías también era consecuencia de la relación mercantil que existía entre la élite dominante y la industria del petróleo. Para esta elite, el comercio de las concesiones era la principal fuente de ganancias que obtenía de la industria del petróleo (CORONIL, 2002, p. 93).

Portanto, neste primeiro momento, o “tráfico de concessões” (MOMMER, 1988, p. 59) era um dos mecanismos centrais na relação entre os setores dominantes locais e as companhias transnacionais, principais beneficiárias do repasse destas concessões.

Esta situação é bastante interessante para compreender que para existir um regime petroleiro público que busca a nacionalização da renda da terra é necessário um conjunto de condições internas e externas para que os interesses rentísticos se façam valer frente às transnacionais do petróleo.

El gobierno de Gómez se vio tironeado por demandas contrapuestas una vez que empezó a depender de los ingresos provenientes del petróleo. De un lado, trataba de incrementar sus entradas, y para ello requería del desarrollo de su capacidad regulatoria y de un discurso nacionalista legitimador. Pero se trataba de un gobierno personalista cuya base social era extremadamente reducida. No podía darse el lujo – y no lo hacía – de oponerse frontalmente a las compañías petroleras, y siempre siguió siendo muy dúctil ante sus presiones (CORONIL, 2002, p. 92-3).

Portanto, para que a estratégia de maximização da renda petroleira fosse exitosa era necessário construir a base social necessária para sua sustentação. Como será visto principalmente no Capítulo II, isto será possível a partir de um regime político articulado a esta renda petroleira e promotor de sua maximização. É nesta articulação que será entendida a definição do nacionalismo petroleiro.

Outro elemento a ser destacado neste período inicial da indústria petroleira na Venezuela é sua desconexão com o restante da economia. A noção de uma economia de enclave parece bastante adequada, tendo em vista que o setor petroleiro era muito mais um tentáculo dos países desenvolvidos em solo venezuelano do que um empreendimento com conexões com os demais setores da economia do país (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983). Esta conexão se daria, sobretudo, mediada pelo progressivo aumento da renda petroleira captada pelo Estado.

Em 1943, estabeleceu-se um novo marco na política petroleira com a implementação, pelo general Isaías Medina Angarita, de uma nova Lei de Hidrocarbonetos, que permaneceria vigente até o ano de 2001. O general assumiu o poder em 1941, sucedendo Eleazar Lopez Contreras (1936-1940). Tal medida aumentou os impostos sobre a extração de petróleo e definiu o prazo das concessões, na maior parte dos casos, para 40 anos. Além disso, os *royalties* foram regulados a um sexto (16,6%) do preço do barril de petróleo e as companhias obrigadas a construir refinarias no país no prazo de até 5 anos após o término da Segunda Guerra (MOMMER, 1988, p. 67-8). A dependência por parte dos Aliados do petróleo venezuelano durante a guerra, associada à política de boa vizinhança dos EUA e aos temores gerados pela nacionalização mexicana de 1938, permitiram uma correlação de forças favorável a um forte aumento da arrecadação fiscal (MAZA ZAVALA, 1990, p. 290).

A nova legislação petrolífera de 1943 deu ao Estado venezuelano uma maior participação, através da via fiscal, nos lucros das companhias;

mas, ao mesmo tempo, o governo outorgou novas e extensas concessões às empresas (SONNTAG; GÓMEZ, 1985, p. 276).

A partir deste momento começa a ser gestada a política de substituição de importações na Venezuela (CARDOSO e PÉREZ BRIGNOLI, 1983, p. 228) a qual teria uma série de características particulares tendo em vista o peso do petróleo na economia do país. Heinz Sonntag e Luís Gomes definem este processo como “*industrialização por conversão da renda petroleira captada pelo Estado pela via fiscal*” (1985, p. 275). Assim, o processo de industrialização venezuelano era extremamente dependente tanto da renda petroleira quanto da intervenção estatal.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, grande parte dos regimes autoritários do continente americano entra em crise, levando à realização de eleições mais amplas e à ascensão de novas forças políticas. Na Venezuela, chega ao poder o partido Ação Democrática (AD). Seu caminho para o governo passou por uma aliança com oficiais rebeldes liderados por Marcos Pérez Jimenez que derrubou o governo de Medina Angarita, instalando uma Junta de Governo, na qual a AD tinha maioria.

Tal organização era liderada por Rómulo Betancourt e reconhecida como de esquerda reformista e defensora do nacionalismo petroleiro (ANGEL, 1997). Desde sua fundação, em 1941, buscou organizar suas bases para chegar ao governo pela via eleitoral, esbarrando, entretanto, em uma legislação restritiva.

A queda de Medina e a ascensão ao poder da AD abrem na Venezuela o *triênio adeco*, período no qual este partido dominou a vida política do país. Em 1946 foi aprovada uma nova constituição que universalizava o direito ao voto e em 1947 o escritor Rómulo Gallegos, da AD, foi eleito presidente.

Em relação à política petroleira, o triênio foi marcado por novas iniciativas que aumentaram a arrecadação petroleira do Estado. Já no primeiro ano da Junta provisória, foi decretado um imposto extraordinário adicional, somente para o ano de 1945, para lucros superiores a 800 mil bolívares, medida que atingia, principalmente, a indústria petroleira. Tal aumento da arrecadação foi consolidado em 1946 pela reforma que elevou o percentual do imposto de renda.

Baseado na famosa política de “*fifty-fifty*”, um dos últimos decretos do governo Gallegos, antes de sua derrubada, determinou um imposto adicional sempre que o lucro líquido das empresas petrolíferas fosse maior do que a quantia paga em

impostos. Tal medida garantia uma divisão equivalente dos lucros aferidos no negócio petrolífero entre o Estado e as companhias e serviria de parâmetro para os demais países exportadores de petróleo.

Além do aumento da arrecadação fiscal, foi durante o triênio da AD que o Estado venezuelano passou a construir as condições para aumentar seu controle sobre o negócio petrolífero. Este objetivo foi buscado através da política de “não mais concessões” e da cobrança de impostos das companhias petrolíferas em espécie. Manejando o próprio petróleo, o Estado venezuelano poderia, por um lado, intervir de maneira autônoma na comercialização direta no mercado mundial e, por outro, incentivar o processo de industrialização dos hidrocarbonetos no próprio país (LANDER, 1997, p. 7). Durante este período, o Ministro de Fomento e principal responsável pela política petrolífera foi Juan Pablo Pérez Alfonso, que viria a cumprir um papel destacado na fundação da OPEP nos anos posteriores.

Esta conjunção entre o controle do governo e um partido fortemente estruturado em nível nacional colocou a AD em uma posição de predomínio nas contendas eleitorais, o que despertou a preocupação de seus adversários. Diversos setores viam com temor o fortalecimento da AD, pois limitavam-se, assim, suas chances de influenciar os rumos do governo pela preeminência do partido no Congresso e no governo. Para a burguesia venezuelana as reformas sociais promovidas durante o triênio *adeco* também despertavam temores de um incremento do protagonismo popular.

Em 1948, nove meses após Rómulo Gallegos assumir a presidência, seu governo era derrubado por um golpe promovido pelos mesmos militares que derrubaram Medina Angarita, encabeçados pelo General Marcos Pérez Jimenez, cujo governo foi marcado pela restrição às liberdades individuais e políticas. Do ponto de vista econômico, o desenvolvimento do país aprofundou a concentração de riquezas. No setor petrolífero foram feitas novas concessões (MAZA ZAVALA, 1990).

A derrubada da ditadura de Pérez Jimenez em 1958 representou uma nova chance para a Ação Democrática. Rómulo Betancourt e seus correligionários haviam aprendido bastante de sua derrota anterior e visavam evitá-la. Compreendendo a centralidade do petróleo venezuelano para a economia dos EUA, os políticos da AD buscavam desenvolver sua política de nacionalismo petrolífero aproveitando-se desta situação privilegiada. Se esta vantagem permitia-lhes certa margem de manobra, ela também lhes impunha um claro alinhamento diplomático com os EUA.

Tal momento deve ser compreendido no marco da forte mobilização popular representada pelo 23 de janeiro de 1958, data da queda da ditadura. O fortalecimento dos setores populares neste processo, tendo fortes ligações com parcelas significativas das forças armadas, representava um desafio para o projeto de conciliação de classes proposto pela AD. O fortalecimento do PCV (Partido Comunista da Venezuela) e de setores da esquerda da AD apontava para a radicalização do processo revolucionário, buscando ir além do mero retorno das liberdades formais.

Frente a esta situação, a AD organiza junto com o Comitê de Organização Político Eleitoral Independente (COPEI) e a União Republicana Democrática (URD)² um pacto conhecido como Pacto de *Punto Fijo* no qual os partidos presentes se comprometiam a respeitar e promover o regime democrático (MAZA ZAVALA, 1990, p. 315-18). Além destes compromissos constitucionais, os partidos lançavam as bases para a conformação de um programa comum e a possibilidade de estabelecer um governo de unidade nacional. O Pacto não menciona nenhuma força política com a qual iria se contrapor, entretanto, a exclusão do PCV expressa o rechaço que os signatários do acordo tinham em relação à presença dos comunistas.

Tal política provocou imediatamente uma cisão do setor mais radical da AD, concentrado na sua juventude que viria a formar o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), adotando o do caminho da guerrilha. A esquerda venezuelana foi profundamente influenciada pela experiência cubana e foi uma das primeiras a seguir-lhe o exemplo. Ao contrário da maioria dos países latino-americanos nos quais os setores guerrilheiros romperam com os partidos comunistas, o próprio PCV encabeçou a luta guerrilheira. A principal liderança comunista que defendeu este giro foi Douglas Bravo, dirigente que teria, posteriormente, um papel destacado na formulação da idéia de “Revolução Bolivariana”.

O Pacto de *Punto Fijo*, entretanto, estava apoiado nos principais partidos do país, tendo laços tanto com os trabalhadores quanto com os setores empresariais e petroleiros. Isto fez com que a luta armada permanecesse isolada, gerando sua crise ao longo da própria década de 1960. Esta crise expressou-se pelas divisões entre as

² O Copei foi fundado em 1946 por Rafael Caldera. Tal organização de tendência social-cristã teve uma atuação destacada durante o regime de Punto Fijo, vencendo as eleições presidenciais com Caldera em 1968 e com Luis Herrera Campins em 1978. A União Republicana Democrática foi fundada em 1945 por Jovito Villalba, porém viu seu peso político declinar já na década de 1960.

principais organizações políticas. O PCV dividiu-se em diversas organizações, retirando-se de forma fragmentada da luta armada.

Ao longo deste período, o Pacto de *Punto Fijo* buscou construir um projeto de conciliação de classes apoiado na distribuição da renda petroleira como forma de canalizar os conflitos sociais. No segundo capítulo, este regime político, bem como sua crise, será analisado mais detalhadamente.

Em matéria petroleira, os sucessivos governos seguiram aumentando a arrecadação fiscal petroleira e o controle do Estado sobre o petróleo, sempre adotando o caminho da negociação com as transnacionais do setor para atingir estes objetivos. No final de 1958, foi decretada uma nova mudança da Lei de Imposto de Renda pela Junta Revolucionária que ampliava a taxaço do governo sobre os lucros das companhias para além da metade, estabelecendo a divisão de 60-40 como novo marco a substituir o *fifty-fifty*.

A Corporação Venezuelana de Petróleo (CVP), criada em 1960, mesmo que formalmente voltada à constituição de uma indústria petroleira nacional, atuou, sobretudo, como uma intermediária para os novos contratos de serviços com as companhias transnacionais (MAZA ZAVALA, 1990, p. 317). Mesmo assim, sua fundação permitiu alguns avanços, abrindo a possibilidade de o Estado construir as bases operacionais para se apropriar da indústria petroleira com um mínimo de pessoal qualificado e experiência gerencial no setor, sem depender exclusivamente dos funcionários das transnacionais.

Também em 1960, foi criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) com o objetivo de defender os interesses dos países produtores frente às empresas transnacionais de petróleo e aos grandes países consumidores. A Venezuela teve um papel destacado na formação desta organização que mudou a correlação de forças entre os países exportadores, as grandes corporações e os países consumidores, através da ação coordenada dos países produtores.

Além da política de preços, a OPEP se destacou por políticas unificadas de cobranças de taxas que visavam otimizar a arrecadação fiscal. Esta foi também a preocupação do Estado venezuelano ao garantir uma arrecadação crescente da renda petroleira, tendo acesso a esta através da taxaço das empresas transnacionais que atuavam no país. Ao longo deste período, foram aperfeiçoados os mecanismos para

garantir este objetivo. Em 1967, foram estabelecidos os preços de referência a partir dos quais o Estado taxaria as empresas transnacionais, preços estes em geral acima dos praticados no mercado mundial (DOMINGO, 1999, p. 9). Além disto, durante este período ocorreu um paulatino aumento do imposto de renda sobre o lucro das companhias petroleiras, passando em 1969 de 52% para 60%.

Durante os primeiros anos do Pacto de *Punto Fijo*, a política petroleira venezuelana esteve marcada pela atuação do ex-ministro do Fomento do triênio *adeco*, Pérez Alfonso, e sua estratégia política denominada “pentágono de ação”, cujos vértices eram:

a) participación razonable, b) Comisión Coordinadora de la Conservación y el Comercio de los Hidrocarburos (CCCCH), c) no más concesiones, d) Corporación Venezolana de Petróleo (CVP), e) Organización de los Países Exportadores de Petróleo (LANDER, 1997, p. 12).

O aumento da arrecadação fiscal petroleira e o aperfeiçoamento dos mecanismos para fazê-lo marcaram, portanto, este período. Tal situação permitiu um aumento do gasto público e o fortalecimento do regime em torno do projeto do nacionalismo petroleiro.

2. Os caminhos da nacionalização

A busca pelo aumento da arrecadação fiscal petroleira na Venezuela não poderia ser efetiva se estivesse limitada às suas próprias fronteiras. A atuação coordenada dos países proprietários de jazidas petrolíferas permitiu construir uma nova correlação de forças que culminaria em um novo patamar de preços durante a década de 1970 e com a nacionalização da indústria petroleira em todos os países exportadores.

Após um conjunto de iniciativas tomadas durante a década de 1960, na qual a OPEP se constituía como porta-voz dos países exportadores, foram travadas diversas negociações para elevar sua apropriação do excedente petroleiro. A Quarta Guerra Árabe-Israelense (Guerra do Yon Kippur) é marco de uma virada decisiva. Após decretar um embargo seletivo contra os países que apoiaram Israel, os países exportadores decidiram fixar de forma unilateral e soberana um novo patamar de preços. Este é definido como o momento da nacionalização de fato, no qual o controle

sobre variáveis decisivas da questão petroléira, preços e volumes, passa para as mãos dos países exportadores.

Asimismo, los recortes de producción árabes - que se dieron por terminados en el transcurso del año siguiente - tuvieron como consecuencia que ya nadie podía poner en tela de juicio el derecho de los países petroleros a determinar ellos mismos su volumen de producción y exportación. Los países petroleros habían conquistado, en una lucha común, el control soberano tanto sobre la renta por barril como sobre el volumen de producción (MOMMER, 1988, p. 210).

Em todos os países membros da OPEP esta situação gerou um aumento substancial da renda petroléira e da arrecadação, havendo, no caso da Venezuela, um aumento de mais 40% do PIB. Neste contexto, o governo venezuelano implementou uma série de medidas que aumentavam seu controle sobre os hidrocarbonetos do país. Com a *Lei que Reserva ao Estado a Indústria de Gás Natural*, a CVP passou a controlar o mercado interno de gás. A *Lei que Reserva ao Estado a Exploração do Mercado Interno dos Produtos Derivados dos Hidrocarbonetos* ampliou esta atribuição também para o petróleo. Em 1973, tendo em vista a perspectiva do fim das concessões, foi promulgada a *Lei de Bens Relacionados a Reversão nas Concessões de Hidrocarbonetos*. Esta medida visava garantir as instalações petroléiras das concessionárias até a reversão da propriedade, prevista para o ano de 1983.

Em 1974, no primeiro ano do governo de Carlos Andrés Pérez (AD), foi apresentado pelo Movimento Eleitoral do Povo (MEP)³, um projeto de lei para nacionalizar a indústria petroléira, antecipando a reversão das concessões em quase uma década. Entre março e dezembro de 1974 uma comissão foi encarregada de elaborar um projeto completo para o adiantamento da retomada das concessões que venceriam em sua maioria em 1983. Após a confecção deste projeto, foi elaborada uma revisão do mesmo por uma comissão presidencial mais restrita. Neste momento, foi acrescentado o polêmico artigo 5º que previa a possibilidade de associação com empresas estrangeiras (RODRÍGUEZ, 2006, p. 83). Após a promulgação da *Ley Orgánica que reserva al Estado la industria y el comercio de los hidrocarburos* no dia 29 de agosto, foi firmado o decreto de criação da empresa nacional de petróleo, Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), que entraria em funcionamento no dia 1º de janeiro de 1976.

³ Partido surgido a partir de cisão da AD do final da década de 60.

O termo “nacionalização” provocou ao longo do século XX muitos temores para as empresas multinacionais, sendo apresentado, por outro lado, como o caminho para o desenvolvimento por uma série de governos latino-americanos⁴. Samir Amin aponta, entretanto, algumas de suas limitações, sobretudo a partir da década de 1970:

A concorrência entre países dependentes, a ausência de integração dos segmentos transferidos, a sua dependência tecnológica, como a resultante da obrigação de exportar os produtos para os mercados metropolitanos controlados pelos monopólios, *reduzem a significação da propriedade formal do capital* (AMIN, 1981, p. 161).

Isto é, para compreender os setores que controlam a indústria petroleira, é necessário ir além da análise da propriedade jurídica desta indústria. É preciso compreender outros determinantes neste controle que permaneceram nas mãos das grandes transnacionais do petróleo. Neste caso, tais empresas já desenvolviam uma estratégia que lhes permitia manter o controle de formas variadas:

En el auge del nacionalismo petrolero, a comienzos de los años 70, en la OPEP se presentó un dilema y una disyuntiva. Ante la inminencia de la nacionalización petrolera acompañada por pasos firmes hacia la plena soberanía político-económica, las compañías petroleras presentaron la alternativa de la *participación*. Según esta fórmula, las compañías serían socias de las empresas petroleras nacionales de los países miembros de la OPEP (AL-SHEREIDAH, 2006, p. 143).

Os objetivos desta política de nacionalização foram formulados através dos códigos do nacionalismo petroleiro, tendo como horizonte estratégico não só o aumento da entrada de recursos para o Estado venezuelano e seu posterior investimento no país, como a garantia do controle do Estado sobre a indústria petroleira, permitindo integrá-la de forma plena à economia do país. Até este momento, a indústria petroleira havia mantido boa parte de seu caráter de enclave.

Muitos dos inúmeros obstáculos colocados à nacionalização foram superados devido à situação internacional favorável, pelo menos de maneira temporária e relativa. Nas palavras de Silva Calderón:

⁴ No âmbito petroleiro, a nacionalização promovida pelo governo de Lázaro Cárdenas foi junto com a nacionalização do petróleo iraniano pelo primeiro-ministro Mohammad Mossadegh, as principais expressões conflitivas da política de nacionalização. No caso mexicano, tal ação provocou sanções por parte dos países consumidores, especialmente a Inglaterra, país mais prejudicado com as expropriações. Mossadegh entretanto teve um destino mais trágico, sendo deposto em 1953, dois anos após a nacionalização (ALTMAN, 2002, p. 30).

Con la promulgación de la Ley de Nacionalización y la consecuente cancelación de las concesiones, se enfrentaron tres obstáculos que los adversarios de la nacionalización le oponían. El primero era el capital necesario para el manejo de la industria; el segundo, la tecnología y el personal gerencial capacitado para garantizar la continuidad de las operaciones; y, el tercero, los mercados para la colocación del petróleo a producirse (2006, p. 119).

Em um momento de alta dos preços do petróleo, o problema dos recursos necessários para o financiamento não representava um grande problema para a indústria nacionalizada: esta seria sustentada pelos próprios recursos oriundos das exportações. Além dos investimentos no setor, estes recursos permitiriam ainda que outras áreas fossem beneficiadas, buscando colocar em prática a idéia de “semear petróleo”. O governo de Carlos Andrés Pérez tinha propostas bastante ousadas neste setor, sintetizadas em torno do projeto de construção de uma *Gran Venezuela*. Apostava para isso na estatização de setores-chave da economia:

Pérez emprendió una serie de grandes proyectos de inversión, nacionalizó la industria del hierro, y forzó la salida del capital extranjero de muchas otras áreas económicas claves, tales como la banca y las cadenas de comercio al detal, mientras surgía un sistema de empresas estatales en el corazón de la nueva economía (MOMMER, 2003a, p. 170).

O financiamento da indústria petroleira começaria a apresentar problemas, sobretudo, a partir da década de 1980 quando os preços do petróleo sofreram uma queda acentuada. É neste momento que o polêmico artigo 5º que previa a possibilidade de parcerias com o capital estrangeiro seria colocado em prática através da política de *Abertura Petrolera*.

O terceiro ponto, referente ao acesso aos mercados consumidores, igualmente não apresentava neste momento maiores problemas. A articulação dos países produtores era um freio para a competição entre eles, permitindo agir de forma relativamente integrada no mercado internacional. Neste momento, eram os grandes consumidores, principalmente o Japão e os países europeus, que estavam em busca do acesso às fontes de petróleo.

Tal situação começaria a se modificar a partir da década de 1980, quando um conjunto de medidas adotadas pelos grandes países consumidores, organizados na Agência Internacional de Energia, começam a se tornar efetivas, baixando os preços do

petróleo e contribuindo para a desarticulação da OPEP. A partir deste momento, a política da PDVSA passou a ter como objetivo garantir seu acesso aos mercados consumidores através da compra de refinarias no exterior, dentre uma série de medidas conhecidas como *Internacionalización*.

A questão do pessoal capacitado foi resolvida da forma aparentemente mais fácil. Os gerentes das empresas transnacionais de petróleo foram mantidos em seus cargos, tão somente “mudando de camisa”, nas palavras de Mendoza Potellá. Tal situação gerou um verdadeiro paradoxo. Afinal, como os gerentes de empresas como Shell, Exxon, Gulf iriam do dia para noite deixar de ser ferrenhos críticos da nacionalização para se tornarem os principais agentes da estatal petroleira nacionalizada? Para o autor acima, este é um dos paradoxos da nacionalização:

Aquellos que hasta el 31 de diciembre de 1975 defendieron rabiosamente los intereses de “sus” transnacionales petroleras y el 1 de enero de 1976 simplemente cambiaron de franela, pero mantuvieron la misma ideología empresarial y los mismos vínculos con sus antiguas casas matrices, constituyéndose en cónsules y veladores de los intereses de estas corporaciones, primero, dentro de las novísimas operadoras, y, luego, dentro de la propia Pdvsa (MENDOZA POTTELLÁ, 2006, p. 184).

Esta situação seria sentida em toda sua radicalidade entre 2001 e 2003, o período da batalha do petróleo durante o qual a gerência petroleira constitui-se enquanto sujeito político de peso através de sua associação *Gente del Petróleo*. Tais disputas serão analisadas de forma detalhada no terceiro capítulo.

A formação da PDVSA esteve dependente não só do pessoal das multinacionais, mas também de sua estrutura. Em um primeiro momento, a empresa foi dividida em 14 filiais operadoras, posteriormente reduzidas a três filiais (Maraven, Pequiven e Lagoven) criadas com base nas principais transnacionais nacionalizadas (RODRÍGUEZ, 2006, p. 84). Tais filiais assumiam o conjunto das atribuições em áreas a elas concedidas. Somente em 1997, a PDVSA seria reorganizada de forma mais integrada, sendo dividida em três novas unidades funcionais: PDVSA Exploração e Produção, PDVSA Manufatura e Comercialização, PDVSA Serviços (MALAVÉ MATA, 2000, p. XIV).

O que pode ser destacado em relação à nacionalização do petróleo venezuelano é que este processo modificou os espaços de disputa onde atuava o

nacionalismo petrolero. Entre meados da década de 1920 e 1976, havia uma clara batalha para definir que a propriedade das reservas de petróleo pertencia à nação venezuelana, apresentando as empresas transnacionais como concessionárias. O Estado venezuelano defendia seu direito de ter um controle impositivo sobre os contratos, podendo estabelecer unilateralmente alterações devido a sua condição de proprietário do recurso natural e de país soberano. Esta separação do Estado em relação à extração do recurso fazia com que este estivesse concentrado na fiscalização e na arrecadação.

A partir da nacionalização, além da fiscalização e arrecadação, o Estado passou a ser o único acionista da companhia. Tal posição incrementou seu papel na indústria petrolera, pois além dos seus rendimentos fiscais, o Estado poderia obter dividendos enquanto proprietário da PDVSA.

Ahora los países petroleros controlan tanto la renta del suelo como la producción. En cuanto a lo primero, ello se realiza institucionalmente - como antes - por intermedio de los Ministerios de Petróleo, mientras lo segundo se realiza a través de las compañías nacionales; son ellas las que toman todas las decisiones empresariales de alguna importancia, en cooperación con el Ministerio de Petróleo. Esta cooperación, dadas las diferentes funciones específicas de ambas partes, desde luego no se encuentra libre de contradicciones. Pero éstas se ven minimizadas por ser compañías nacionales de capital estatal. No era cuestión de sustituir el capital arrendatario extranjero por capital arrendatario nacional privado. Esto ya fue aclarado en la Declaración Política de 1968, donde explícitamente se formuló como principio la explotación directa de los yacimientos por empresas públicas.

La razón es simplemente la siguiente. El capital arrendatario como tal, independientemente de su nacionalidad, se opone y tiene que oponerse a cualquier aumento de la renta del suelo (MOMMER, 1988, p. 213).

Conforme nos demonstra a história posterior da Venezuela, a propriedade pública da indústria parece ser uma condição necessária, porém não suficiente, para otimizar a maximização da renda petrolera.

Se o capital, independente de sua nacionalidade, se opõe ao aumento da renda da terra, em que medida seu caráter público neutraliza esta condição? Conforme afirma Mommer, em um primeiro momento, as contradições entre maximização da renda e acumulação de capital foram minimizadas com a nacionalização. Porém à medida que o nacionalismo petrolero venezuelano entrava em crise, houve uma tendência a um novo acirramento desta contradição, fazendo com que a estratégia de acumulação direta de capital no setor passasse a ganhar cada vez mais espaço no

desenho da política petroléira venezuelana. O caráter público e nacional da indústria petroléira facilitou, inclusive, que esta fosse apresentada como a realização do interesse nacional, mesmo se traduzindo, do ponto de vista fiscal, em uma redução drástica dos recursos disponíveis para o setor não-petroléiro.

A partir da nacionalização, a disputa no Estado pela definição da política petroléira ganha novos contornos, abrindo caminho, a partir da crise do modelo, para a afirmação de uma política petroléira neoliberal, centrada na acumulação transnacionalizada de capital diretamente no setor e apoiada na volta das companhias petroléiras transnacionais. A batalha em torno da reversão deste processo foi o determinante fundamental da acirrada disputa hegemônica vivida pela Venezuela a partir do ano de 2001.

3. Crise do nacionalismo petroléiro

A década de 1980 marca a crise da política de substituição de importações, processo através do qual os países mais desenvolvidos da América Latina promoveram a industrialização. Este novo momento é marcado por uma ofensiva dos países do Norte, capitaneados pelos EUA, contra os países do Segundo e do Terceiro Mundo, conhecida como Nova Guerra Fria (VIZENTINI, 2002, p. 28). Tal iniciativa atacou os países da periferia através do aumento dos juros de suas dívidas externas (em dólares) e da diminuição do preço das matérias-primas.

No início dos anos 80, eclodiu a crise da dívida externa, decorrente do aumento da taxa de juros nos Estados Unidos. Com o brutal incremento dos pagamentos internacionais em moeda forte, os países latino-americanos entraram em recessão, enquanto todos os esforços eram voltados para as exportações, visando pagar os bancos credores (VIZENTINI, 2002, p. 97).

Durante 30 anos, a América Latina cresceu a uma média anual de 5,5%. Tal crescimento viu-se drasticamente reduzido na década de 1980 para 1,2%, sendo que neste mesmo período, a região acumulou uma queda de 10% do seu PIB per capita (FRENCH-DAVIS, 1997, p. 92; SKIDMORE; SMITH, 1996, p. 71).

Tal situação abriu um período de crise econômica, durante o qual os sucessivos governos elaboraram planos para superá-la. As medidas implementadas por estes governos, principalmente a partir do segundo governo de Carlos Andrés Pérez,

acentuaram ainda mais a crise econômica e social do país. Frente à crise do modelo de acumulação, a gerência da PDVSA passou, cada vez mais, a buscar a construção de uma agenda própria que passava pela diminuição da arrecadação da renda petroleira pelo Estado.

Así, la compañía terminó por concertarse en su propia agenda: el desarrollo del sector petrolero en términos reales, maximizando volúmenes, el flujo de caja y las ventas - ¡pero no los beneficios! – en todos los segmentos de la industria, tanto en el plano nacional como en el internacional, sin conservación alguna para el fisco nacional (MOMMER, 2003a, p. 169).

Portanto, para compreender as políticas da PDVSA, mais do que caracterizá-la como uma estratégia que visa tão somente aumentar seus lucros, é preciso compreendê-la como uma empresa que sustenta sua expansão com a diminuição do repasse de recursos para seu único acionista: o Estado.

O projeto de uma *Gran Venezuela* passava não só pelo desenvolvimento através dos recursos petroleiros, mas também aproveitando a oferta internacional de crédito alimentada pelos petrodólares durante os anos 70. Tais empréstimos aumentariam o endividamento externo. Assim, a crise da dívida atingiu em cheio a Venezuela a partir de 1982. O governo, buscando conter a crise, fez uso dos fundos de reserva da PDVSA (US\$ 5,5 bi), não alcançando resultados satisfatórios. O início do ano de 1983 é marcado pelo *Viernes Negro*, dia no qual o governo venezuelano desvalorizou o bolívar em relação ao dólar pela primeira vez em mais de dez anos, acabando o sonho da Venezuela petroleira (MÁRQUEZ, 2003, p. 257).

El viernes negro del 18 de febrero de 1983, día en que se decretó la devaluación, marca de manera simbólica el despertar en la conciencia colectiva de la dimensión y gravedad de la crisis económica por la cual atravesaba el país (LANDER; LÓPEZ MAYA, 2001, p. 234).

Frente à crise econômica pela qual passava o país, a PDVSA passou a construir uma agenda própria que visava distanciar-se da crise vivida no país através da intensificação de sua vinculação internacional.

Para impedir que el gobierno volviera a apropiarse de sus activos líquidos en el futuro, la compañía decidió no acumular nunca más tales activos. Y como invertir en el país no era posible [devido às cotas da OPEP que limitavam a produção], las ganancias acumuladas tenían que gastarse en el exterior. ¿Pero, dónde podría gastarse el dinero en momentos en que la producción se estaba recortando? La

respuesta fue la política de internacionalización de PDVSA (MOMMER, 2003a, p. 171).

a) *Internacionalização da PDVSA*

A partir de 1983, a PDVSA começa sua política de internacionalização. Esta política caracteriza-se pelo investimento da empresa petroleira no exterior buscando, de acordo com documento do *Centro de Formación y Adestramiento de PDVSA y filiales* (CEPET), a integração vertical com os mercados consumidores, no conjunto das atividades relacionadas ao petróleo.

El principal riesgo que debe afrontarse es el de perder mercados y, precisamente, la internacionalización persigue el básico inmediato de resolver este problema prioritariamente (CEPET apud BOUÉ, 2002, p. 241).

Tal política de integração vertical não é uma exclusividade da PDVSA, sendo aplicada por outras companhias estatais de países petroleiros. O que diferencia a empresa venezuelana é o volume de recursos empregados nesta política e o conseqüente peso que a empresa adquiriu nos países consumidores. Tais investimentos constituem para Boué (2002, p. 237) um dos maiores fluxos de capital na direção Sul-Norte.

O início da internacionalização da PDVSA aconteceu em 1983 com o estabelecimento de uma empresa, Rühr Öl, em sociedade com a Veba Öl na Alemanha. Fruto das denúncias dos altos custos desta operação e da troca de governo, a política de internacionalização teve uma breve suspensão. Frente à nova crise do mercado petroleiro internacional, tal política foi retomada com força a partir de 1985. Até 2002, a companhia detinha o controle de 18 refinarias, com uma capacidade para processar 1,8 milhões de barris diários (BOUÉ, 2002, p. 242). A principal justificativa para esta política seriam as características da maior parte do petróleo extraído na Venezuela que, sendo considerado pesado (abaixo de 22° API), necessita de refinarias especiais para ser devidamente aproveitado⁵. Assim, óleos com estas características têm

⁵ O petróleo é classificado de acordo com sua densidade, obtendo diferentes preços no mercado devido a esta. Os graus API (American Petroleum Institute) são a forma de definir a densidade do óleo. A densidade da água (10° API) é o parâmetro para diferenciar o petróleo convencional (acima de 10°) do petróleo extra-pesado (abaixo de 10° API). Quanto mais leve for o óleo (graus API mais elevado) maior será sua cotação no mercado.

um valor de uso muito diferente dependendo das refinarias nos quais são processados⁶. Tendo em vista a alta quantidade de óleos pesados, e inclusive extra-pesados⁷, nas reservas venezuelanas (percentual que tende a aumentar nos próximos anos), dispor de refinarias próprias no exterior, uma política de integração vertical, seria o caminho mais seguro para garantir a venda rentável destes.

Seria de se esperar que as refinarias compradas pela PDVSA no exterior processariam tais óleos pesados provenientes da Venezuela. Segundo a análise de Boué (2002) a maior parte do petróleo processado nas refinarias adquiridas pela PDVSA são leves (acima de 25° API) não havendo maiores problemas para sua comercialização. Além disso, tal autor constata que quase todas as refinarias processam petróleo de procedência não-venezuelana. Se uma parte delas os utiliza somente para otimizar suas operações, uma parte significativa das refinarias de PDVSA processa um volume extremamente pequeno de petróleo venezuelano⁸.

Na sua atuação no âmbito do refino, a PDVSA enquanto produtora de petróleo deve levar em conta que toda compra de refinaria e o estabelecimento de contrato de fornecimento de óleo venezuelano deve apontar no sentido de um aumento da demanda de petróleo (para a Venezuela, prioritariamente, petróleo pesado). Se houver compras de refinaria, simplesmente substituindo o petróleo fornecido por outros países pelo venezuelano, a tendência é que haja uma estabilização da demanda associada a um aumento da oferta, gerando uma queda nos preços. O programa de internacionalização ao longo de sua história pouco se preocupou em garantir este aumento.

Outro problema grave analisado por Boué na política de internacionalização são os preços de transferência praticados entre PDVSA e suas filiais no exterior. Um dos argumentos para defender a internacionalização seria a

⁶ Até 1973, o petróleo pesado era processado para produzir um derivado voltada para a geração de energia elétrica. A partir do aumento dos preços, o petróleo foi substituído na geração de energia elétrica por outras fontes, o que ocasionou o aumento da necessidade de refinarias de alta capacidade a fim de produzir derivados rentáveis, como os combustíveis automotores. Assim, o processamento ou não do petróleo pesado em refinarias de alta capacidade determina uma diferença importante no seu valor.

⁷ Estima-se que a Faixa Petrolífera do Orinoco tenha uma reserva de 235 bilhões de barris o que somados à reserva de petróleo convencional do país (78 bilhões) transformaria a Venezuela na maior reserva de petróleo do mundo, alcançando quase metade das reservas de todos os países do Oriente Médio.

⁸ As refinarias localizadas na Alemanha são os melhores exemplos do pequeno processamento de petróleo venezuelano. Chama atenção uma das refinarias dos Estados Unidos, PDV Midwest Lemont, que, após sua aquisição total pela PDVSA, reduziu seu processamento de petróleo venezuelano (BOUÉ, 2002, p. 247-48 e 250-51).

possibilidade de vender petróleo a preços mais elevados do que o mercado. O autor argumenta que mesmo quando uma empresa move sua produção por canais integrados, os preços nela praticados não podem desconhecer os preços de mercado, sob pena de perder rentabilidade. Entretanto, ao contrário do que afirmaram seus principais porta-vozes, segundo Boué a PDVSA caracterizou-se por vender petróleo em média quase US\$3,00/barril abaixo do preço de mercado.

A questão dos preços de transferência aplicados nas vendas de petróleo da PDVSA a suas filiais está profundamente relacionada com a crise fiscal crônica atravessada pela Venezuela desde o início dos 80. Isto se explica pelo fato de as contribuições fiscais da empresa serem calculadas a partir do preço de venda a suas filiais (os preços de transferência) e não os preços de mercado, o que gerava contribuições fiscais menores.

(...) desde 1985 (con efectos retroactivos a 1984) las obligaciones fiscales (regalía e ISLR) derivadas de la exportación de petróleo venezolana se han calculado con base en 'los precios declarados por el contribuyente' (es decir, PDVSA), sin que se haga ninguna distinción entre precios de transferencia y precios de mercado abierto (BOUÉ, 2002, p. 259).

Uma empresa transnacional informar como referência para o pagamento de impostos os preços de venda de petróleo a si mesma (os preços de transferência) seria algo inadmissível para qualquer autoridade fiscal que devesse taxá-la. Combater este tipo de prática era uma preocupação constante das políticas fiscais anteriores à nacionalização. Como vimos acima, a partir de 1967, os preços de referência eram estabelecidos pelo governo venezuelano. Neste período, a OPEP como organização se voltava igualmente contra outras formas de inflação de custos como os descontos de comercialização que as empresas petroleiras faziam nas transações internas à companhia, deduzindo tais custos do imposto de renda. De maneira paradoxal, após a nacionalização, a arrecadação fiscal venezuelana seria afetada pela adoção destas práticas pela empresa de propriedade do Estado.

Os primeiros passos da política de internacionalização em 1982 foram marcados por denúncias que demonstravam como os preços de transferência acordados através dos contratos de fornecimento entre a PDVSA e a Veba Oël eram em média inferiores em US\$ 2,00 por barril em relação aos preços oficiais em relação a transações semelhantes. A conjuntura política do país, com a troca do governo do COPEI de

Herrera Campíns para Jaime Lusinchi, da AD, fez com que o novo presidente suspendesse o programa de internacionalização.

Em 1985, este foi retomado devido a pressões da PDVSA sobre o governo, afirmando que a única forma de fazer frente à crise do mercado petrolífero internacional era através de políticas de integração vertical. Os preços de venda do petróleo pela PDVSA às suas filiais e demais clientes seriam calculados a partir de mecanismos flexíveis diariamente. Diferentemente de outros países petrolíferos que estabeleceram tal cálculo diário, a margem para a negociação da PDVSA com seus compradores era bastante grande. Enquanto países como Arábia Saudita e México estabeleciam fórmulas de preços definidas que restringiam a limites determinados as possibilidades de negociação, os preços da PDVSA dependiam de uma multiplicidade de fatores como

(...) su (do cliente) situación en el momento en que lo negoció, la premura que tuviera PDVSA por colocarlo, a situación del mercado en general y de productos de especialidad, etc. (BOUÉ, 2002, p. 260).

Tal modo de formação do preço associado a uma profusão de segregações comerciais, não permitem ao Ministério de Energia e Minas um controle eficiente das vendas da PDVSA. Assim, não havendo um preço fixo de referência, a avaliação dos preços de transferência, se estes são excessivos ou não, se torna muito mais difícil.

Para analisar o quanto a PDVSA investiu em sua política de internacionalização é preciso contabilizar em seus custos não só os valores investidos para adquirir refinarias, mas também o conjunto dos investimentos posteriores e a diferença entre os preços de transferência (definidos pelos contratos de fornecimento) e os preços de mercado. Assim, quando os descontos gerados pelos preços de transferência praticados pela empresa são somados aos custos de aquisição de refinarias, verifica-se que o volume de recursos investidos no programa de internacionalização ultrapassa os US\$10 bilhões (BOUÉ, 2002).

Juan Carlos Boué conclui seu trabalho afirmando que o Estado venezuelano não foi beneficiado com a política de internacionalização. Tanto como autoridade fiscal com direito a receber impostos e *royalties* como enquanto detentor de todas as ações da PDVSA com direito a receber dividendos. No primeiro caso, a importação dos custos para a Venezuela e a exportação dos benefícios através dos preços de transferência reduzia o volume de recursos gerados pela exportação de

petróleo desde a Venezuela e, portanto, a arrecadação fiscal. Tais fluxos excedentes não retornavam ao país nem como dividendos, impedindo o Estado venezuelano de beneficiar-se de sua condição de único acionista da PDVSA. Assim, Mommer resume a política de internacionalização:

Trasladar ganancias al exterior por medio de precios de transferencia es el verdadero motivo para la internacionalización, lo cual también explica el desenfrenado crecimiento de la red internacional de refinerías de PDVSA, que actualmente cuenta con capacidad para procesar alrededor de 2 millones de barriles por día (b/d), y su negocio al detal, consistente en más de 14 mil estaciones de servicio en Estados Unidos (MOMMER, 2003a, p. 172).

b) Redução de Impostos

A partir da criação da PDVSA, mesmo mantido o objetivo de maximizar a renda petroleira o governo ajustaria a política fiscal frente ao setor petroleiro, pois não se tratava mais de cobrar impostos de empresas transnacionais, mas sim de taxar uma empresa nacional, cujo único acionista era o Estado venezuelano. O progressivo avanço do Estado sobre a renda petroleira, culminando com a nacionalização, o levaria a controlar igualmente a indústria petroleira, concentrando no Estado tanto os direitos de proprietário das jazidas de petróleo quanto os de propriedade da indústria petroleira, além, é claro, de sua condição de país soberano, permitindo-lhe cobrar impostos sobre quaisquer atividades desenvolvidas em seu território. A concentração destas atribuições no âmbito do Estado não anula as disputas sobre diferentes políticas petroleiras a seguir.

Desde o momento da criação da PDVSA esta foi beneficiada com uma redução do Imposto sobre a Renda tendo em vista a necessidade de prover a companhia de fundos de investimento capazes de reverter o esgotamento das reservas venezuelanas. Porém ao longo da década de 1980 e principalmente 1990 esta política de redução de impostos iria ser ampliada, culminando com as decisivas transformações fiscais de 1993.

Entre os mecanismos de controle do Estado venezuelano sobre o petróleo, podemos destacar o estabelecimento dos preços de referência fiscal. O estabelecimento de tais preços visava impedir que o petróleo extraído, vendido por canais integrados das próprias companhias operadoras, fosse descontado, diminuindo assim significativamente a contribuição fiscal das empresas. Em um primeiro momento, tais preços de referência fiscal eram definidos em uma negociação entre o governo e as

concessionárias. A partir de 1967, em um novo passo no controle sobre o petróleo, o Estado passou a fixar unilateralmente tais preços tomando como parâmetro o preço do barril no mercado internacional e aplicando, inclusive, uma sobretaxa de, em média, 25%. A partir deste momento, estes preços de referência fiscal passam a chamar-se de Valores Fiscais de Exportação tendo em vista o subsídio que o mercado interno passa a receber. Igualmente a partir da nacionalização, estes seriam reduzidos e posteriormente, a partir de 1993, eliminados (PARRA LUZARDO, 2001).

c) Novo marco regulatório e Abertura Petroleira

Os avanços desta abertura para a volta do capital transnacional ao setor de hidrocarbonetos necessitavam de uma profunda alteração na legislação existente, legislação esta que expressa a consolidação dos avanços de um regime petroleiro no qual o Estado tem um papel central. Seria necessária uma reforma petroleira que mudasse o marco legal a fim de permitir a atuação das empresas transnacionais no negócio.

Esta mudança do marco legal não aconteceu por alterações nas principais leis que então regiam o setor de hidrocarbonetos, mas por aquilo que Mommer (2003c) chamou de uma interpretação criativa do marco legal existente. O artigo 5º da Lei Orgânica que Reserva ao Estado a Indústria dos Hidrocarbonetos abria a possibilidade para, em casos especiais, estabelecer associações com empresas transnacionais para a exploração e extração de petróleo e gás. A partir desta brecha, novos contratos foram estabelecidos, porém muitas vezes esta não seria suficiente para acomodar a nova política de abertura, sendo necessárias decisões judiciais que modificassem esta situação. O marco legal venezuelano foi construído pela sobreposição de legislações havendo a primazia das mais recentes sobre as anteriores, porém sem sua revogação. Isto permitiu certa margem de manobra para a Corte Suprema emitir uma série de decisões que proporcionaram o caminho para a Abertura Petroleira⁹.

⁹ Um exemplo desta situação aconteceu no âmbito da exploração e extração de gás natural. “Para superar estos obstáculos, Lagoven interpuso ante la Corte Suprema de Justicia, en noviembre de 1990, un recurso solicitando la nulidad del artículo tercero de la Ley de Hidrocarburos y dos artículos, el segundo y el quinto, de la LREIGN [Ley que Reserva al Estado la Industria de Gas Natural]. Cinco meses después, en abril de 1991, la Corte emite un controvertido fallo en el cual, además de declarar nulos los artículos solicitados por el demandante, declara también nulo el artículo primero de la LREIGN” (LANDER, 1997, p. 22)

Além da abertura do setor de exploração e extração de petróleo, a *Abertura* igualmente modificou o marco regulatório do mercado interno de derivados, permitindo o retorno de antigos atores, as transnacionais, para este setor. A Lei Orgânica de Abertura do Mercado Interno da Gasolina e outros Combustíveis Derivados dos Hidrocarbonetos para Veículos Automotores apesar de retirar a reserva do mercado interno para o Estado venezuelano, mantinha com este o controle do preço dos derivados, fato este criticado por representantes da PDVSA e das empresas transnacionais (PARRA LUZARDO, 2001, p. 255). Certamente o governo não poderia, neste momento, deixar para o “mercado” a fixação dos preços em um setor tão sensível. Em 1989, como veremos no capítulo seguinte, o segundo governo de Carlos Andrés Pérez ao receber um empréstimo do Fundo Monetário Internacional se comprometeu com uma série de medidas de ajuste fiscal, entre as quais se destaca o aumento do preço da gasolina em 100%. Desde a década de 1970 o preço interno do petróleo e seus derivados é bastante inferior ao mercado internacional, mas a orientação do FMI era diminuir fortemente este subsídio para aumentar a arrecadação.

Neste sentido, conclui-se que, paradoxalmente, o evento que marcou o auge do nacionalismo petrolero abriu caminho igualmente para o início de sua crise. No momento em que o Estado venezuelano assumiu sua condição de único acionista da empresa nacionalizada, a estratégia de acumulação de capital passou a se expressar de forma distinta ao período concessionário, representado agora pela empresa nacional de petróleo. Como analisado acima, uma série de mecanismos de fiscalização (como o fato de os preços de transferência praticados entre a PDVSA e suas filiais no exterior serem considerados os preços de referência para a cobrança dos impostos) considerados inaceitáveis antes da nacionalização, passaram a ser aceitos.

A partir do final da década de 1980, a crise econômica e fiscal pela qual passou a Venezuela fortalece o caminho das soluções neoliberais. No âmbito petrolero sua maior expressão seria a Abertura Petrolera.

Com a nacionalização a questão petrolera perde sua centralidade no debate político em grande medida porque os objetivos traçados pelo nacionalismo petrolero haviam sido aparentemente alcançados. Por outro lado, os principais porta-vozes da PDVSA foram tecendo ao longo destes anos um discurso que opunha as metas empresariais e técnicas traçadas pela gerência da empresa aos interesses políticos expressos pelos governos. Associada ao aumento do descrédito do regime político

venezuelano, tal discurso consolidou-se em parcelas importantes da população. Sua expressão institucional foi o progressivo afastamento do Ministério de Energia e Minas (MEM) das funções de definição de políticas gerais para o setor, para as quais havia sido originalmente designado pelo decreto de nacionalização. Como vimos anteriormente, até mesmo a função de fiscalização, já cumprida pelo MEM antes da nacionalização, ficaria prejudicada. A PDVSA, que deveria cumprir uma função intermediária entre o MEM e as filiais operadoras, assume as definições dos rumos do setor petrolífero venezuelano.

Esta nova configuração seria fundamental para alavancar a Abertura Petrolífera. Este programa caracteriza-se pela transferência de atividades petrolíferas ao capital transnacional. Para alcançar o objetivo de reabrir o setor petrolífero às transnacionais a PDVSA promoveu uma série de mudanças na legislação, flexibilizando, entre outros aspectos, o regime fiscal. Tal programa estava igualmente voltado para a expansão da produção de petróleo, visando dobrar a capacidade entre 1996 e 2006, passando de 3 milhões de barris por dia para 6 milhões.

Conforme explica Luís Lander (1997), através dos novos contratos, o Estado diminuiu sua participação tanto na arrecadação fiscal, pois para tornar atrativos os contratos foi necessário diminuir os impostos, quanto no seu controle sobre estas associações, pois sua participação acionária passou na maior parte dos casos a ser inferior a 50%. Além destes dois aspectos, outro elemento que identifica o retrocesso desta nova política em relação ao patamar atingido pela política petrolífera nacionalista foi o fim da soberania jurídica venezuelana sobre os novos contratos, transferindo o foro legítimo para resolver eventuais disputas para o exterior.

Do ponto de vista da classe dominante, com estas políticas se fortalece o setor definido por Lacabana (2006) como burguesia emergente, setor com sólidos vínculos transnacionais e que buscou orientar o desenvolvimento do país para a intensificação desta relação.

Até a nacionalização do petróleo houve uma tendência, com seus avanços e retrocessos, de maximização da renda petrolífera. Esta se deu através da afirmação da propriedade pública dos hidrocarbonetos e do direito do Estado ser remunerado enquanto proprietário das jazidas, do estabelecimento de diversos mecanismos de controle sobre a produção tendo em vista a elevação dos preços e a conservação das reservas, e igualmente do aumento paulatino da arrecadação fiscal, atingindo seu auge

nos anos 1970. A implementação desta estratégia culminou com a nacionalização da indústria petroleira e da reserva ao Estado de todas as atividades de exploração, extração e comercialização dos hidrocarbonetos e seus derivados. O Estado passa a ser, além de proprietário das jazidas, o único acionista da empresa petroleira nacional, PDVSA. Como afirma Mommer:

(...) la nacionalización no es el final de la historia, sino sólo el comienzo de un nuevo capítulo. Nuevos e importantes actores han entrado en la arena, otros la han abandonado, y las reglas han cambiado. Empero, el juego continúa. (2003b, p. 101).

Se as companhias petroleiras transnacionais saíram de alguns espaços importantes, as tendências à liberalização do regime petroleiro tiveram como porta-vozes mais ativos a gerência da PDVSA. A afirmação desta tendência traria de volta através da Abertura Petroleira boa parte das empresas que haviam deixado o país com a nacionalização.

O regime petroleiro voltado para a extração da renda foi organizado e sustentou o regime político baseado na distribuição desta. Como veremos a partir deste momento, o regime político construído sobre o nacionalismo petroleiro e sua política distributiva começou a ruir. A partir da metade da década de 1980, a Venezuela começa a viver anos turbulentos que desembocarão no atual processo bolivariano.

CAPÍTULO II

CRISE DO REGIME POLÍTICO E EMERGÊNCIA DE ALTERNATIVAS

Neste capítulo analisa-se como a crise econômica vivida pela Venezuela na década de 1980 se expressou no regime político e na sociedade. Entende-se que a partir de 1989 surge uma crise de hegemonia e emergem novos atores políticos entre os quais se destaca o movimento bolivariano. A chegada ao Executivo deste movimento abrirá o caminho para importantes mudanças institucionais que favorecerão a formação de um novo regime político.

Nosso principal objetivo é compreender a relação entre a renda petroleira e o regime político do Pacto de *Punto Fijo*. Para isso, utiliza-se o conceito de hegemonia, dando especial atenção aos autores que ressaltam a importância do seu substrato material. Neste sentido, a primeira parte deste capítulo apresentará uma introdução ao conceito marxista de hegemonia, a partir de Antonio Gramsci e de os autores que seguiram o caminho aberto pelo revolucionário italiano.

1. A hegemonia em debate

Dentre os diversos autores marxistas, Antonio Gramsci conquistou seu lugar enquanto um clássico pela originalidade de seu pensamento e pela sua capacidade de *fazer pensar* para além do contexto original de suas contribuições. No núcleo destas contribuições encontra-se o conceito de hegemonia desde uma nova perspectiva que reconfigura a compreensão da supremacia de determinadas classes sobre outras, colocando em questão a articulação entre as esferas da força e do consenso. Neste primeiro momento, iremos introduzir esta questão e como ela poderá nos ser útil para pensar a história recente da Venezuela.

O conceito de hegemonia já tomava parte no debate marxista antes da contribuição de Gramsci. Porém, como veremos, tal conceito tinha um sentido mais restrito em relação àquele empregado pelo marxista italiano. Nos debates da socialdemocracia russa, por exemplo, o conceito de hegemonia era empregado para definir a capacidade da classe operária de liderar outros segmentos explorados da

população, particularmente os camponeses (ANDERSON, 1981). Se esta preocupação pela capacidade da classe operária construir sua liderança junto a outros setores explorados será mantida por Gramsci, este agregará a reflexão sobre as formas de supremacia de uma classe ou conjunto de classes sobre outras, incluindo não só a dimensão coercitiva desta supremacia, mas igualmente sua dimensão consensual, fundada no consentimento dos dominados-dirigidos. A combinação destes dois elementos, a coerção e o consenso, permite que os setores dominantes construam uma supremacia hegemônica, isto é, uma supremacia apoiada de maneira equilibrada na coerção e no consenso.

Esta maneira equilibrada permite o estabelecimento de uma sinergia entre coerção e consenso. A força vai além de si mesma, permitindo a construção do consenso dos dominados-dirigidos, ao mesmo tempo em que tal consenso legitima a força e a torna mais efetiva.

A terminologia empregada por Arcádio Sabido Mendéz (2005) apresentando a hegemonia como uma articulação entre força e consenso nos parece bastante adequada. O emprego do termo *força* seria melhor que o termo coerção visto que este pólo não é constituído somente pela repressão (força militar/policial), mas, igualmente, pela força econômica, política, etc. Isto é, a delimitação entre força e consenso está justamente na questão do consentimento dos dominados-dirigidos. O conceito de hegemonia permite compreender que em todo momento existe uma síntese entre estes dois elementos, ainda que estes os dois pólos adquiram diferentes articulações de acordo com as conjunturas e instituições. Justamente esta questão, a construção da hegemonia e sua crise, é o que nos interessa para problematizar a história recente da Venezuela.

A introdução de tal perspectiva do conceito de hegemonia irá contribuir para a reflexão sobre as diferentes estratégias dos revolucionários a serem empregadas para a derrubada do capitalismo nos contextos do “Oriente” e do “Ocidente”.

A Revolução Russa se constitui em um divisor de águas para a esquerda, pois se traduziu, no plano organizativo internacional, na fundação de uma nova Internacional, a Terceira, contrapondo-se à Segunda Internacional dos grandes partidos social-democratas que, frente à Primeira Guerra, dividiram-se na sustentação de seus respectivos Estados beligerantes. Gramsci acolheu com entusiasmo o exemplo dos *soviets*, sendo fundador do Partido Comunista da Itália. Em Turim, na esteira do final da guerra, Gramsci estava presente no principal centro de agitação operária, com a

proliferação dos conselhos nas fábricas ocupadas, evidenciando a força dos trabalhadores italianos. Ao mesmo tempo, viu abater-se sobre a esquerda de seu país a força do fascismo, sendo preso em 1926.

Os estudiosos da obra do marxista italiano situam nesta segunda fase da obra de Gramsci sua contribuição mais fecunda para o marxismo (COUTINHO, 1981). É neste momento que Gramsci irá se questionar sobre as raízes da derrota e buscará compreender a *especificidade da supremacia das classes dominantes nas sociedades da Europa Ocidental*. Nestas, ao contrário das formações sociais orientais como a Rússia, a supremacia da classe dominante não era exercida com absoluta predominância da esfera de coerção oriunda do Estado restrito. Este, ao contrário, era a trincheira avançada de uma complexa rede de trincheiras e casamatas constituída para além do Estado, em seu sentido restrito, pela sociedade civil. No “Ocidente”, diferentemente do “Oriente”, a sociedade civil era desenvolvida e a partir dela permitia que a supremacia das classes dominantes estivesse sustentada de maneira importante sobre a esfera do consenso. Sendo assim, por meio desta articulação entre força e consenso, a supremacia de classes nestas formações era hegemônica, fazendo com que a classe dominante fosse igualmente dirigente.

Aquilo que Gramsci definia como as “*irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato*” (1980, p. 73) não aconteciam nas formações ocidentais, tendo em vista que a fortaleza da sua sociedade civil permitia absorver os choques causados pelas crises econômicas, mantendo a ordem e canalizando para dentro suas contradições. Tais diferenças entre Oriente e Ocidente davam lugar à adoção de diferentes estratégias pelos revolucionários. Traçando um paralelo com as estratégias militares utilizadas na Primeira Guerra em suas diferentes frentes, enquanto no Oriente primou a guerra de movimento, no Ocidente primou a guerra de posições. Enquanto no Oriente os revolucionários poderiam apostar em uma tática insurrecional, esta teria um conjunto de mediações e de avanços mais paulatinos no Ocidente (GRAMSCI, 1980, p. 67-75).

Perry Anderson buscará explicar esta diferenciação a partir do caráter de classe dos aparatos estatais no “Ocidente” e no “Oriente”. Para este autor, o limite da elaboração de Gramsci se situa no fato de sua metáfora geográfica não explicar as diferenças identificadas nas formações sociais comparadas. Nas suas palavras:

Não obstante, Gramsci não conseguiu enxergar *por que* as coisas assim se passaram: escapou-lhe a definição científica do caráter do

Estado absolutista na Rússia. Encontramo-nos agora em posição de remediar esta lacuna de seu texto. (...) A autocracia russa era um Estado *feudal*, embora a Rússia fosse, no século XX, uma formação social compósita *dominada* pelo modo de produção capitalista: uma dominância cujos efeitos remotos são visíveis nas estruturas do czarismo (ANDERSON, 2004, p. 358).

A partir desta definição, Anderson retoma a questão da diferença entre “Oriente” e “Ocidente” para compreender a questão da estratégia socialista no Estado capitalista.

Se as coisas passaram assim, é necessário ter a coragem de extrair as conseqüências. *A Revolução Russa não foi feita contra um Estado capitalista*. O czarismo que caiu em 1917 era um aparelho feudal: o Governo Provisório não teve tempo de substituí-lo por um novo ou estável aparelho burguês. Os bolcheviques levaram a cabo uma *revolução socialista*, mas, do princípio ao fim, jamais se defrontaram com o *inimigo fundamental* do movimento operário no Ocidente [o Estado Capitalista da Europa Ocidental] (ANDERSON, 2004, p. 359).

Nas trilhas do pensamento gramsciano, encontram-se diversos autores e interpretações. As próprias características da obra do italiano permitem diversas entradas. Buscando mapear estas antinomias, Perry Anderson (1981) nos demonstra como nos Cadernos do Cárcere encontram-se diferentes definições do próprio conceito de hegemonia. Tais imprecisões, profundamente relacionadas com as dificuldades nas quais tal obra foi elaborada, são a base para interpretações ainda mais diversas quanto às contribuições de Gramsci.

Para os objetivos deste trabalho, é importante destacar, dentre a infinidade de contribuições abertas na trilha do revolucionário italiano, aqueles que problematizam o que Mabel Twaites Rey chama de *bases materiais da hegemonia* (TWAITES REY, 1994). Em um texto no qual introduz as contribuições de Gramsci no âmbito do marxismo, a autora argentina dá especial atenção às condições materiais que permitem a construção da hegemonia, criticando certas interpretações do conceito que excluem tal dimensão de seu campo de reflexão.

La superación del economicismo vulgar (...) no significa caer en una versión idealista de la hegemonía, de dirección no coercitiva más allá de toda referencia a las condiciones materiales en que se expresan las relaciones de poder social. Podrá ser verdaderamente hegemónica, entonces, la clase que logre presentarse a sí misma como desarrollando las fuerzas productivas ‘en el sentido de la historia’, consiguiendo así hacer aparecer sus intereses particulares de clase

como interés general, en la medida en que no exista entre ambos un divorcio absoluto y evidente. De lo contrario, puede abrirse un profundo hiato por donde se cuele la crisis (orgánica) (TWAITES REY, 1994, p. 116).

Tal limitação já havia sido apontada por Nicos Poulantzas em sua obra *O Estado, o Poder, o Socialismo* (2000). Para Poulantzas, a relação entre o Estado e as massas populares não pode ser reduzida a uma relação de engano e repressão; é preciso compreender que existe igualmente uma série de elementos materiais em uma construção hegemônica. Há um volume de recursos articulado em torno do Estado que se constitui em um substrato material na qual se apóia o exercício da coerção e a promoção do convencimento.

De modo como foi sistematizada por L. Althusser, apóia-se no pressuposto da existência de um Estado que só agiria, só funcionaria pela repressão e pela doutrinação ideológica. Essa concepção supõe de certa forma que a eficácia do Estado esteja no que proíbe, exclui, impede de fazer, ou então no que engana, mente, oculta ou faz crer (...). Acreditar que o Estado só age assim é completamente errado: a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de *consenso*, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas (POULANTZAS, 2000, p. 28-29).

A partir destes elementos, buscaremos compreender a história recente da Venezuela utilizando o conceito de hegemonia e particularmente compreendendo o controle da renda petrolífera pelo Estado como o elemento-chave para a construção das bases materiais da hegemonia neste país.

2. Renda petrolífera e hegemonia: o regime político de *Punto Fijo*

No capítulo I foram analisadas as transformações do regime petrolífero da Venezuela ao longo do século XX, tendo como eixo a afirmação da propriedade nacional dos hidrocarbonetos. Veremos agora como a consolidação deste *regime petrolífero* esteve articulada à formação de um *regime político*, cujo principal símbolo é o Pacto de *Punto Fijo*.

No capítulo anterior, vimos que um dos marcos para a afirmação da propriedade nacional sobre as jazidas petrolíferas foi a Reforma Petrolífera de 1943.

Porém, naquele momento, o *regime político* estava longe de expressar a Venezuela que se transformava a partir do aumento da exploração do petróleo e de suas conseqüências, sobretudo, a crescente urbanização. A organização do movimento sindical, com destaque para os petroleiros, e a emergência de partidos com grande penetração nos setores populares abrem caminho para que o regime político seja transformado durante a década de 1940. Tal transformação, fracassada em sua primeira tentativa, viria a se consolidar tão somente no final da década de 1950, após a derrocada de Pérez Jimenez, com a formação do regime do Pacto de *Punto Fijo* (ANGEL, 1997; REY, 1991).

Mais do que expressar as novas forças sociais emergentes a partir das transformações ocorridas na Venezuela petroleira, o regime político estaria estreitamente vinculado às transformações do regime petroleiro. Como vimos no capítulo anterior, no regime petroleiro concessionário encontramos uma clara separação entre o proprietário do recurso natural (o Estado-Nação) e o capital (as transnacionais petroleiras). Entre estes dois atores travava-se uma disputa pelo controle do excedente petroleiro, mesmo que tal disputa se desse sem rupturas, sendo, sobretudo, definida pela negociação. Esta, no entanto, sempre se dá a partir de determinada correlação de forças, sendo um destes fatores a sustentação social interna e externa desta estratégia de afirmação da propriedade nacional do subsolo.

A afirmação da propriedade nacional dos hidrocarbonetos e a conseqüente expansão da renda passaram pelo fortalecimento tanto interno quanto externo do Estado. Internamente, a forma pela qual se estabeleceu este fortalecimento passou pela consolidação da democracia, ampliando a base de apoio e robustecendo a sustentação da política de maximização da renda petroleira frente às transnacionais. Externamente, a Venezuela foi decisiva para a fundação da organização dos países proprietários de grandes jazidas petrolíferas e exportadores, a OPEP.

O *nacionalismo petroleiro* pode, portanto, ser compreendido como a articulação entre um regime político e um regime petroleiro centrado na expansão da renda petroleira do país e na sua distribuição pelo Estado. A renda petroleira permitia a consolidação do regime político e tal consolidação permitia um fortalecimento da posição do Estado venezuelano para maximizar a captação enquanto renda do excedente petroleiro.

Tal articulação permite compreender a excepcionalidade da continuidade democrática venezuelana quando comparada aos demais países da América do Sul. Tal

continuidade democrática se deve não somente a um regime petrolero no qual o Estado afirmava seus direitos sobre a propriedade nacional do subsolo, mas, igualmente, a um regime político que permitia tal postura e construía sua sustentação na distribuição da renda petrolera. Esta permitia que o aumento dos rendimentos dos diversos setores do país pudesse ser feito não a partir de uma redistribuição entre estes, mas pela apropriação de uma parcela superior do excedente petrolero.

A construção deste novo regime político esteve estreitamente relacionada ao partido Ação Democrática (AD), organização portadora de um projeto que buscava apoiar-se na renda petrolera para desenvolver a Venezuela. Sua primeira tentativa aconteceu em 1945 quando, após derrubar o governo de Medina Angarita em conjunto com jovens oficiais, a Ação Democrática assumiu o governo, tendo à frente Rómulo Betancourt. Nas várias eleições subsequentes, as primeiras nas quais o sufrágio universal foi adotado de fato, a AD obteve sucessos arrasadores. Este era o único partido com enraizamento realmente nacional, fato que junto com o controle do Governo Provisório lhe permitia assumir uma preponderância que assustava seus eventuais concorrentes. Juan Carlos Rey chama este momento da primeira tentativa de implantar uma democracia de massas, constituindo um “*sistema populista de movilización*” (REY, 1991, p. 536)

Tal experiência, no entanto, teria vida curta. Após a eleição de um novo governo nacional em 1947 encabeçado pelo escritor Rómulo Gallegos, os *adecos* foram derrubados por um golpe militar que levaria à instauração da ditadura de Marcos Pérez Jiménez. Em janeiro de 1958, um levante cívico-militar depôs Pérez Jimenez, abrindo novamente o caminho para a democracia na Venezuela.

A AD cumpriria novamente um papel de destaque. Desta vez, entretanto, buscou estabelecer um conjunto de pactos que garantissem a estabilidade do novo regime político e assegurassem claramente os limites das reformas a serem implementadas. A partir do exílio, Betancourt organizou o *Pacto de Nova Iorque* que viria, junto com o *Pacto de Punto Fijo* (já em 1958), definir o conjunto de regras para a sustentação do regime. Desta forma, a partir de 1958, foi estabelecido um “*sistema populista de conciliação*” (REY, 1991) no qual a AD buscava corrigir aquilo que foi considerado como os pontos frágeis do triênio *adeco*. Para isto, articulava ao sufrágio universal um conjunto de canais para que os setores economicamente dominantes pudessem ter uma via própria de acesso ao aparelho de Estado, não dependendo

exclusivamente da mediação do voto para se fazerem representar no seio deste.

Tal regime político permitiu garantir a estabilidade democrática da Venezuela e a legitimidade de suas principais instituições. Para tanto, a renda petroleira captada pelo Estado teve uma importância decisiva, amortecendo as principais contradições entre as classes e canalizando distintas demandas sociais. Rey (1991) em sua análise destaca a existência de fortes instituições mediadoras, tais como os partidos políticos, a Fedecamaras (principal organização dos empresários) e a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) que cumpriram um papel importante na estabilidade do regime.

De acordo com Rey (1991) um dos aspectos distintivos da democracia venezuelana inaugurada pelo Pacto de *Punto Fijo* é o protagonismo dos partidos políticos, com destaque especial para a AD e o COPEI. Ao longo da consolidação do novo regime, estes dois partidos concentraram a preferência eleitoral da maioria dos votantes e, conseqüentemente, os cargos elegíveis no aparato estatal, sucedendo-se na presidência até a década de 1990. AD e COPEI se caracterizaram, além disso, por uma ampla penetração entre os mais diversos setores sociais, tanto diretamente quanto indiretamente, através de outras organizações, como sindicatos, associações profissionais, etc.

Este conjunto de características do regime político possui uma estreita relação com o regime petroleiro. Desenvolvendo uma discussão sobre bonapartismo e a questão dos graus de autonomia relativa do Estado nas diferentes formações sociais, Coronil questiona o uso destes conceitos sem evidenciar a característica distintiva do caso venezuelana: a importância da renda petroleira.

Considerar la organización de un régimen democrático después de 1958 como un caso de bonapartismo también olvida el punto principal: que en Venezuela la lucha de clases se centraba en el Estado, y que su núcleo primario no era la apropiación de la plusvalía producida nacionalmente sino la captación de rentas petroleras; que en defensa de sus intereses las clases no intentaban tanto usar al Estado unas contra las otras a fin de obtener ingresos (aunque, por supuesto, también lo intentaban), sino usar a cada una para obtener acceso al Estado en tanto fuente primaria de riqueza. Los pactos después de 1958, que entrelazaban al trabajo, el capital y los partidos políticos, en tanto cristalización del espíritu del 23 de Enero, expresaban este interés común en la fuente fundamental de riqueza de la nación (CORONIL, 2002, p. 251).

Por esta razão, o autor apresenta de maneira exploratória o conceito de “*bonapartismo rentista*” (2002, p. 252), apresentando o traço distintivo da Venezuela no lugar central ocupado pela renda petroleira para compreender suas principais contradições e as possibilidades de construção de um terreno comum entre distintos setores sociais para a resolução destas.

A ampliação do volume de recursos disponíveis no país estava estreitamente vinculada a uma maximização da renda petroleira. Este caminho permitia amortecer com uma arrecadação petroleira em expansão as contradições sociais, canalizando, obviamente de maneira desigual, para dentro do regime político as demandas de distintos setores sociais. Este fortalecimento do regime político favorecia o fortalecimento do Estado venezuelano frente às transnacionais, possibilitando, articulado aos demais países exportadores, a expansão da renda petroleira.

3. Crise de hegemonia

A década de 80 marcou a transição da “*Venezuela saudita*” para a “*Venezuela endividada*” (COLMENAREZ, 1989). Enquanto na década anterior o país se distanciou da maioria dos demais países da América do Sul, sob ditaduras de segurança nacional, na década de 1980 a Venezuela compartilhava, com os demais países da região, as pressões decorrentes do endividamento externo em meio a uma queda dos preços do petróleo no mercado internacional. A partir de 1982, com o aumento unilateral dos juros dos Estados Unidos, a situação de crédito barato foi revertida e os juros das dívidas externas (cotizadas em dólar) aumentaram rapidamente, jogando estes países em uma crônica crise fiscal.

A Venezuela, após afogar-se na abundância de divisas, viu-se em uma situação absolutamente diferente onde a escassez de divisas criou as condições para que sucessivos governos venezuelanos adotassem políticas neoliberais de ajuste. Um dos principais marcos deste processo de crise foi a desvalorização da moeda venezuelana, o *bolívar*, em 18 de fevereiro de 1983, dia que ficou conhecido como o *Viernes Negro* (LÓPEZ-MAYA, 2005). Durante anos o dólar esteve cotado a 4,30 bolívares, mantendo assim a moeda valorizada para a alegria do setor importador e daqueles que viajavam ao exterior. Eram nas lojas de Miami que os venezuelanos mais ricos, incluindo aí uma parcela importante de sua classe média, podiam dizer “*tá barato, dame dos*”

(MARQUÉZ, 2003).

A crise se fez sentir de maneira mais significativa entre os setores populares. A evolução dos números da pobreza e da miséria demonstra claramente a deterioração das condições de vida da maioria da população. Ao longo da década de 1980, as famílias em situação de pobreza e miséria passaram respectivamente de 17,65% e 9,06% no início da década para 44,44% e 20,07% em 1989 (LANDER; LÓPEZ MAYA, 2001, p. 234). Baseando-se tão somente no rendimento familiar, tais números não captam a queda igualmente abrupta da qualidade dos serviços públicos dos quais a população mais pobre era a principal beneficiária.

Nas eleições de 1988 a crise havia atingido proporções alarmantes. Neste contexto, a candidatura de Carlos Andrés Pérez surgiu como uma esperança já que o seu primeiro mandato presidencial foi o ponto culminante do nacionalismo petroleiro, marcado pelo auge da arrecadação fiscal e pela nacionalização da indústria petroleira. Foi durante seu primeiro governo que o projeto de uma *Gran Venezuela* foi colocado em prática, com grandes investimentos estatais na economia, nacionalizações de setores estratégicos e aumento do nível de vida que atingiu, ainda que de maneira desigual, o conjunto da população.

Era para este perfil de presidente que a maior parte da população venezuelana se voltou quando no final de 1988 votou massivamente na candidatura de Carlos Andrés Pérez. Mesmo sendo do mesmo partido do presidente em exercício Jaime Lusinchi, sua candidatura apresentou-se distante do governo e da crise atravessada pelo país ao longo da década. Sua plataforma política prometia a volta dos tempos de bonança que marcaram seu primeiro mandato. Sua posse teve a presença de inúmeras personalidades internacionais, de Jimmy Carter a Fidel Castro, e foi marcada pela expectativa das medidas a serem anunciadas pelo novo governo.

Ao ambiente de euforia com sua eleição somava-se a apreensão quanto às medidas a serem adotadas, entre as quais se encontravam a desvalorização do *bolívar* e o reajuste de preços de produtos e serviços públicos. Tais medidas ocasionaram um desabastecimento de produtos básicos, dentre os quais se destacavam os alimentos, gerando um aumento da tensão social.

O tão esperado *paquete* foi anunciado no dia 16 de fevereiro. De acordo com Margarita López-Maya, este conjunto de medidas apontava para profundas mudanças

nas políticas até então implementadas na Venezuela.

El programa de ajuste macroeconómico del gobierno de Pérez se resume fundamentalmente en la Carta de Intención firmada con el FMI en Washington el 28 de febrero de 1989. Sus contenidos principales fueron: a) restricción del gasto fiscal; b) restricción de los niveles salariales; c) unificación del régimen cambiario con paridad unitaria y flotante; d) tasas de interés flexibles y aumento inmediato de los niveles de las tasas de interés reguladas, eliminación de los créditos a tasas preferenciales para la agricultura, establecimiento de las tasas de interés por el mercado tan pronto como fuera posible; e) reducción de los controles de precios; f) posposición de programas de inversión de baja prioridad; g) reducción de los subsidios; h) introducción de un impuesto sobre la venta; i) ajuste de las tarifas de los bienes y servicios públicos provistos por empresas estatales, incluyendo los precios de los productos petroleros en el mercado interno; j) reforma en el régimen comercial, incluyendo la eliminación de la mayor parte de las excepciones en las tarifas y liberalización de las importaciones; k) levantamiento a las restricciones de las transacciones internacionales, incluyendo la inversión extranjera y la repatriación de dividendos (LÓPEZ-MAYA, 2005, p. 26-27).

A força concentrada no Estado, representada pela captação da renda petroléira, diminuía frente à queda da arrecadação fiscal e o aumento das demandas atendidas pelo Estado, com destaque para o pagamento da dívida externa. O impacto desta última sobre as contas públicas colocou o governo em uma situação ainda maior de dependência do crédito internacional, permitindo ao Fundo Monetário Internacional ditar as condições de um novo empréstimo. O fio condutor das medidas acordadas era o desmantelamento da complexa rede na qual se assentava o projeto desenvolvimentista de distribuição da renda petroléira por meio do gasto público, direta ou indiretamente. A partir deste momento, a renda petroléira seria canalizada para o pagamento dos compromissos assumidos com o sistema financeiro.

Dentre as medidas anunciadas, o aumento dos preços internos dos combustíveis atingiria de maneira imediata o nível de vida da população, cumprindo o papel de detonador do descontentamento acumulado. A maior parte do transporte de passageiros é feito por micro-ônibus tanto dirigidos por seus proprietários quanto por assalariados de uma série de empresas de transporte, configurando uma pulverização dos atores envolvidos neste ramo, dificultando, neste caso, o estabelecimento de negociações. Uma das principais medidas anunciadas pelo pacote do governo era o aumento dos preços internos dos derivados dos hidrocarbonetos, entre os quais um reajuste de 100% do preço da gasolina. Para prevenir possíveis tensões se este preço

fosse repassado para a o transporte público, o Ministério de Transporte e Comunicações negociou com a Federação Nacional do Transporte um limite de 30% para o reajuste das passagens. Entretanto, entidades filiadas à Federação emitiram declarações criticando o acordo, expressando um descontentamento que se manifestaria desde as primeiras horas da manhã da segunda-feira, 27 de fevereiro. Segundo relatos dos principais jornais do país, os primeiros conflitos do dia foram registrados entre passageiros e motoristas pelo fato de estes últimos buscarem, para compensar o reajuste da gasolina, aumentar o preço das passagens acima do decretado (LÓPEZ-MAYA, 2005).

A partir deste momento os setores populares começam a tomar as ruas da capital e de várias cidades do país demonstrando seu descontentamento. Em poucas horas começaram os saques. Depois de semanas de incerteza com a escassez de produtos nas prateleiras, a partir do anúncio do pacote econômico estes voltaram com os preços reajustados. A impossibilidade de comprar alimentos devido a seus preços exorbitantes foi uma das causas da profunda revolta, confirmando as denúncias de estocagem de produtos básicos. Esta revolta popular ficou conhecida como *El Caracazo*¹⁰.

Um movimento de tamanha magnitude excedia as possibilidades repressivas da Polícia Metropolitana. Além disso, a Polícia também se encontrava em meio a um conflito salarial e os policiais eram igualmente atingidos pelas medidas decretadas pelo governo. Frente a esta situação, o governo suspendeu as garantias constitucionais e instituiu o toque de recolher, lançando o exército às ruas de Caracas para restabelecer a ordem. Neste momento o exército se transformava em uma gigantesca polícia para conter um movimento não menos gigantesco.

Há controvérsias quanto ao saldo desta repressão. O governo reconhece 277 mortos, enquanto organismos de direitos humanos estimam o número de mortos entre 400 e 3 mil pessoas. A elasticidade das estimativas expressa a dificuldade de contabilizar as vítimas deste evento, muitas enterradas em valas comuns clandestinas. O saldo desta trágica semana será a abertura de uma brecha importante entre amplas parcelas das camadas populares com o regime, momento a partir do qual a supremacia

¹⁰ O nome através dos quais os eventos que marcaram a virada fevereiro-março do ano de 1989 se popularizaram sob o nome de Caracazo. Tal denominação oculta o caráter nacional que estes eventos tiveram, atingindo cidades de diversas regiões do país, porém demonstra obviamente a força que ganha um evento de tamanha magnitude no centro político, econômico e demográfico do país. Alguns preferem a denominação de *El Sacudón* (LÓPEZ-MAYA, 2005).

das classes dominantes se sustenta cada vez mais na coerção.

Estos acontecimientos marcaron una crisis del proyecto populista que había definido la relación entre pueblo y Estado desde 1936. Con el giro hacia las políticas del libre mercado y el desmantelamiento del desarrollismo populista, el discurso dominante comenzó a presentar al pueblo no ya como el virtuoso cimiento de la democracia, sino como una masa turbulenta y parásita a la que el Estado tenía que disciplinar y el mercado tornar productiva. Desde la perspectiva de los sectores populares, por otro lado, la elite se definía de manera creciente como “cogollo” corrupto, que había privatizado la nación y atropellado al pueblo (CORONIL, 2002, p. 418).

A partir deste período, há um aumento do que Luís Lander e Margarita López-Maya chamam de *política de la calle* (2006), ou seja, o surgimento de um conjunto de mobilizações que não são mais canalizadas com tanta facilidade para dentro do regime político. De acordo com os dados utilizados por estes autores, em relação ao período anterior à crise de hegemonia cujo marco é o *Caracazo*, não há necessariamente um número maior de protestos, porém uma mudança da sua relação com o regime político e com o conjunto da dinâmica social.

En períodos de lucha hegemónica, *la política de la calle* interviene directamente en la confrontación con el poder establecido y eso se expresa en los cambios en su naturaleza y motivaciones. Se vuelve más confrontacional y violenta, y las motivaciones directamente políticas adquieren mayor relevancia. Por el contrario, en períodos en los que la hegemonía no está en disputa, donde son mayores la legitimidad y estabilidad del sistema político, las acciones colectivas de protesta por demandas socioeconómicas copan prácticamente todo el espacio. Son menos confrontacionales y violentas. Las capacidades de negociación de los actores demandados son también más amplias (LÓPEZ-MAYA; LANDER, 2008, p. 169).

Durante os períodos de crise de hegemonia, o regime passa a se sustentar de maneira mais preponderante sobre os aparatos repressivos. Porém, estes não estavam isolados da situação vivida pelo país sendo necessário situar o impacto da crise de hegemonia sobre as Forças Armadas. Ao contrário da polícia, cuja atividade repressiva guarda um caráter constante e cotidiano, a intervenção das Forças Armadas é marcada pela excepcionalidade, mesmo que sua determinação sobre a relação de forças sociais seja permanente. Justamente nos momentos nos quais o consenso se esgota que os mecanismos normais de repressão são transbordados. É neste momento que o aparato repressivo mais permanente deve intervir, excedendo os limites da “normalidade” da repressão.

O aparato repressivo venezuelano teve uma atuação dura, e muitas vezes ilegal, durante o período democrático iniciado em 1958. Durante a década de 1960, inclusive, foi desafiado por inúmeros movimentos guerrilheiros, tendo, segundo Agustín Arzola (2005), a triste marca de inaugurar os desaparecimentos políticos no continente. Mesmo com a derrota da insurgência guerrilheira, a repressão, tanto legal quanto extralegal, se manteve. O protesto popular que excedia os limites permitidos ou era encabeçado por sujeitos não enquadrados na lógica do regime, como o movimento estudantil independente, era fortemente reprimido, não sendo raro as manifestações terminarem com mortos. Tal repressão se insere, portanto, dentro da “normalidade” do regime, nunca deixando de aplicar a violência seja de forma intensiva e seletiva seja de forma difusa e extensiva.

O *Caracazo* marca o momento no qual a aplicação intensiva da violência se estende a amplas parcelas da população e não a grupos particularmente mobilizados ou insurgentes. Se o aparato repressivo estava moldado para agir nestas últimas situações, a partir deste evento se instalava um cenário absolutamente distinto, tendo um impacto profundo no seio das Forças Armadas.

Mantendo-nos circunscritos a uma concepção instrumental do Estado, isto é, tomando-o simplesmente como um instrumento nas mãos da classe dominante e manejável de acordo com seus interesses imediatos, resulta impossível compreender as contradições que o atravessam, influenciando de forma marcante seu pessoal. A história recente da Venezuela demonstrou o quanto o aparato repressivo não está isento de pressões. Conforme Nicos Poulantzas (2000), as lutas populares se expressam igualmente no aparato estatal, incluindo aí seus aparatos repressivos.

Analisando a crise das ditaduras do sul da Europa, Poulantzas (1976) dedica particular atenção à forma como as contradições sociais se expressam no âmbito do Estado. Dentre estes casos, aquele que talvez expresse com maior acuidade o que estamos analisando seja a Revolução dos Cravos, no qual o Movimento da Forças Armadas (MFA) teve enorme centralidade tanto na derrubada da ditadura quanto nos primeiros governos provisórios e nas medidas adotadas por estes (POULANTZAS, 1976). Existe, portanto, uma tendência para que as contradições sociais se expressem também no aparato repressivo, tornando-se mais contundentes durante os períodos de crise de hegemonia.

As Forças Armadas venezuelanas diferem em diversos aspectos dos demais

países da região. Sem dúvida, sofreram profunda influência do aparato militar dos Estados Unidos, porém não passaram pelas transformações às quais foram submetidas em regimes de Segurança Nacional, permitindo uma brecha para a existência em seu interior de setores de esquerda. No período anterior, a esquerda venezuelana sempre manteve um trabalho político no contexto das forças armadas. Analisando as raízes da organização dos militares bolivarianos nesta relação, Alberto Garrido (2000) buscou, através de diversas entrevistas e documentos, demonstrar a importância do Partido da Revolução Venezuelana de Douglas Bravo nos primeiros momentos de conspiração dos militares no início dos anos 1980. Se este trabalho de preparação permite compreender a construção de uma organização militar clandestina dentro das Forças Armadas, as condições para sua intervenção somente se dariam a partir da ruptura marcada pelo *Caracazo*. É assim que o ano de 1992 é marcado por sublevações militares. Na primeira delas, no dia 4 de fevereiro, militares rebeldes encabeçados por Hugo Chávez Frías tentaram prender o presidente Carlos Andrés Pérez, não obtendo sucesso. Em novembro do mesmo ano, novamente militares, desta vez da alta oficialidade, tentaram sem sucesso derrubar o presidente.

As insurgências militares expressavam uma profunda crise que atingia o conjunto do aparato estatal, inclusive sua instituição mais permanente, as Forças Armadas. Como expressão de uma tentativa de canalizar nos marcos da institucionalidade a crise política, a Corte Superior de Justiça (CSJ) aceitou as denúncias contra Carlos Andrés Pérez lançadas por personalidades como José Vicente Rangel e Artur Uslar Pietri e por La Causa R de malversação de fundos. No dia seguinte a esta decisão, o Congresso, de maneira unânime e de acordo com a Constituição, autorizava a abertura de processo e suspendia Pérez de suas funções (LÓPEZ-MAYA, 2005, p. 112).

Após a instalação de um governo de transição foram celebradas novas eleições nas quais se sagrou vencedor o veterano político venezuelano Rafael Caldera. Mesmo sendo ele próprio um dos signatários do Pacto de *Punto Fijo*, sua eleição se daria fora do partido por ele fundado, o COPEI, no qual teria pouca possibilidade de ser escolhido candidato. Caldera apresentou-se em um novo partido denominado Convergência, que liderava uma coalizão com uma série de outros partidos, entre os quais se destaca o MAS. Pela primeira vez desde 1958, um presidente de fora dos partidos AD e COPEI era eleito.

Tanto Pérez quanto Caldera em seus segundos mandatos foram eleitos com a promessa de combater o neoliberalismo, sobretudo em seus efeitos mais perversos. Nos dois casos, não houve sequer um breve período durante o qual esta agenda fosse implementada. Pérez nos seus primeiros dias de mandato anunciou o *Gran Viraje* neoliberal. Com Caldera não foi diferente. Alguns dias antes do novo governo tomar posse começa uma crise sem precedentes do setor bancário. Este setor, já bastante desregulamentado na Venezuela, teve sua crise ampliada com a abertura da economia pelo governo de Carlos Andrés Pérez. Tendo como epicentro o Banco Latino, a crise se alastrou para todo o setor, levando a uma corrida aos bancos pelos correntistas, forçando o governo a comprometer 75% do orçamento de seu primeiro ano de governo (cerca de 8,5 bilhões de dólares) para salvar o sistema bancário privado do colapso (CORONIL, 2002). Boa parte deste dinheiro foi levada para fora do país pelos donos dos bancos. O neoliberalismo terminava por mudar as relações estabelecidas entre Estado e classe dominante:

Anteriormente la elite se había apropiado de la riqueza petrolera pública por medio del Estado, que ejercía cierto control sobre su uso y distribución. Ahora la élite bancaria se apropiaba directamente de los ahorros personales de la población, y de grandes sumas de dinero del Gobierno, meditante el mercado desregulado. (...) La búsqueda de dinero en el mercado especulativo internacionalizado erosionó los vínculos de la elite con la economía interna y socavó normas establecidas para los negocios (CORONIL, 2002, p. 422).

Se Caldera afirmou no início do seu mandato que jamais recorreria ao FMI, acabou sendo levado a fazê-lo e, em troca do empréstimo, seguir suas orientações, expressas em um pacote de medidas conhecido como *Agenda Venezuela*, de clara orientação neoliberal. Apesar do breve respiro às finanças públicas dado pelo aumento dos preços do petróleo em 1996, a queda destes durante o ano de 1998 fez com que seu mandato terminasse com altos índices de pobreza e uma crise fiscal acentuada.

A década de 1990 esteve marcada igualmente, frente à crise do regime político, por propostas para reformá-lo e pela emergência de novas forças políticas. Em dezembro de 1989, seguindo orientações da Comissão pela Reforma do Estado (COPRE), a eleição para governadores dos Estados realizou-se, pela primeira vez, de forma direta. Durante todo o período democrático, estes postos eram indicados pelo Presidente da República, demonstrando a grande centralização que marcava o regime político venezuelano. A grande derrotada destas eleições foi a Ação Democrática.

Depois de vencer as eleições presidenciais de 1988 em 19 dos 20 estados, o partido do governo foi derrotado em 10 deles.

Junto com estas reformas, novos atores políticos aparecem na cena política, não mais dominada exclusivamente pela AD e pelo COPEI. O MAS, que desde a década de 1970 obteve uma presença pequena, mas permanente, no cenário político institucional, aumentou consideravelmente a sua influência. O partido La Causa R crescerá rapidamente a partir dos primeiros anos da década de 1990 (LÓPEZ-MAYA, 2005). Desde o final da década de 1970, esta organização conseguiu ser a principal expressão do *nuevo sindicalismo* na região da Guayana, zona grande empresa pública Siderúrgica do Orinoco (Sidor). Após inúmeras disputas com o sindicalismo da AD venceram as eleições do sindicato da empresa, um dos mais importantes do país. A partir da crise aberta pelo Caracazo e das reformas de descentralização, este partido consegue uma forte expressão eleitoral, começando pelo estado de Guayana (no qual vence as primeiras eleições para governador), se espalhando para todo o país nas eleições de 1993 com a candidatura de Andrés Velásquez.

Cabe ressaltar que a década de 1990 será marcada pelo impacto do movimento bolivariano. A organização que protagonizara a sublevação militar de 4 de fevereiro de 1992 tinha pelo menos uma década de organização clandestina dentro dos quartéis. Após o indulto de seus líderes por Rafael Caldera em 1994, a saída da prisão levou Hugo Chávez e seus companheiros ao desafio de transitar dos pequenos círculos da conspiração militar para a construção de uma organização de massas. Para além desta mudança organizativa, tratava-se de construir, frente a novos interlocutores, um novo discurso.

No discurso do movimento bolivariano existe uma permanente crítica ao Pacto de *Punto Fijo* como um todo, crítica esta que obtém uma forte repercussão social justamente pela crise deste regime ao longo das décadas de 80 e 90. Porém esta memória poderia nos fazer perder de vista o quanto este movimento é tributário dos elementos ideológicos daquele regime que foram desarticulados em sua crise e novamente retomados pelo movimento bolivariano.

Aqui entramos em uma questão crucial. Uma leitura unidirecional dos elementos constitutivos do consenso, analisados tão somente como expressão dos interesses das classes dominantes perderia de vista como estes elementos são apropriados ativamente pelas classes populares, de maneira subordinada, sem dúvida,

porém, muitas vezes incubando elementos subversivos da própria ordem que estes símbolos visam consolidar. Pode-se identificar na Venezuela a vitória de um bolivarianismo herético que, se apropriando dos elementos presentes no discurso da ordem, constrói a partir dele sua própria subversão.

Roland Denis (2001) relata como o descontentamento com o regime e as diversas organizações que neste contexto se desenvolviam, irão buscar no movimento bolivariano, e particularmente na figura de Chávez, um ponto de referência enquanto contraponto à ordem vigente. Em torno da bandeira da Assembléia Constituinte e amparado na retomada dos símbolos nacionais da Venezuela, o movimento bolivariano conseguiria canalizar o descontentamento com o regime, que desembocaria na sua vitória eleitoral em 1998.

4. Reação anti-neoliberal nas eleições de 1998 e a nova política petroleira

A disputa pelo controle do petróleo é um elemento central para compreender o processo bolivariano. Pode-se dizer que desde o início do século XX, a análise das relações de poder na Venezuela passa pela pergunta: “quem controla o petróleo?” O processo bolivariano, enquanto movimento de transformação da sociedade venezuelana, mais cedo ou mais tarde, precisaria enfrentar esta questão. Tal enfrentamento influenciou decisivamente nos rumos deste processo.

Como vimos no capítulo precedente, ao longo da década de 1990, o neoliberalismo se concretizou no setor petroleiro através de sua abertura para as transnacionais. A vitória de Chávez em 1998 representou, porém, uma clara derrota do modelo neoliberal e do regime político *puntofijista*. Vale destacar que o Pacto de *Punto Fijo* já se encontrava enormemente debilitado após o *Caracazo*. Mesmo que o presidente que sucedeu Carlos Andrés Pérez, Rafael Caldera, fosse uma figura do antigo *establishment* político, sendo ele próprio signatário do Pacto, sua eleição ocorreu desvinculada do partido por ele fundado, o COPEI. A marginalização dos sustentáculos do sistema bipartidário se manteve e se aprofundou nas eleições de 1998.

Ao longo do período eleitoral, Chávez passou a polarizar as eleições com um discurso centrado na necessidade de mudanças. Sua candidatura estava estruturada em torno do Movimento Quinta República (MVR). Este foi formado para servir de sigla eleitoral a fim de lançar Chávez à presidência. O Movimento Bolivariano

Revolucionário (MBR) não pôde ser registrado como partido devido à proibição de utilizar nas siglas das agremiações partidárias símbolos pátrios, tal como Simon Bolívar.

Além dos setores bolivarianos, uniram-se à candidatura de Hugo Chávez partidos da tradição do PCV, como o MAS (Movimento ao Socialismo) e o PPT (Pátria Para Todos). O MAS é uma ruptura da década de 1970 do PCV, crítica aos rumos adotados pelo partido que conseguiria uma presença parlamentar permanente, ainda que minoritária. Deste partido, logo após sua fundação, sairia um pequeno grupo de militantes encabeçados por Alfredo Maneiro que fundariam La Causa R, organização que, no final da década de 1980 e início de 1990, cresceria em meio à crise do regime. Ambas as organizações se dividiram frente o fenômeno chavista. O MAS decidiu apoiar o Pólo Patriótico, provocando a saída de seu principal dirigente, Teodoro Petkoff. La Causa R, por sua vez, expulsou um grupo significativo de militantes que viriam a tomar parte na campanha de Hugo Chávez, fundando o PPT (LÓPEZ-MAYA, 2005; MARINGONI, 2009).

O principal adversário de Chávez era o empresário Henrique Salas Römer. Assim como o candidato do Pólo Patriótico, Salas Römer não era reconhecido como um político tradicional, sendo candidato pelo também recente partido *Primero Justicia* (PJ). Sua candidatura defendia claramente um aprofundamento do modelo neoliberal, centrando suas críticas na ineficiência do Estado. Mesmo com a crise econômica provocada pelos planos de ajuste, a direita venezuelana ainda argumentava que a não-superação da crise devia-se à falta de continuidade destas políticas (LANDER; LÓPEZ MAYA, 2001, p. 233).

O tema do petróleo igualmente dividiu os principais candidatos durante as eleições. A década de 1990 foi marcada pelo início da implementação das políticas de abertura petroleira através das quais a alta gerência da PDVSA visava atrair investimentos das transnacionais, flexibilizando os contratos e as cotas de produção. Através de uma ofensiva campanha de propaganda, o sucesso da empresa era contraposto ao fracasso do sistema político venezuelano. Neste ponto, a candidatura de Chávez se opunha claramente às políticas petroleiras neoliberais.

Todos los candidatos presidenciales con excepción de Chávez, se comprometieron a continuar con la Apertura Petrolera. Por otra parte, buena parte de quienes se opusieron a esa política petrolera terminaron formando parte del equipo que triunfó electoralmente en 1998 (LANDER, 2004, p. 22).

No programa apresentado pela candidatura do Pólo Patriótico, a Agenda Alternativa Bolivariana (AAB), a recuperação da arrecadação fiscal é uma das metas de maior importância. Contrapondo-se à política petrolera neoliberal, busca lançar as bases para uma nova estratégia.

Por ello la AAB se propone, en un corto plazo, transformar esas bases coloniales en verdaderos ejes de industrialización, desarrollo e independencia. Es necesario, entonces revertir el proceso de desnacionalización de la industria petrolera, impulsado vigorosamente por las cúpulas políticas y económicas aliadas a las empresas transnacionales, a través de la mal llamada *apertura petrolera*. En tal sentido, hemos diseñado la fase inicial de una nueva política energética, ubicada en una verdadera perspectiva estratégica: la internalización petrolera (AGENDA ALTERNATIVA BOLIVARIANA, 2007, p. 125).

Três medidas urgentes são levantadas para aumentar a arrecadação fiscal:

-reducción del nivel de costos de Petróleos de Venezuela (PDVSA), en 15% sobre el costo de producción por barril.

-incremento en 10% del aporte fiscal de PDVSA al fisco Nacional, por vía de la restitución parcial del valor fiscal de exportación.

-Redimensionamiento del plan de inversiones de PDVSA

[...]

En resumen, estas medidas de racionalización del gasto, los costos, los aportes y los planes de PDVSA generarían, a corto plazo, un total aproximado de 2.600 a 3.000 millones de dólares anuales, con los cuales se financiaría, en parte, el modelo de desarrollo expresado en la Agenda Alternativa Bolivariana (AGENDA ALTERNATIVA BOLIVARIANA, 2007, p. 126-7).

As críticas desenvolvidas por Chávez à PDVSA ressoaram com mais força devido à maior crise dos preços do petróleo em 50 anos. Às vésperas das eleições o barril de petróleo estava avaliado em US\$7,66, gerando uma forte crise fiscal no país. Vale destacar que a política da PDVSA de sistematicamente desrespeitar as cotas de produção da OPEP e a celebração de novos contratos com transnacionais foram o fator que isoladamente mais contribuiu para a crise de sobreoferta sofrida pelo mercado petrolero durante este período (MOMMER, 2003a).

Ao longo do ano de 1998, a candidatura de Chávez se consolida e leva a um rearranjo de todas as forças políticas adversárias, tanto tradicionais como emergentes, para barrar seu triunfo. É assim que, poucos dias antes das eleições, tanto a AD quanto o

COPEI retiraram suas candidaturas e apoiaram o candidato do PJ. Apesar do fortalecimento organizativo gerado por esta medida, ela acabou reforçando a figura de Chávez como representante da mudança, que era a grande questão para a maioria dos venezuelanos. Chávez venceu as eleições com 56,2% dos votos, contra os 39,97% de Salas Römer (MÁRQUEZ, 2003, p. 269-70; GOTT, 2002, p. 185).

O primeiro período do governo de Chávez pode ser caracterizado como de mudanças institucionais, cujas disputas definiram-se, sobretudo, no terreno eleitoral com vitórias expressivas do governo. Entre 1998 e 2000 aconteceram eleições para deputados e senadores, para presidente (1998) e mega-eleições para a renovação de todos os cargos públicos após a nova Constituição (2000). No ano de 1999, ocorreram as consultas sobre a Assembléia Constituinte, incluindo convocação, eleição de representantes e aprovação da nova Carta Magna. Em todas elas, o governo saiu-se vitorioso, debilitando ao extremo os partidos do regime de Punto Fijo.

A nova Constituição representa um claro rechaço do modelo neoliberal, reafirmando uma série de princípios que se chocam profundamente com as diretrizes que vinham sendo implementadas no país. As disposições sobre a questão petroleira apontam igualmente neste sentido, reafirmando elementos importantes do nacionalismo petrolero.

Artículo 12°. Los yacimientos mineros y de hidrocarburos, cualquiera que sea su naturaleza, existentes en el territorio nacional, bajo el lecho del mar territorial, en la zona económica exclusiva y en la plataforma continental, pertenecen a la República, son bienes del dominio público y, por tanto, inalienables e imprescriptibles. Las costas marinas son bienes del dominio público.

Artículo 302°. El Estado se reserva, mediante la ley orgánica respectiva, y por razones de conveniencia nacional, la actividad petrolera y otras industrias, explotaciones, servicios y bienes de interés público y de carácter estratégico. El Estado promoverá la manufactura nacional de materias primas provenientes de la explotación de los recursos naturales no renovables, con el fin de asimilar, crear e innovar tecnologías, generar empleo y crecimiento económico, y crear riqueza y bienestar para el pueblo.

Artículo 303°. Por razones de soberanía económica, política y de estrategia nacional, el Estado conservará la totalidad de las acciones de Petróleos de Venezuela, S.A., o del ente creado para el manejo de la industria petrolera, exceptuando las de las filiales, asociaciones estratégicas, empresas y cualquier otra que se haya constituido o se constituya como consecuencia del desarrollo de negocios de Petróleos de Venezuela S. A. (REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999).

Tais definições expressas na nova Carta Magna contrastavam com as recentes orientações da PDVSA expressas tanto na política de Abertura Petroleira quanto de Internacionalização, nas quais a empresa deveria se voltar para seu próprio crescimento enquanto corporação transnacionalizada.

A política petroleira do governo Chávez, em geral, e a reforma do setor, em particular, foram dirigidas por Ali Rodríguez Araque. Rodríguez provém da tradição do PCV, lutando na guerrilha de Douglas Bravo. Posteriormente, ingressou em La Causa Radical, rompendo com esta para fundar o PPT e apoiar Chávez. Como afirma Richard Gott:

La primera tarea de Rodríguez Araque en el gobierno era restablecer la primacía de su ministerio por sobre la compañía estatal. Petróleos de Venezuela había sido administrada durante años como una empresa corporativista, un Estado dentro del Estado, un vasto conglomerado que distribuía favores y prebendas (GOTT, 2002, p. 205).

Uma das primeiras medidas do governo foi a troca do comando da PDVSA, buscando restabelecer o controle do Ministério de Energia e Minas, isto é, um manejo orientado pelo Executivo e não pelos interesses da PDVSA enquanto empresa autônoma. Este processo, até o final de 2001, ainda era extremamente limitado, provocando, no entanto, enfrentamentos com a alta gerência da empresa. Como se verá no próximo capítulo, a partir do início do ano de 2002 este conflito ganha projeção nacional, transformando-se no centro da disputa política do país.

O outro eixo de intervenção do governo, profundamente articulado com o primeiro, era o aumento dos preços do petróleo. Estes haviam seguido uma curva descendente desde 1997, passando de US\$23,45 para US\$8,43 em fevereiro de 1999, quando da posse de Chávez (LANDER, 2006, p. 27). As políticas de internacionalização e abertura previam uma flexibilização das cotas da OPEP, voltando a produção para o atendimento da demanda de petróleo dos países desenvolvidos, apostando no aumento dos volumes exportados e não nos preços.

Esta política buscava estabelecer vínculos verticais com os grandes consumidores em detrimento de uma relação horizontal com os países produtores. O governo resolveu modificar esta política, fortalecendo os vínculos com os demais países exportadores:

Finalmente tras una reunión de la OPEP en marzo de 1999,

Venezuela redujo sus exportaciones de 4% para situarse en 2,72 millones de barriles diarios, y anunció que tenía previsto proceder a nuevos recortes tanto en la producción como en la exploración (GOTT, 2002, p. 205).

A partir deste momento, os preços do petróleo se elevam acima dos US\$20,00, estabelecendo uma tendência ascendente que viria a ser acentuada pela eclosão da invasão do Iraque pelas tropas dos EUA e seus aliados. Já no ano de 1999, Chávez poderia afirmar:

El alza de los precios del petróleo no ha sido consecuencia de una guerra o de la luna llena. No. Es el resultado de una estrategia concertada, de un cambio de 180 grados con respecto a la política de gobiernos anteriores y de Petróleos de Venezuela. (...) Ahora el mundo sabe que hay un gobierno serio en Venezuela (GOTT, 2002, p. 201).

O ano de 2000 marca a consolidação desta nova política na OPEP com a realização da *Segunda Cúpula de Chefes de Estado* em Caracas, na qual esteve presente a maior parte dos chefes de estado dos países membros da organização. Sem dúvida, a mudança na política petroleira venezuelana foi determinante para esta nova situação.

Estas transformações estavam em profunda discrepância com a recente política levada a cabo pela PDVSA e defendida pela maioria de sua gerência. Paradoxalmente, esta gerência manejava, depois da nova política petroleira do governo, uma maior quantidade de recursos devido ao aumento dos preços do petróleo. Foi justamente nos primeiros anos do governo Chávez que o percentual de recursos repassado ao Estado atingiu seu patamar mais baixo.

En 1981, el ingreso bruto por la producción de hidrocarburos, incluyendo la refinación, ascendió a US\$19,7 mil millones, un máximo histórico. En 2000 se alcanzó un nuevo máximo de US\$29,3 mil millones. No obstante, en 1981 PDVSA pagó US\$13,9 mil millones en ingresos fiscales, pero solamente US\$11,3 mil millones en 2000. En otras palabras, por cada dólar de ingreso bruto, PDVSA pagó al Gobierno 71 céntimos en rentas, regalías e impuestos en 1981, pero solo 39 céntimos en 2000 (MOMMER, 2003a, p. 176).

O grande problema para a arrecadação da renda petroleira eram os mecanismos através dos quais a PDVSA era tributada e as políticas de gestão da empresa que permitiam um decréscimo permanente da arrecadação do Estado. O marco fiscal estava baseado em taxas que recaíam, sobretudo, sobre o lucro da empresa,

permitindo uma ampla margem de manobra para a redução do repasse ao Estado.

Dois elementos importantes para compreender a situação da PDVSA são a análise de sua produtividade e a evolução de seus custos. Dick Parker, tomando como base estatísticas internacionais, demonstra que os empregados da PDVSA têm uma baixíssima taxa de produtividade quando comparados com as companhias transnacionais:

Según las estadísticas internacionales disponibles sobre productividad para 2000, Texaco genera \$1,9 millones por cada empleado, Exxon \$1,8 millones, Shell \$1,6 millones y BP-Amoco un modesto \$1,3 millones. Mientras tanto, el empleado de PDVSA genera solamente \$770 mil (PARKER, 2003, p. 94).

Esta baixa produtividade pode ser analisada conjuntamente com a evolução dos custos da empresa.

Los costos de PDVSA, deducido el pago de regalía petrolera (la cual se computa como una deducción del Impuesto Sobre la Renta) y medidos en dólares a precios corrientes, pasan de US\$ 4,7 mil millones en 1991 a US\$ 22,7 mil millones en 2001, es decir, los costos se multiplican por cinco en diez años, para una tasa promedio anual de crecimiento de 38% en dólares, un parámetro bastante por encima de la tasa media de inflación de EE UU (en dólares) durante estos años (PARKER, 2003, p. 95)

Tais problemas explicam-se porque a PDVSA, apesar da defesa de sua eficiência por parte da sua propaganda, não atuava visando gerar dividendos para seu único acionista, mas sim expandir-se enquanto empresa, elevando desta forma paulatinamente seus custos.

Neste capítulo pretendeu-se demonstrar a estreita relação entre renda petroléira e o regime político em diferentes momentos da história recente da Venezuela. Seja no momento de auge da arrecadação fiscal petroléira seja quando esta se reduz, instalando no país uma crise de hegemonia. É neste contexto no qual novos atores políticos emergem postulando-se como alternativa, como foi o caso do movimento bolivariano. Em suas primeiras políticas e na nova Carta Magna foi possível evidenciar uma retomada da estratégia de maximização da renda petroléira.

Se a nova Constituição definia parâmetros para a ação do Estado, foi a partir de 2001 que estes seriam disciplinados através de decretos-lei oriundos do Executivo,

dentre os quais se encontra a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos. A controvérsia sobre tais leis iria deslocar, entre os anos de 2001 e 2003, a disputa política para além das urnas e do parlamento. A Venezuela passou a viver permanentemente entre marchas e contramarchas e, ocasionalmente, entre golpes e contragolpes.

CAPÍTULO III

2001-2003: A DISPUTA PELO CONTROLE DO PETRÓLEO

O objetivo deste capítulo é analisar como a questão do controle do petróleo atravessou o período mais agudo de disputa hegemônica vivido pela Venezuela entre 2001 e 2003. Este breve período é inaugurado pela promulgação, no dia 13 de novembro de 2001, do conjunto das novas leis no marco da lei habilitante de 2000. A partir deste momento, a disputa política se radicaliza com a polarização do país em dois blocos antagônicos. As novas leis são o elemento decisivo para a catalisação da oposição em torno de uma bandeira comum e para a mobilização de diversos setores empresariais, sindicais, gerenciais. Durante o primeiro momento desta fase, analisaremos as diversas posições relacionadas à nova Lei de Hidrocarbonetos (LOH), evidenciando nesta confrontação a disputa pelo controle do petróleo.

O ano de 2002 começa, com um acirramento da disputa política no país. Novos atores começam a assumir seu protagonismo no bloco opositor, dentre os quais se destacam diversos oficiais das Forças Armadas. A sucessão de pronunciamentos, desconhecendo a autoridade do presidente Chávez e exigindo sua renúncia, seria conhecido como o “*goteo militar*”, um gotejar de declarações que culminaria no golpe de 11 de abril, no qual a cúpula das Forças Armadas se pronuncia pela saída de Chávez.

Se a nova Lei de Hidrocarbonetos não foi bem aceita pelos altos escalões da PDVSA, a nomeação de um novo presidente e uma nova Junta Diretiva provocaria uma inédita revolta dos gerentes, que culminaria, igualmente, no dia da derrubada do governo Chávez. Neste contexto, veremos como o discurso de contraposição à política petrolífera do governo se concentraria no combate à “politização” da PDVSA e na defesa da “meritocracia” nas nomeações na empresa.

No período posterior ao golpe, longe de uma estabilização política, o país seguiu polarizado entre blocos antagônicos, que protagonizaram um embate de forças em diversos cenários, seja nas ruas das grandes cidades do país, seja nos tribunais. No final do ano de 2002, o confronto novamente recrudesceria com a convocação da paralisação empresarial que seria marcada por atingir igualmente o setor de extração e refino da indústria petrolífera. Somente com a derrota do *paro petrolero* pode-se afirmar

que o governo estabelece o controle sobre a PDVSA, dando um passo decisivo para afirmar sua estratégia petroleira.

Para compreender as estratégias em disputa durante este período, além da legislação sobre os hidrocarbonetos, buscou-se na imprensa venezuelana as principais manifestações dos representantes dos dois blocos em disputa. O principal objetivo do uso destas fontes foi evidenciar as estratégias que se confrontavam neste conflito.

1. Nova Política Energética dos EUA e aumento das tensões internacionais

O ano de 2001 é marcado por um importante documento para a estratégia geopolítica dos EUA, expondo nele os principais desafios deste país para sua segurança energética, pilar fundamental de sua segurança nacional. No Plano Nacional de Energia, apresentado pelo vice-presidente Dick Cheney, a questão do aumento da dependência de fontes externas de energia, especialmente de petróleo, é apontada como uma das principais debilidades dos EUA e um dos principais desafios para sua política externa. De acordo com o documento:

Seguindo o atual curso, dentro de 20 anos os EUA importarão perto de dois de cada três barris de petróleo consumidos – uma situação que aumenta a dependência de poderes externos que nem sempre terão os interesses dos EUA em mente (National Energy Policy Development Group, 2001, p. 10)¹¹.

Mesmo que neste momento metade das importações de óleo dos EUA provenha do hemisfério ocidental (Canadá, Venezuela e México, principalmente), a importância do Oriente Médio tende a aumentar tendo em vista que nesta região se encontram os principais exportadores de petróleo e dois terços das reservas mundiais de petróleo convencional. Desta região provém também o suprimento da Europa e do Japão. Controlá-la, além de garantir o suprimento para estes países, contribui também para mantê-los na condição de aliados. Além disso, o crescimento acelerado de países populosos, como China e Índia, faz com que novos competidores de peso pelos recursos naturais se somem à lista.

¹¹“On our present course, America 20 years from now will import nearly two of every three barrels of oil – a condition of increased dependency on foreign powers that do not always have America’s interests at heart”.

Este aumento da importação do petróleo terá conseqüências decisivas para a política externa dos EUA. Michael Klare assim define a nova situação:

La acuciante necesidad de más y más reservas de energía importada tendrá un efecto profundo y duradero en la política exterior estadounidense. No sólo deben los funcionarios asegurar el acceso a esas reservas del exterior; también deben dar pasos para que las entregas a Estados Unidos no se vean impedidas por guerras, revoluciones o desórdenes civiles. Estos imperativos gobernarán la política del país hacia todas las regiones de importancia en cuanto a suministro energético, en particular el golfo Pérsico, la cuenca del mar Caspio, África y América Latina (KLARE, 2002).

Um dos pontos principais da estratégia petroleira dos EUA é remover as barreiras que possam ser colocadas ao acesso a reservas fora do território norte-americano. Além das já citadas por Klare neste trecho, a garantia do suprimento de petróleo pode ser igualmente dificultada de acordo com a política implementada nos países com reservas de petróleo. Para garantir uma oferta de petróleo que acompanhe sua crescente demanda, a liberalização do regime petroleiro dos países exportadores transformou-se em uma necessidade imprescindível. Esta liberalização deve ser feita através da redução dos impostos, *royalties* e dos demais tributos que compõem a participação dos Estados proprietários sobre o petróleo. Neste sentido, o fortalecimento da OPEP, afirmando os direitos dos proprietários do subsolo, seria uma barreira para a expansão da oferta mundial de óleo.

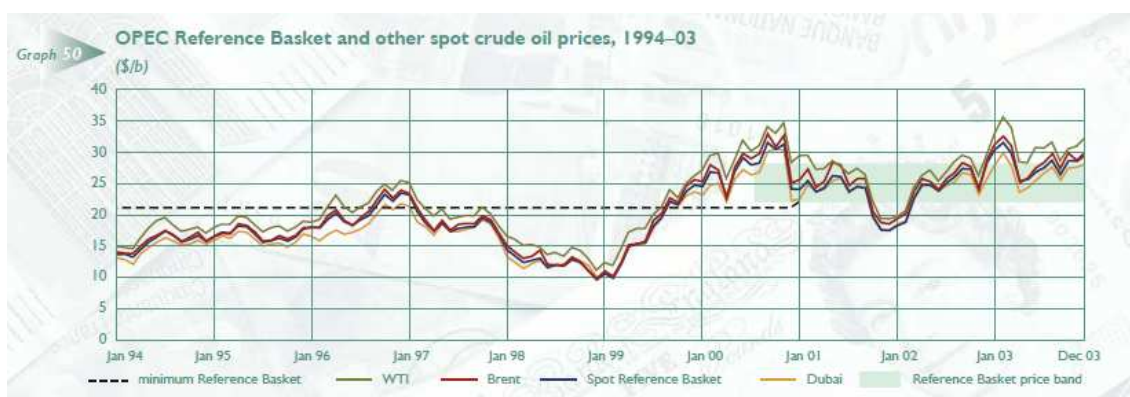
No ano de 2001, a escalada de conflitos entre o Iraque e os EUA, apoiados pela Grã-Bretanha, avançaria bastante. A proposta anglo-americana era a suspensão do programa Petróleo por Alimentos devido à saída dos inspetores da ONU do país¹². A disputa pela manutenção ou não deste programa era parte de uma escalada de conflitos que culminaria com a invasão em março de 2003 do Iraque pelos EUA e seus aliados.

2. O novo cenário dos preços internacionais do petróleo

¹² A partir da sua derrota na Primeira Guerra do Golfo, o Iraque seria alvo de amplas sanções por parte da ONU (Resolução 661). Tendo em vista as conseqüências humanitárias catastróficas para o país, as Nações Unidas estabeleceram o programa Petróleo por Alimentos. Este programa intercambiava diretamente petróleo por uma série de produtos de primeira necessidade, principalmente alimentos e remédios. Ele foi criado no ano de 1995, sendo que o primeiro carregamento chegou ao país no início do ano de 1997. O teto de vendas de petróleo foi progressivamente aumentado, iniciando em US\$ 2 bilhões por período de seis meses, passando para US\$ 5,26 bilhões em 1998, para ser eliminado no final de 1999. <http://www.un.org/french/Depts/oip/>

A evolução internacional dos preços do petróleo apresentou desde 1999 um crescimento, revertendo a queda dos preços através do reforço da disciplina dos membros da OPEP no cumprimento de suas cotas de produção. Neste contexto, a Organização estabeleceu uma banda de preços, dentro da qual a cotação internacional do petróleo deveria se situar. Sempre que o preço caísse abaixo de US\$22, os países exportadores reduziriam a oferta de óleo, aumentando-a quando este ultrapassasse os US\$28.

Durante o ano de 2001, com suas habituais oscilações, o preço do petróleo se manteve dentro da banda de preços, tendendo em geral para seu limite inferior. Expressão da recessão da economia mundial, já no terceiro trimestre os preços se situam fora da banda estabelecida pela OPEP. Esta situação seria acentuada pelo impacto dos atentados de 11 de setembro e da recessão da economia dos EUA. O gráfico apresentado a seguir mostra como os preços oscilam fortemente para baixo no final do ano de 2001.



(OPEC, 2003, p. 116)

No último trimestre de 2001, os preços do petróleo venezuelano caem de maneira abrupta, passando de cerca de US\$21,00 no mês de setembro para menos de US\$15,00 em dezembro¹³, ameaçando a sustentabilidade fiscal do governo.

¹³ Para analisar os preços anuais do petróleo do ponto de vista fiscal interessa o preço do conjunto do petróleo vendido pelo país ao longo do ano, o chamado preço de realização (PODE, 2006). Este conjunto é composto por uma variedade de óleos, com diferentes características (medidos em °API) e igualmente diferentes preços. Dispomos tão somente da série mensal do óleo marcador venezuelano (*spot oil*) que compõe a cesta OPEP, o T J Light, um dos mais caros dos óleos venezuelanos. Isto faz com que os preços deste sempre estejam acima da cesta venezuelana de petróleo. A evolução mensal, entretanto nos serve para analisar a flutuação dos preços. Abaixo, as cotações anuais comparadas do T J Light e da cesta venezuelana (OPEC Anual Statistic Bulletin, 2005; PODE, 2006, p. 63)

| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| T J Light | 16,31 | 26,31 | 20,35 | 22,61 | 26,97 | 33,66 | 46,37 |
| Cesta Venezuela | 14,69 | 23,16 | 17,10 | 20,68 | 22,34 | 29,68 | 43,87 |

Preços TJ Light (óleo marcador venezuelano na Cesta OPEP)

| Meses 2001 | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maior | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|------------|---------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|----------|---------|----------|----------|
| US\$/b | 23,18 | 22,79 | 21,08 | 20,79 | 22,77 | 22,30 | 20,55 | 21,54 | 20,72 | 17,66 | 15,28 | 14,89 |

(OPEC, 2003, p. 111)

3. Rumo a um novo marco legal: a lei habilitante de 2000 e a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos

No dia 30 de julho de 2000 aconteceram as primeiras eleições no marco da nova Constituição, aprovada no final de 1999. No mesmo dia, os venezuelanos foram às urnas para eleger a quase totalidade dos cargos representativos em todos os níveis: presidente, governadores, prefeitos, deputados para a Assembléia Nacional, deputados para os Conselhos Estaduais além dos representantes para o parlamento Andino e Latino-Americano. Esta mega-eleição definiria o novo mapa político do país. Enquanto nas eleições parlamentares de 1998 os partidos tradicionais ainda obtiveram maioria, em 2000 as forças de sustentação do presidente Chávez tornar-se-iam majoritárias nos espaços decisivos. Abaixo, pode-se comparar a nova configuração da Assembléia Nacional (LÓPEZ-MAYA, 2005):

Governo e Oposição na Câmara dos Deputados (1998) e na Assembléia Nacional (2000)

| | Governo | | Oposição | | Total |
|-------------|---------|-------|----------|-------|-------|
| 1998 | 75 | 36,2% | 132 | 63,8% | 207 |
| 2000 | 105 | 63,6% | 60 | 36,4% | 165 |

Constata-se que o peso do governo e da oposição se inverteu no legislativo nacional. Além da maioria absoluta, a base do governo supera os 99 votos (3/5 dos deputados) necessários para a aprovação de leis habilitantes, nas quais a Assembléia

delega poderes ao Presidente para que este promulgue decretos com força de lei em matérias específicas¹⁴.

A partir da nova correlação de forças presente na Assembléia, o governo buscava estabelecer um conjunto de novas leis que regulamentassem os mais variados aspectos da nova Carta Magna. Logo após a posse da nova legislatura, uma lei habilitante foi posta em discussão, sendo aprovada no dia 7 de novembro de 2000. Com este instrumento legal, o Executivo, durante o prazo de um ano a partir da data de sua publicação (14 de novembro de 2000), poderia emitir leis nos seguintes âmbitos: financeiro, econômico e social, infra-estrutura, transporte e serviços, segurança cidadã e jurídica, ciência e tecnologia, organização e funcionamento do Estado (LEY HABILITANTE, 2000).

Na própria Lei Habilitante, a Assembléia determinava as diretrizes para os decretos presidenciais. Estas tinham o objetivo declarado de produzir um marco legal adaptado ao marco constitucional vigente. Destacamos abaixo as diretrizes para o setor de hidrocarbonetos, orientações que no ano seguinte estariam expressas na nova Lei Orgânica de Hidrocarbonetos:

e) Dictar medidas necesarias para unificar y ordenar el régimen legal de los hidrocarburos, hoy dispersos en diferentes leyes, a fin de armonizar las distintas actividades del sector, así como las de éste con el resto de la economía; mantener la propiedad de la República sobre los yacimientos de hidrocarburos y la declaratoria de utilidad pública y de servicio público de actividades que sobre los mismos se realicen. Se adecuarán las actividades del sector con los planes de ordenación del territorio y la defensa del ambiente (LEY HABILITANTE, 2000).

Neste tópico busca-se reformar o marco legal dos hidrocarbonetos, sobretudo do setor petrolífero. A última mudança neste setor que revogou as medidas anteriores foi a Reforma Petrolífera de 1943, a partir da qual se inaugurava no país um marco legal unificado. As alterações posteriores, incluindo a Lei de Nacionalização em 1975, foram adicionadas de maneira sobreposta, revogando tão somente os artigos que se contrapunham às novas leis, configurando assim um marco legal com algumas confusões. Estes elementos serviriam para que durante a década de 1990, a Justiça venezuelana fizesse, a pedido da PDVSA, uma interpretação, nas palavras de Bernard

¹⁴As leis habilitantes já faziam parte da Constituição da Venezuela de 1961. Durante sua vigência, elas foram aprovadas nos governos de Rómulo Betancourt (1961), Carlos Andrés Pérez (1974), Jaime Lusinchi (1984), Ramón J. Velásquez (1993), Rafael Caldera (1994 e 1998) e Hugo Chávez (1999).

Mommer, “criativa” das leis existentes, adaptando o marco legal às exigências da Abertura Petroleira. A lei habilitante orienta desta maneira o Executivo a estabelecer uma lei única que reafirme a propriedade do Estado sobre o subsolo, bem como sua centralidade nas atividades do setor petrolero. Este aumento do controle do Estado terá como objetivo central o aumento da arrecadação, conforme o tópico seguinte.

f) Reformar la materia del impuesto de explotación o regalía, a fin de garantizar mayor eficacia en el control fiscal e incrementar la recaudación de ingresos para la República, armonizándolo con la correspondiente adecuación del impuesto sobre la renta y la reforma en materia de impuestos al consumo de los productos derivados de hidrocarburos con el propósito, al mismo tiempo, de mantener condiciones que favorezcan las inversiones necesarias en las actividades de exploración, extracción, transporte, almacenamiento, refinación y comercialización de los hidrocarburos y sus productos (LEY HABILITANTE, 2000).

Nesta orientação, o aumento dos *royalties* seria compensado pela diminuição do imposto de renda sobre a indústria, não se tratando, segundo os formuladores desta política, de aumentar a carga fiscal nominal, mas sim sua eficiência e, conseqüentemente, a arrecadação efetiva realizada. Além disso, a carga fiscal se concentrava no setor de extração do negócio petrolero, apontando para sua diminuição no setor de transformação.

g) Igualmente, se regulará el aprovechamiento eficiente de los hidrocarburos como materia prima para su industrialización y exportación; se procurará que los bienes y equipos fabricados en el país concurren en condiciones de igualdad, para ser utilizados en las actividades vinculadas con los hidrocarburos. Asimismo, se establecerán condiciones que propicien la industrialización de los hidrocarburos en el país, con la finalidad de obtener el mayor valor agregado por sus productos; reservar al Ejecutivo Nacional, por órgano del Ministerio de Energía y Minas, la facultad indelegable de fijar las tarifas o precios de los hidrocarburos. El marco legal a dictarse deberá considerar, tanto el establecimiento de mecanismos regulatorios eficientes por parte del Estado, como la rentabilidad de la inversión necesaria en el sector.

h) La nueva legislación en hidrocarburos será integral, es decir, regulará los hidrocarburos y su totalidad, cualquiera que sea su forma de aparición en la naturaleza: gaseosa, líquida o bituminosa. Igualmente, regulará las diversas actividades que se realizan sobre los hidrocarburos; exploración, extracción, transporte, almacenamiento, procesamiento y mercadeo, tanto el de exportación como el interno (LEY HABILITANTE, 2000).

No tópico “g”, o setor conhecido como *aguas abajo*, isto é todo aquele que sucede ao setor eminentemente extrativo (*aguas arriba*), é definido como uma das prioridades para que a Venezuela não dependesse somente da exportação de óleo cru.

Um dos elementos a ser destacado é a manutenção do Executivo em seu papel de regulador do mercado interno de produtos refinados de hidrocarbonetos. Desde 1998, este setor havia sido aberto para as empresas privadas (nacionais e estrangeiras) que passaram a pressionar pela liberação dos preços.

Este conjunto de orientações já apontava para uma política distinta daquela que vinha sendo defendida pela gerência da empresa. Como visto anteriormente, esta apostava no crescimento da PDVSA como uma empresa transnacional do setor petrolífero, visando ampliar a acumulação de capital inclusive para além das fronteiras da Venezuela. Sua política estava centrada no aumento da produção para garantir o acesso a mercados. Pode-se notar a convergência desta visão com a política energética do governo Bush e sua franca contradição com a nova política petrolífera implementada pelo governo venezuelano.

O debate sobre o novo marco legal para o setor de hidrocarbonetos teve pouca repercussão na imprensa até a segunda metade do ano de 2001. Até este momento, o principal destaque era dado ao novo patamar de preços do petróleo durante o ano de 2001, sensivelmente inferior ao de 2000, e às possibilidades da continuidade de sua queda com a desaceleração da economia mundial.

A partir do momento no qual foi tornada pública a proposta de novo marco regulatório para o petróleo este passou a ser debatido mais amplamente. Seguindo as orientações da Lei Habilitante de 2000, o governo elaborou a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos, uma Reforma Petrolífera que revoga, pela primeira vez desde 1943, todas as legislações anteriores sobre o tema. Entre os principais pontos da nova lei se encontra o artigo 44 que modifica a forma de arrecadar o excedente petrolífero, ampliando o percentual dos *royalties* (*regalías*) cobrados sobre cada barril produzido, que se eleva de 16,6% para 30%.

De los volúmenes de hidrocarburos extraídos de cualquier yacimiento, el Estado tiene derecho a una participación de treinta por ciento (30%) como regalía (LEY ORGANICA DE HIDROCARBUROS, 2001, *Artículo 44*).

Ao mesmo tempo, o Imposto sobre a Renda que incidia sobre os lucros da empresa foi reduzido de 67,7% para 50%. Esta nova ênfase da tributação permite, por parte do Estado, um controle muito maior sobre os valores a serem cobrados, pois trabalha tão somente com duas variáveis: preço de venda do petróleo e quantidades produzidas (RODRIGUEZ ARAQUE, 2002, p. 191). Explicando a nova lei, Rodriguez

Araque afirma que:

En nuestro caso, si bien se incrementa el nivel de las regalías, se está reduciendo el impuesto sobre la renta, con lo que en realidad no se está incrementando la presión tributaria, aunque sí la eficacia en la recaudación. El impuesto sobre la renta se establece una vez deducidos los costos de manera que la tendencia natural del contribuyente es a inflar estos últimos y, con ello, a reducir la contribución fiscal (RODRIGUEZ ARAQUE, 2002 p. 193).

A nova lei prevê uma série de medidas que fortalecem a articulação do setor petrolero com os demais setores da economia. Além disso, esta separa a contabilidade da atividade extrativa das atividades de comercialização e refino, limitando a possibilidade de “importação de custos” operada no programa de internacionalização, conforme analisado no capítulo anterior.

Por fim, a atividade de extração de petróleo fica reservada ao Estado. A participação de companhias privadas só poderia ser feita no marco de empresas mistas nas quais o Estado tivesse mais da metade de suas ações. Esta modificação se contrapõe à estratégia de Abertura Petrolera implementada na Venezuela durante a década de 1990 e será por esta razão, como será visto mais abaixo, duramente combatida.

Las actividades primarias indicadas en el artículo 9, serán realizadas por el Estado, ya directamente por el Ejecutivo Nacional o mediante empresas de su exclusiva propiedad. Igualmente podrá hacerlo mediante empresas donde tenga control de sus decisiones, por mantener una participación mayor del cincuenta por ciento (50%) del capital social, las cuales a los efectos de este Decreto Ley se denominan empresas mixtas. Las empresas que se dediquen a la realización de actividades primarias serán empresas operadoras (LEY ORGANICA DE HIDROCARBUROS, 2001, *Artículo 22*)

Em agosto de 2001 foi criada uma comissão para avaliar o projeto da nova Lei de Hidrocarbonetos preparado pelo Ministério de Energia e Minas (MEM). Esta comissão era composta por 11 membros: quatro destes eram diretamente vinculados ao governo: os ministros Nelson Merentes (Finanças), Jorge Giordani (Planejamento), Alvaro Silva Calderón (MEM), bem como seu chefe de gabinete, José Joaquín Parra Alfonso, secretário executivo da comissão. O presidente de PDVSA, Guaicaipuro Lameda, fez igualmente parte da comissão. Dentre os especialistas no setor petrolero encontravam-se Domingo Maza Zavala, Gastón Parra Luzardo, Mazhar Al-Shereidah, Aníbal Martínez, José Giacopini Zárraga. Todos, com exceção de Giacopini, tomaram

parte na Comissão Presidencial para a Reversão Petroleira, que preparou a Lei de Nacionalização Petroleira em 1975. O último membro seria Hugo Hernández Raffalli, presidente da Câmara Petroleira da Venezuela.

A partir deste momento, progressivamente, o tema da Lei de Hidrocarbonetos (LOH) começa a ocupar um espaço de destaque nas disputas políticas do país, tendo em vista que, a partir dela, um novo enfoque da questão petroleira estaria sendo estabelecido. Nas páginas dos jornais pesquisados, esta questão ocupa um lugar de destaque, tanto em artigos de informação quanto em artigos de opinião e entrevistas. Nestes últimos, são captados os termos da disputa e os principais atores que nela intervêm. É necessário destacar a predominância, entre os periódicos pesquisados, das posturas contrárias à nova lei e o protagonismo assumido por ex-dirigentes das empresas concessionárias estrangeiras e da indústria petroleira nacional como Luis Giusti e Alberto Quirós Corradi. A seguir, serão analisadas as principais posições levantadas durante este período.

Destaca-se que se opõem visões distintas sobre o petróleo e sobre o papel deste para o país. Um dos defensores da política petroleira de Abertura, o economista Francisco Monaldi, relaciona de maneira estreita a centralização dos recursos no Estado como um dos grandes problemas da democracia venezuelana. Para ele,

Nuestro rancio autoritarismo está retroalimentado por la centralización del ingreso petrolero, y defensa de la democracia significa aquí lucha por la descentralización económica (Francisco Monaldi, “Leyes bolivarianas de hidrocarburos y seguridad social” *EN*, 01/07/2001).

Apresentando uma opinião semelhante, Alberto Quirós Corradi defende que a verdadeira nacionalização não deve ser entendida como a apropriação da riqueza petroleira pelo Estado, mas sim por todos os cidadãos. Para tanto, todos os venezuelanos deveriam ter o direito de explorar as jazidas petrolíferas. Quirós Corradi critica o uso do pensamento de Simón Bolívar para justificar o monopólio estatal da exploração das jazidas, tendo em vista que a orientação da legislação da época era justamente disponibilizar seu acesso a todos os cidadãos, isto é, liberalizar o acesso às minas (Alberto Quirós Corradi, “Catarsis en cuatro tiempos”, *EN*, 18/11/2001).

Para este mesmo executivo petroleiro, a nova lei impossibilitaria a realização do plano de expansão da produção. Quirós Corradi destaca o impacto negativo que este

novo marco legal teria para o aumento do volume de produção de petróleo do país, exagerando os benefícios trazidos para a arrecadação fiscal.

Por su parte, el ex presidente de Maraven y Lagoven, Alberto Quirós Corradi, amplió las contradicciones pero basándolas en el Plan de Desarrollo Nacional presentado por el presidente Hugo Chávez.

Quirós indicó que, mientras el Plan de Desarrollo prevé el incremento de la participación nacional, el anteproyecto de Hidrocarburos lo toca marginalmente. Mientras el Plan de Desarrollo defiende la seguridad jurídica, el anteproyecto no aclara qué pasará con los proyectos firmados previamente.

(...) 'A Chávez le han echado sólo un cuento, que es el cuento del aumento de los impuestos por la regalía, pero no le han echado el cuento de las consecuencias negativas que la ley tendrá', acotó ("Reforma petrolera contradice COT", *EU*, 4/10/2001).

Vários ex-presidentes da PDVSA entraram no debate, principalmente aqueles que atuaram de maneira destacada na política de Abertura Petroleira. Humberto Calderón Berti foi um destes. Ele foi presidente da empresa durante o início da década de 1980, e cumpriria como deputado um papel-chave na presidência da Comissão de Energia do Congresso para que esta política fosse desenvolvida. Para Calderón Berti, a LOH é uma lei ultrapassada, tendo em vista que retrocede a uma visão "rentista" do petróleo, ou seja, uma visão na qual o petróleo é encarado enquanto fonte de renda e não desde uma perspectiva "produtiva".

Humberto Calderón Berti, ex ministro de Energía y Minas, percibió que en el anteproyecto 'hay más dogmatismos ideológicos que una visión de negocio petrolero'. En regalías estamos nadando contra la corriente mundial y con el concepto más rentista del petróleo. 'Si se aprueba la ley, ésta es muy sesgada y tendrá una vida efímera por la falta de apoyo nacional'. ("Más planteamientos opuestos", *EU*, 4/10/2001)

El ex ministro de Energía y Minas, Humberto Calderón Berti, califica el proyecto como 'de alto contenido ideológico y con conceptos de seudonacionalismos pasados de moda'.

Para Calderón Berti, antes de considerar el petróleo como un elemento de desarrollo o reactivación económica, de palanca para otras actividades, en la nueva ley se vuelve al viejo concepto rentista. ("Vuelta al modelo rentista'", *EU*, 8/10/2001).

Calderón Berti também considerava que a necessidade de maioria acionária do Estado seria um limitador para atrair investimentos, impossibilitando que o petróleo

extra-pesado da Faixa do Orinoco¹⁵, que necessitaria ser melhorado para ser comercializado, pudesse ser explorado:

Respecto a la obligatoriedad de que el Estado sea socio mayoritario en las empresas que se establezcan para explotar las actividades primarias, Calderón Berti cree que esto no tiene sentido, 'pues en un momento determinado, como el es caso de los proyectos de la Faja Petrolífera del Orinoco, el Estado decidió no tener más de 35% en alguno de los proyectos'.

Además, limita la intervención privada, en el sentido de que es obligatorio que el Estado tenga por lo menos 51% de participación en las empresas mixtas, muchos inversionistas estarán preocupados porque sus negocios tengan que someterse a las leyes de Contraloría, de Salvaguarda, de Licitaciones y todas aquellas que por obligación deban aplicar las empresas públicas. 'Todo esto generará trabas para operar, situación que muchos socios no van a querer asumir'. (“'Vuelta al modelo rentista'”, *EU*, 8/10/2001).

Outro risco da nova legislação, segundo Calderón Berti, seria um deslocamento do eixo da tomada de decisões da empresa para o Ministério de Energia e Minas, sendo que medidas importantes deveriam passar pela aprovação da Assembléia Nacional. O discurso dos porta-vozes do bloco opositor se concentrava no combate à perda de autonomia da PDVSA, à subordinação de aspectos “empresariais” de suas decisões a considerações e espaços “políticos”.

El MEM es el ente rector de la política petrolera, y su papel debe estar limitado a la fijación de ésta, al control y la fiscalización de la industria, pero no debe participar en las decisiones operativas de la industria y en técnicas de la empresa.

Además – dijo – con este proyecto se politiza la operación petrolera, por cuanto se establece que la Asamblea Nacional podrá modificar las condiciones que se propongan para crear las empresas mixtas.

'Se va a llevar a un debate político, aspectos que son eminentemente empresariales o técnicos'. (“PDVSA será perjudicada con la Reforma Legislativa”, *EU*, 8/10/2001).

Aurelio F. Concheso, presidente do CEDICE (*Centro de Divulgación del Conocimiento Económico para la Libertad*), uma das principais organizações para a formulação política do setor empresarial, se contrapõe igualmente à Lei de Hidrocarbonetos.

¹⁵ A Faixa Petrolífera do Orinoco é um imenso depósito de hidrocarbonetos líquidos porém mais densos do que a água, sendo por esta razão como extrapesados (abaixo de 10° API). Para sua comercialização este hidrocarboneto necessita ser processado.

Dos medidas en particular llaman la atención: el aumento a ultranza de las regalías petroleras al 30%, y que la participación del sector privado en el negocio nunca podrá ser superior al 49%. Si Venezuela fuera el único oferente de petróleo en el mundo a lo mejor estas medidas tendrían algún sentido. Lamentablemente ese no es el caso, la realidad es que hay múltiples oferentes compitiendo por los siempre escasos recursos de inversión disponibles. (Aurélio Concheso, “Ley de Hidrocarburos”, *EU*, 10/10/2001).

O eixo de sua argumentação é o de que a Venezuela deve adotar políticas que permitam ter acesso a um importante “recurso” escasso: o capital. Para isto, sua legislação deve se tornar o mais atrativa possível, para que o capital não se movimente para seus “competidores”, isto é, os demais países exportadores de petróleo. Desta maneira, configura-se a visão liberal da indústria petroléira: competir com os demais países com reservas de petróleo pelo capital transnacional através da oferta das melhores condições possíveis, incluindo aí o baixo nível de impostos e a flexibilização da soberania jurídica.

Esta opinião é compartilhada por Antonio Herrera-Vaillant, Vice-Presidente da Câmara Venezuelano-Americana de Comércio e Indústria (*Venamcham - Venezuelan American Chamber of Commerce and Industry*), que busca chamar o governo à reflexão para que não afugente os investidores. O discurso dos porta-vozes do bloco opositor aponta para uma depreciação da riqueza natural do petróleo e da força que o país possuidor desta riqueza teria. Por outro lado, afirma a importância determinante do capital a ser investido:

Todo esto debe ser factor de reflexión para los encargados de tomar decisiones políticas y económicas que exigen la mayor objetividad posible. Algunos hoy creen que el petróleo venezolano constituye la última Coca Cola del desierto para los norteamericanos, y sencillamente no es así. Tenemos competidores.

(...)

Deben tocar tierra y pronto quienes parten del concepto de una Venezuela insustituible al diseñar sus políticas internacionales y las reglas del juego para las inversiones imprescindibles e inaplazables que necesita el país si ha de mantenerse como productor importante. De lo contrario pueden amanecer descubriendo que están fuera de partido. (Antonio Herrera-Vaillant, “¿Petróleo venezolano estratégico?”, *EU*, 18/10/2001).

De acordo com um dos consultores em matéria petroléira, Gerver Torres, o governo deveria aproveitar as necessidades de petróleo dos EUA para atrair seus

investimentos. Como foi visto anteriormente, a *Nacional Energy Policy* do governo Bush identificava como uma das vulnerabilidades da matriz energética do país a dependência de fontes externas, oriundas de países que nem sempre priorizam o interesse nacional estadunidense. A Venezuela deveria aproveitar esta situação, apresentando-se como supridor confiável dos EUA e pólo atrativo para seus investimentos.

Que los norteamericanos terminen prefiriendo producir petróleo en Alaska o que prefieran invertir masivamente recursos públicos en adelantar la llegada de nuevas fuentes de energía, antes que estimular inversiones en el desarrollo de nuestras inmensas reservas, es una medida de cuanta poca confianza generamos.

(...)

En momentos cuando en los Estados Unidos aumenta la preocupación por contar con energía segura, nosotros promovemos un discurso político y una legislación que hacen más difícil y riesgosa la inversión en nuestros recursos energéticos. Es como si practicáramos una suerte de talibanismo petrolero. Es como si quisiéramos que nuestro petróleo se quedara para siempre tan escondido, como vive hoy el propio Bin Laden en las cuevas de Afganistán. (Gerver Torres, “Talibanismo petrolero”, *EN*, 20/10/2001).

O governo defende a LOH afirmando que sua proposta contempla a questão petroléira do ponto de vista nacional. Isto é, de um país exportador de petróleo que não se beneficia de boa parte deste enquanto matéria-prima ou fonte de energia, e sim dos recursos oriundos de sua venda no mercado internacional. Para isto, o governo tem todo o interesse em aumentar os impostos sobre o petróleo, além do fato de serem com os recursos oriundos do mesmo que o país se financia. As características do marco fiscal petroléiro variaria de acordo com a finalidade da extração do petróleo, não podendo as regras dos países exportadores serem as mesas dos países consumidores.

Cuando se le pregunta si Venezuela no se separará demasiado de la tendencia mundial de las regalías (prevén pechar con 30%), responde con una pregunta ¿cuál es esa tendencia?

'El modelo inglés, o el modelo aplicado en Alaska. En el primero se eliminaron las regalías. En el segundo se establecen regalías que llegan al 27,5%'.

(...)

Rodríguez, quien se sumará al debate con la publicación de artículos sobre la reforma, lanza una advertencia directa a los críticos del proyecto: 'Cualquiera que desee ver con objetividad y, sobre todo, con ojo venezolano, no extranjero, estas realidades, la encontrará con

simplemente extender la mirada. Para ello no se requiere tener títulos de doctor en economía y el tan discutible rango de 'experto petrolero'.

(...)

Alí Rodríguez apunta que el debate se ha concentrado en lo relativo a la regalía. Bajo esta preocupación recuerda que el Estado venezolano sólo está ejerciendo su derecho de explotar un recurso natural que se agota y que, 'por si fuera poco, sigue siendo su principal fuente de ingresos' ("Hay más epítetos que ideas en debate de Ley de Hidrocarburos", *EU*, 08/10/2001).

Em entrevista para *El Nacional*, Bernard Mommer afirma claramente que a ênfase nos *royalties* visa corrigir deficiências que levaram à queda da contribuição fiscal petrolreira. ("Regalía de 30% impide que PDVSA manipule sus pagos al Estado", *EN*, 03/09/2001).

O debate prosseguiu intenso até a promulgação da nova legislação. Em relação ao projeto original, a principal modificação é a flexibilização dos *royalties*. De um patamar de 30% estes poderão ser reduzidos para 20% em alguns casos especiais, e para até 16,6% para a extração dos óleos extra-pesados da Faixa do Orinoco.

Por su parte, Hernández Rafalli señala que se ha logrado un avance importante en la definición del monto de regalías petroleras en la Ley de Hidrocarburos (se bajó de 30% fijo a una banda entre 20% y 30%, dependiendo de la calidad del crudo que se extrae).

Esto era hasta el viernes de la semana antepasada. Aunque el presidente de la Cámara Petrolera participó en el grupo de doce personas que redactaron el proyecto de ley, afirma que fue 'un invitado incómodo' en el proceso. 'Yo le agradezco al presidente Chávez que nos haya llamado a formar parte de la comisión y presentamos más de 30 propuestas, pero cuando esas propuestas no se leyeron, no hubo nada que hacer. Fuimos oídos, pero no escuchados. Nosotros intentamos proponer una visión de país, no de sector privado, pero resultó una ley que desconoce los avances de 1975 a la fecha, muy estatista', señaló el presidente de la Cámara Petrolera de Venezuela. ("Tierras y petróleo concentran preocupaciones", *EU*, 5/11/2001).

Se em um primeiro momento, o tom resenhado pelo jornal era de lamento, a partir da confirmação da redação da LOH, a Câmara Petrolreira da Venezuela adota um tom mais combativo com a promulgação da nova lei.

'No fueron reconocidas ninguna de las recomendaciones planteadas en el seno de la Comisión. No se tomó en cuenta la posición de Fedecámaras, de la Cámara, de todos los gremios y asociaciones que pasaron por la Comisión', explicó Hernández Rafalli.

(...)

Otro de los miembros de la Comisión Presidencial que habría manifestado su oposición a gran parte del articulado fue el presidente de PDVSA, Guaicaipuro Lameda. (“Sin considerar recomendaciones aprobaron Ley de Hidrocarburos”, *EU*, 7/11/2001).

A última observação de Hernández Rafalli revela as tensões que começavam a se fazer sentir entre o Ministério de Energia e Minas e a presidência da PDVSA. Mesmo que os dois cargos fossem nomeados pelo presidente da República, a intervenção de Lameda na Comissão se aproximou muito mais da posição da CVP do que dos integrantes do governo, expressando inclusive suas diferenças em um documento próprio. Mesmo assim, logo após, Lameda declararia que, tendo em vista a promulgação da nova lei, a discussão estava encerrada. (“PDVSA se adecuará a la ley”, *EU*, 9/11/2001).

Neste contexto, a organização dos empresários promoveu o primeiro Encontro Nacional sobre a nova Lei de Hidrocarbonetos, contrapondo-se à proposta do Executivo e defendendo uma retomada dos debates:

En un comunicado oficial, Fedecámaras recoge las conclusiones de estas deliberaciones. Se señala que el proyecto de ley que fue aprobado 'presenta una serie de inconsistencias con la orientación que debe dársele al país para un futuro promisor de nuestra industria'. 'En la nueva ley, el Estado se encajona y autolimita dentro de múltiples inflexibilidades cuando el escenario de negocios está seguro a su favor (...) el artículo 18 restringe la posibilidad del Estado y de sus empresas para asociarse con entes privados para realizar actividades primarias, así como actividades integradas verticalmente que incluyan también industrialización'. 'La regalía fija de 30% resulta demasiado alta para la mayoría de los campos petroleros que son maduros y cuyos costos de explotación superan los \$9'. En cuanto a los convenios de asociación y operativos existentes – inversiones que sobrepasan los \$20 millardos –, 'la ley no confiere a los beneficiarios de derechos ninguna estabilidad. Si los actuales no cuentan con garantías, difícilmente vendrán nuevos inversionistas' (“Fedecámaras pide más tiempo de reflexión”, *EU*, 9/11/2001).

De alguma maneira, quem sintetizou o conflito de maneira mais clara foi Gustavo Roosen, ex-presidente de PDVSA de 1992 a 1994, afirmando que a empresa estaria sendo disputada entre duas lógicas:

Las propuestas escenificadas en los últimos días por la gente de Pdvsa, revelan la concreción de un enfrentamiento entre dos maneras de entender la naturaleza y los fines de la empresa. Detrás de cada postura está el modo de ser: el del gerente y el del político. El gerente está enfocado al logro, a las metas cuantificables. El político está de paso, se enfoca en el poder, usa su posición como trampolín para

lograr algo. En Pdvsa se han adoptado decisiones que obedecen más a factores políticos que gerenciales. (Gustavo Roosen, “PDVSA entre dos lógicas”, *EN*, 14/11/2001).

Mesmo que na sua caracterização das duas lógicas vemos claramente que ele fala desde sua condição de ex-executivo da PDVSA, sua colocação aponta para a grande diferença das lógicas entre os dois blocos em disputa em relação à questão petrolífera. Por um lado, o Executivo apresenta um projeto que retoma o nacionalismo petrolíbero reconstituindo um bloco de poder apoiado naqueles que se beneficiam do petróleo, sobretudo, por intermédio da distribuição da renda petrolífera. Por outro, o setor empresarial e gerencial apresenta um enfoque distinto, apostando na melhoria das condições para a acumulação de capital no setor através da abertura de espaço para o investimento privado e na diminuição dos controles (fiscais, jurídicos, estratégicos) exercidos pelo Estado.

4. A ação do bloco opositor e as mudanças na cúpula da PDVSA

A partir deste momento, um novo período na confrontação política se abre no país. O rechaço às novas leis se transforma no ponto de aglutinação da oposição ao governo e na sua bandeira para mobilizar cada vez mais setores e levar a disputa hegemônica para outro patamar. Além da Lei de Hidrocarbonetos, a Lei de Terras e a Lei de Pesca e Aquicultura destacam-se como focos da crítica opositora.

A lei de terras é, sem dúvida, a que mais provoca reações, não só entre os setores mais diretamente afetados, os grandes proprietários rurais, mas igualmente entre o conjunto dos proprietários (incluída aí parcela da classe média) que se viu ameaçada pelas supostas investidas do governo contra a propriedade privada. Como explica Dick Parker (2008), na realidade a proposta do governo visava muito mais ao aumento da produção de alimentos no país, limitados devido à concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, não muito inclinados a produzir para o mercado interno. Além disso, a urbanização venezuelana era um processo bastante consolidado não havendo, como em outros países da América Latina, grandes movimentos de trabalhadores rurais sem terra para pressionar por um ataque mais radical às grandes propriedades que incluísse os latifúndios produtivos.

Sin embargo, la propuesta no era tan radical y, en efecto, tenía como uno de sus propósitos centrales fomentar la producción

agroalimentaria nacional. El problema central de la propuesta, desde la perspectiva empresarial, era que indicaba que el gobierno tenía toda la intención de aprovechar la fragilidad (y hasta la naturaleza fraudulenta) de muchos títulos de propiedad en el campo, para obligar a quienes controlaban la tierra a adaptarse a las nuevas prioridades: sea modificando su utilización de la tierra para producir lo que, según el gobierno, más hacía falta o, por lo menos, lo que respondiera más adecuadamente a la calidad de la tierra; sea, sobre todo cuando se tratara de tierras ociosas, cediendo su tierra a campesinos que la pondrían a producir o pagando un impuesto si seguía ociosa. No es casualidad que los artículos cuya constitucionalidad se cuestionaba frente al Tribunal Supremo eran precisamente aquellos que introducían mecanismos procedimentales nuevos para determinar la validez de títulos de propiedad (PARKER, 2008).

Pouco antes do término do período determinado pela Assembléia, 13 de novembro de 2001, o governo emitiu a maior parte dos decretos no marco da lei habilitante de 2000, desencadeando uma forte reação dos setores dominantes do país.

As novas leis aprovadas pelo governo foram instrumento catalisador para a conformação de um bloco opositor ao governo. O momento no qual este bloco opositor demonstraria ter alcançado um novo patamar de mobilização e organização seria aproximadamente um mês após a promulgação dos decretos, no dia 10 de dezembro. Neste dia, ocorreu uma paralisação nacional promovida pelos principais setores empresariais do país, encabeçados por Fedecámaras, e apoiados por parcelas do movimento sindical (CTV), partidos políticos e associações civis de classe média.

Fue durante este evento (...) que las fuerzas sociales y políticas que desde la campaña de 1998 se habían opuesto al proyecto bolivariano, lograron realizar su primera protesta masiva y exitosa, dándole un giro a su favor en la lucha hegemónica. (...) El paro cívico logro paralizar una parte significativa del comercio urbano y tuvo el efecto de unir un conjunto de fuerzas de la oposición que hasta ese momento se movían dispersa y fragmentadamente en el espacio político (LÓPEZ-MAYA, 2005, p. 263).

A disputa velada estabelecida entre o presidente de PDVSA, Guaicaipuro Lameda, e o Executivo durante as discussões sobre a Lei de Hidrocarbonetos teria como desenlace a sua destituição da liderança da empresa, no início do ano de 2002. A partir deste momento, o governo Chávez buscaria formar uma nova junta diretiva composta por membros afinados com sua política petroleira.

A escolha de Gastón Parra Luzardo ilustra bem esta nova orientação. Pesquisador petroleiro de larga trajetória, Parra Luzardo foi, durante a década de 1990,

um dos principais críticos da política de Abertura Petroleira. Sua nomeação viria acompanhada de uma nova junta diretiva bem como de novas medidas em relação ao orçamento da empresa. Esta nova situação traria a PDVSA para o centro da polarização vivida pelo país no ano de 2002. Por um lado, os gerentes questionavam a nomeação da nova junta diretiva por esta não respeitar critérios “meritocráticos”. Por outro, o governo afirmava que agora sim a PDVSA, que vinha sendo dirigida como uma empresa privada, estaria a serviço da nação. A radicalização deste conflito coloca em lados opostos a gerência da empresa, ameaçando com uma paralisação de suas atividades, e o governo, ameaçando a gerência com demissões e com a militarização das instalações.

Durante os primeiros meses de vigência da nova lei, o governo buscou tranquilizar os investidores estrangeiros quanto às dúvidas que pairavam sobre as possibilidades de mudança imediata das regras dos contratos da Abertura. Dentre os diversos argumentos levantados contra a Lei de Hidrocarbonetos, destacava-se o afastamento dos investidores estrangeiros, entre outras razões, pela mudança das regras estabelecidas pela Abertura Petroleira. De acordo com a nova lei, o Estado deveria ter sempre maioria acionária nas empresas mistas no setor de extração do petróleo, além de um patamar mais elevado de *royalties*. Ao contrário, a Abertura petroleira estava caracterizada na maior parte dos casos em uma participação minoritária do Estado, no reconhecimento da arbitragem internacional e na redução do nível de *royalties* a serem pagos. Por esta razão, os porta-vozes da política petroleira neoliberal defenderam que estivesse explícito na Lei de Hidrocarbonetos o reconhecimento dos direitos adquiridos pelas empresas petroleiras participantes da Abertura.

O governo manteve sua disposição de não acrescentar na nova legislação uma garantia expressa dos contratos assumidos durante o período da *Apertura*. Seu principal argumento era o de que não se poderia legislar retroativamente. Assim, se os contratos da Abertura foram elaborados nos marcos legais vigentes no momento de sua assinatura, não haveria necessidade de serem reafirmados na nova legislação. Mesmo assim, o governo buscou, a partir do início de 2002, dar garantias para as empresas transnacionais de que as regras seriam mantidas¹⁶.

¹⁶ Posteriormente, entre 2005 e 2007, esta situação seria modificada com a adequação de todos os contratos ao marco legal da Lei de Hidrocarbonetos. A partir deste momento, todas as associações foram transformadas em empresas mistas, nas quais o Estado (através da CVP) teria no mínimo 60% das ações. A maior parte das companhias aceitou a mudança. Entre as que não aceitaram, a Exxon-Mobil foi a única a processar o governo da Venezuela nos fóruns internacionais, não obtendo sucesso. O objetivo do

El Ministerio de Energía y Minas ratificó a la asociación estratégica Petrozuata el derecho a pagar 1% por concepto de regalía petrolera, tal como fue aprobado por el desaparecido Congreso Nacional en la década de los 90, cuando se llevó a cabo la política de apertura petrolera. La medida fue oficializada el pasado 14 de enero mediante la firma de un documento elaborado por Petrozuata, que luego fue sometido a un proceso de negociaciones en el que participaron la Consultoría Jurídica y la Dirección de Hidrocarburos del despacho energético. Se calcula que la Tesorería Nacional habrá recibido aproximadamente 3 millones de dólares desde abril –mes en que comenzó la producción comercial del desarrollo– hasta noviembre de 2001. Fuentes comentaron que la decisión podría ser considerada como una señal positiva para los inversionistas nacionales y extranjeros, “como un mensaje en el que Venezuela demuestra que respeta los compromisos adquiridos”. (“Min-Energía ratificó a Petrozuata pago de regalía a 1%”, *EN*, 05/02/2002).

O objetivo do governo neste momento era fazer com que a PDVSA se adaptasse à nova estratégia e não abrir um flanco de disputa mais amplo com as transnacionais instaladas no país. No mês de fevereiro, o professor Gastón Parra Luzardo foi escolhido para presidir a PDVSA e adaptá-la à política petroleira do governo. Seu anúncio foi recebido com cautela por parte dos principais porta-vozes do bloco opositor, não assumindo ainda, entretanto, a clara oposição à sua nomeação que caracterizaria o discurso deste bloco nas próximas semanas.

Para el presidente de Fedecámaras [Pedro Carmona], el equipo que acompañe a Parra Luzardo debe estar integrado por gerentes de la industria, escogidos por meritocracia y conocedores a fondo del negocio petrolero. Asimismo, debe impedir la permeabilización política de Pdvsa y que se le impongan más cargas fiscales para subsanar el excesivo gasto del Gobierno.

Juan Chacín Guzmán [ex-presidente de PDVSA] dijo que le desea suerte al nuevo presidente de Pdvsa, pues “no tiene experiencia en un negocio tan complejo, lo cual implica rodearse de gerentes profesionales que vengan de las filas de la industria y a quienes deberá escuchar”. (“Gastón Parra Luzardo es el nuevo presidente de Pdvsa”, *EN*, 10/02/2002).

A nomeação de Parra Luzardo não foi combatida diretamente em um primeiro momento, pois, isoladamente, o cargo de presidente não representaria necessariamente uma mudança tão drástica na condução da empresa, desde que a Junta Diretiva fosse composta por gerentes profissionais, respeitando critérios de

governo não era, no ano de 2002, modificar imediatamente os contratos da Abertura Petroleira. Porém, a nova legislação não garantia tais contratos, dependendo de sua adequação ao marco legal vigente quando estes foram firmados.

“meritocracia”, mecanismo através do qual a PDVSA estaria a salvo da “influência política”. Na afirmação de Pedro Carmona, vemos igualmente o rechaço das políticas que privilegiam a arrecadação fiscal.

Os objetivos declarados pelo novo presidente eram “*analizar de manera seria y rigurosa todos los aspectos inherentes a la estructura organizativa, el estado financiero de la industria, todas las operaciones nacionales e internacionales y sus negocios en el mundo*”. (“Gastón Parra encuentra una empresa en dificultades”, *EN*, 14/02/2002).

Conforme Parra Luzardo declarava, seu foco seria analisar a situação da empresa após vários anos de Abertura e Internacionalização, e suas conseqüências tanto no incremento dos custos da empresa quanto da diminuição de seu repasse fiscal. Como foi acima exposto, a política de internacionalização da PDVSA levou a empresa muito além das fronteiras da Venezuela, transformando-a em uma companhia de caráter transnacional voltada para a acumulação de capital em escala mundial. O novo presidente buscava colocar em evidência os custos operativos da empresa e o nível de investimentos necessários para desenvolver esta estratégia de internacionalização. Estas medidas possibilitariam restabelecer mecanismos para que a contribuição fiscal da empresa cessasse de diminuir.

Tal posição contrastava vivamente com as opiniões expressas pelos setores mais influentes da gerência da empresa, bem como com as de Guaicaipuro Lameda. Logo após sua saída da empresa, o ex-presidente concedeu uma entrevista coletiva na qual criticou os fundamentos da política petroleira do governo.

Luego de agradecer a Dios, a los medios de comunicación, de destacar la cooperación de los trabajadores de la corporación, y de resaltar la formación adquirida en la Fuerza Armada, Lameda lanzó una serie de frases cargadas de mensajes.

Por ejemplo, advirtió una y otra vez durante su discurso que Pdvsa “no puede resolver todos los problemas del país”; habló de “reconstituir la fortaleza interna de la institución”, y, en el mismo tono, le pidió a su sustituto, Gastón Parra Luzardo, que dirija a esa organización “como una sociedad mercantil con fines de lucro”. (“Pdvsa no puede resolver todos los problemas del país”, *EN*, 14/02/2002).

Em um contexto de queda dos preços do petróleo com a conseqüente queda na arrecadação fiscal, o governo orientou a empresa a reduzir seus investimentos.

(“Pdvsá reducirá su presupuesto en más de Bs. 1,2 billones”, *EN*, 15/02/2002). Além disto, o aumento dos funcionários dos escalões superiores, tradicionalmente repassados neste período seria adiado. Ao contrário da *nómina contractual* (operários, quadros técnicos e supervisores), os integrantes das *nóminas mayor e ejecutiva*, que reúne os gerentes da empresa, não tinham seu reajuste salarial no marco da convenção coletiva. Esta era definida pela direção da empresa e contava igualmente com uma avaliação de méritos. Vale destacar igualmente que as características da indústria petroléira implicam em um forte peso deste setor na composição dos funcionários da empresa (“Malestar en Pdvsá por retraso de aumento salarial”, *EN*, 19/02/2009)¹⁷.

Se estas medidas já se chocavam com a gerência da PDVSA, a notícia da nomeação de uma nova Junta Diretiva foi o estopim para a abertura de um conflito na empresa. Em um primeiro momento, estava mantida a possibilidade de permanência da mesma Junta Diretiva, reduzindo as mudanças na liderança da empresa. Conforme citado acima, este era o discurso dos porta-vozes do bloco opositor sobre este tema. No início da semana do dia 18 de fevereiro, com a profundidade da mudança da Junta Diretiva e com os novos nomes praticamente definidos, tiveram início os primeiros protestos de gerentes e pessoal administrativo.

A nova Junta foi anunciada no dia 25 de fevereiro sendo composta, além de Gastón Parra Luzardo, por Alfredo Riera e Jorge Kamkoff (vice-presidentes), Luis Dávila, Argenis Rodríguez, Félix Rodríguez e Jesús Villanueva (diretores internos), Rafael Ramírez, Carlos Mendoza Potellá e Arnaldo Rodríguez Ochoa (diretores externos).

A partir deste anúncio, a gerência da PDVSA começa a se mobilizar em torno da defesa da meritocracia. Como será discutido a seguir, os objetivos dos gerentes mobilizados variariam conforme o lugar ocupado por este conflito na conjuntura do país, iniciando com a reivindicação dos diretores internos da PDVSA serem nomeados de acordo com os critérios meritocráticos, passando para a renúncia de toda a junta diretiva, alcançando por fim a exigência da renúncia de Hugo Chávez.

¹⁷As *nóminas* da PDVSA são os diferentes estratos nos quais os funcionários da empresa estão divididos. Na *nómina ejecutiva* estão localizados os gerentes de alto nível hierárquico, os executivos da empresa. A *nómina mayor* é composta pela gerência média e os profissionais da empresa. Por fim, a *nómina contractual* engloba os funcionários da empresa amparados no contrato coletivo. Esta se divide entre a *nómina menor*, que reúne supervisores e pessoal administrativo, e a *nómina diaria* na qual estão os operários. Neste trabalho, optou-se por manter o termo *nómina* para se referir aos diferentes níveis dos funcionários da PDVSA.

Frente a uma das primeiras manifestações dos gerentes médios e do pessoal administrativo das sedes de PDVSA em Caracas, Manuel Quintero, um dos diretores da Federação de Trabalhadores Petroleiros (*Fedepetrol*) de Venezuela do setor de Carlos Ortega, se pronunciou sobre os motivos da manifestação:

Explicó que los trabajadores no tienen nada personal contra Luzardo, pero desean que vuelva al cargo el general Guacaipuro Lameda y – de no ser así – que para el directorio de Pdvsa se nombren ejecutivos provenientes de las filas de la industria.

Los trabajadores también reclaman el pago del bono de producción y de la cláusula de la meritocracia, lo que debió hacerse efectivo en enero pasado. La meritocracia es el sistema de evaluación por desempeño, el cual durante años ha sido el incentivo para lograr altos niveles de eficiencia laboral en la industria petrolera.

El cese del convenio de suministro de crudo a Cuba fue otra de las peticiones, porque los trabajadores consideran que lesiona la economía de Pdvsa – los cubanos están en mora – y los intereses del país, reveló Quintero (“Trabajadores de Pdvsa protestaron designación de Gastón Parra”, *EN*, 22/02/2002).

Durante este período de acirrados confrontos na PDVSA, as diversas correntes sindicais disputavam a legitimidade da representação dos trabalhadores, ora articulando-os às demandas do governo, ora às dos gerentes. Por vezes, o termo “trabalhadores” era empregado em um sentido que englobava todo o quadro de pessoal da PDVSA, independentemente da atividade e da remuneração dos diferentes “trabalhadores”. A sua divisão em diferentes setores (*nóminas*) se expressava também em diferentes mecanismos de reajuste na sua remuneração.

A partir dos primeiros protestos, as correntes sindicais buscaram apontar diferentes objetivos e problemas a serem enfrentados para explicar o conflito, contribuindo de forma mais ou menos direta com algum dos blocos em disputa. Rafael Rosales, presidente da Fedepetrol eleito com apoio dos sindicalistas bolivarianos mesmo sendo independente, enfatizava em seu discurso o combate aos altos custos da empresa e o peso dos gastos com pessoal, fazendo eco neste momento das críticas oriundas do governo. O presidente da CTV e ex-presidente de Fedepetrol Carlos Ortega, agente decisivo na condução do bloco opositor, atuava com uma perspectiva estratégica mais definida:

Por su parte, Carlos Ortega, presidente de la Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV), sostuvo que “se veía venir una reacción por parte de la alta gerencia de la industria ante el desastre del Gobierno en la administración de Pdvsa”.

“La politización está hoy más que nunca presente en Pdvsa, empresa que debemos rescatar porque es la principal fuente de ingresos del país”, agregó. Muestra de ello, refirió el también ex presidente de Fedepetrol, es la alta rotación de presidentes – cuatro en tres años –, ya que la “estampida de cuadros valiosos” debilita a la industria.

Ortega indicó que durante su gestión en Fedepetrol insistió en la revisión de los costos de Pdvsa. Aseguró que esto ahora es más evidente, porque se quiere convertir la empresa en la caja chica del Gobierno (“Fedepetrol plantea bajar costos de la industria”, *EN*, 26/02/2002).

No dia 26 de fevereiro ocorreu a primeira das muitas grandes assembléias de gerentes da PDVSA. A partir deste momento, este setor da empresa começaria a se apresentar com voz própria frente à disputa no país, cumprindo um papel decisivo na atuação do bloco opositor e fazendo de seu conflito com o governo o eixo da disputa política do país. Nesta assembléia, reunindo boa parte dos altos gerentes da empresa, estes afirmaram que não aceitariam a nomeação da nova junta diretiva, posição expressa no manifesto aprovado na assembléia, de acordo com a resenha de *El Nacional*.

“La publicación de ese decreto evidencia que se ha consumado una decisión que estimamos desatinada, por cuanto la mayoría de las personas que pasarían a integrar la nueva junta directiva no exhiben la trayectoria y los méritos que garanticen la conducción de Pdvsa”, dijo Paredes [porta-voz dos gerentes mobilizados].

“Para dirigir con éxito este negocio se requiere además de una identificación con los intereses primordiales de la nación, de una profunda e incuestionable solvencia técnico-profesional, e igualmente de una ascendencia tanto sobre el personal que labora para la corporación, como sobre nuestro público relacionado, es decir, clientes, socios, contratistas, agentes económicos”, agregó.

Más adelante sentenció: “Rechazamos la designación de nuestros más altos directivos sin la aplicación de criterios cónsonos con razones estratégicas, gerenciales y operacionales. Más aún, consideramos inaceptable la manera irrespetuosa y displicente con la que se ha venido tratando, en público y en privado, a lo máspreciado de su organización: su gente”. Tales críticas tienen que ver, en buena medida, con el quiebre de la meritocracia. Paredes dejó bien en claro que aceptan la presidencia de Gastón Parra Luzardo y que el Ejecutivo, además, como lo hicieron en el pasado otros gobiernos, puede designar a quien considere adecuado como directores externos. Pero otra tema es el de los directores principales (“Pdvsa rechazó en pleno a la nueva directiva”, *EN*, 27/02/2002).

Como podemos ver, a emergência da PDVSA como palco central do conflito político do país ocorre no momento em que o governo buscava implementar uma nova política petroleira. Para além da mudança no marco legal, esta transformação

se manifestava igualmente em mudanças dentro da empresa, decisivas para que o sentido impresso na nova Lei de Hidrocarbonetos não fosse anulado ou limitado.

As mudanças no topo da empresa são um dos aspectos desta disputa. O governo, com o próprio General Guaicaipuro Lameda, já havia nomeado um presidente não oriundo das fileiras da corporação. Tanto as declarações citadas acima, dele e de gerentes da PDVSA, quanto o protagonismo assumido por Lameda posteriormente demonstraram que longe de mudar a orientação da empresa, a gerência de PDVSA o convenceria do melhor caminho para a indústria petrolífera venezuelana.

Desta vez o governo havia decidido nomear um presidente que, além de não ser oriundo do quadro da PDVSA, era um reconhecido opositor das políticas por ela impulsionadas, particularmente a partir da década de 1990. Membro das comissões redatoras tanto da Lei de Nacionalização quanto da Lei de Hidrocarbonetos, era difícil apontar Gastón Parra Luzardo como alguém com pouco conhecimento do setor. Seu olhar, entretanto, sempre foi lançado desde uma posição não só distinta como, na maioria das vezes, oposta aos gerentes da PDVSA. Seja quando os mais experientes destes últimos ainda eram funcionários das concessionárias transnacionais que operavam na Venezuela, seja quando a PDVSA se lançou para a abertura e a internacionalização, Parra Luzardo esteve sempre na trincheira oposta. Tinha razão quem afirmava que o novo presidente da PDVSA não tinha experiência gerencial. Não se tratava, entretanto, de um problema de falta de qualificação. Tratava-se de outro lugar para encarar a questão petrolífera: desde o ponto de vista dos proprietários do recurso natural.

As duas lógicas que identificamos na questão petrolífera articulam a oposição entre estas duas posições. Por um lado, a busca pelo aumento da arrecadação fiscal, a maximização da renda para o proprietário do recurso natural, e por outro, a busca pela acumulação de capital no setor. Uma posição para a qual a exploração do petróleo só se justifica se este puder ser “semeado” no restante do país. Outra para a qual a expansão do negócio petrolíbero não precisa de justificativas para além dele mesmo.

A presidência da PDVSA era sem dúvida um dos pontos da disputa entre estas duas estratégias, porém esta posição ficaria debilitada se a mudança não afetasse igualmente a Junta Diretiva da empresa. Em um primeiro momento, não estava claro que o governo buscaria modificá-la em seu conjunto. Justamente quando esta mudança

é desenhada, começa uma reação contundente do amplo estrato gerencial e profissional da PDVSA contra as novas nomeações.

Estes são os elementos que trazem a PDVSA para o centro do confronto político de um país polarizado. Rapidamente, a disputa no seio da empresa que cumpre um papel tão determinante para a Venezuela se transformará na grande bandeira do bloco opositor. Este se contrapunha ao que considerava como autoritarismo do governo Chávez, acrescentando à lista de exemplos sua ação na empresa nacional petroleira, caracterizada como uma politização indevida que romperia a meritocracia.

5. Mobilização de gerentes e golpe de estado

O mês de março foi marcado pela escalada da confrontação entre o governo e os gerentes, quando ocorreram as nomeações para a junta diretiva do que Luís Giusti chamou de “*seculares enemigos de la corporación*”. Em palavras vindas deste reconhecido porta-voz do bloco opositor e principal promotor das políticas as quais o governo de Hugo Chávez se contrapunha:

Es verdad que algunos ayudaron a crear a Pdvsa en 1975. Pero también es cierto que ellos han sido enemigos de procesos como el de la apertura petrolera, de la internacionalización y de la relación que a través de Citgo Petroleum Corporation se ha mantenido con Estados Unidos. (“Giusti: Quieren que sea una agencia del petroestado”, *EN*, 02/03/2002).

Perguntado se os gerentes mobilizados poderiam encabeçar uma paralisação da empresa, Giusti optou por uma resposta cautelosa.

Tradicionalmente, ha sido la nómina contractual (los obreros) la que ha realizado acciones de este tipo. No sé qué repercusiones podría tener esta nueva posición de los trabajadores petroleros. Ojalá y se pudiera llevar a cabo una rectificación para aliviar las tensiones y lograr que marchen las cosas. Pero, igualmente, todo puede tornarse grave. Porque lo cierto es que los nombramientos tienen una clara señal de que se apunta hacia una nueva Pdvsa centralizada, controlada por el Estado, que sea la agencia ejecutora del petroestado (“Giusti: Quieren que sea una agencia del petroestado”, *EN*, 02/03/2002).

O processo de mobilização e organização dos gerentes da PDVSA (*nómina mayor e nómina ejecutiva*) avançava rapidamente ao longo dos primeiros dias de março.

Já no início do mês uma série de assembléias de gerentes e profissionais transformava o cenário da empresa.

Durante este período de intensa mobilização, a denominação dos setores envolvidos variava: “trabalhadores”, “gerentes”, “empregados de PDVSA”, se alternavam nos jornais analisados. A bibliografia tende a apresentar este conflito como um episódio de disputa de gerentes e pessoal administrativo (LANDER, 2004). Se existem evidências da participação de parcelas dos trabalhadores petroleiros, não há dúvida de que são os altos gerentes da corporação que encabeçam as mobilizações e ditam as principais consignas. As assembléias que reuniam os “empregados da PDVSA” eram restritas ao pessoal de nível gerencial e profissional. A questão da meritocracia referida nos protestos relacionava-se, sobretudo, à identidade dos gerentes, pouco tendo a ver com as tradicionais reivindicações dos operários.

É igualmente ao longo do mês de março que o conflito na PDVSA passa a ser visto como o ponto catalisador para a mobilização contra o governo e a mobilização dos gerentes com uma paralisação da indústria petroleira, como um dos caminhos para retirar Chávez da presidência. Um exemplo desta situação é o chamado de um dos executivos de PDVSA, Alberto Quirós Corradi:

Amigos ex compañeros petroleros. Les voy a decir algo que ustedes resisten a aceptar. Ustedes hoy tienen más poder que el presidente de la República. El país sensato está con ustedes. Por primera vez en la historia, todos los factores internos y externos los apoyan. Ya que el presidente los invitó los invitó a que se fueran ¿Por qué no le toman la palabra y se van? Pero eso así, todos juntos. A lo mejor cuando se despierten de su atrevimiento ya Chávez no estará para “envainarlos” de nuevo (Alberto Quirós Corradi, “La supervivencia de Pdvsa”, *EN*, 03/03/2002)

Apesar de o governo, ao longo deste período, dar sinais de estar disposto a dialogar, em nenhum momento demonstrou a intenção de abrir mão de nomear a Junta Diretiva da PDVSA. Frente a este impasse, os gerentes mobilizados começam a radicalizar suas posições à medida que avançavam em seu processo de organização.

“Ni un paso atrás”, fue la consigna de los empleados de nómina mayor de Petróleos de Venezuela, quienes se reunieron durante toda la tarde de ayer en un hotel caraqueño. Juan Fernández, gerente de Planificación y quien fungió de vocero principal de la reunión, leyó el comunicado en el cual aseguran que se profundizarán las acciones de protesta y se mantendrán en la lucha, con el respaldo del sindicato (“Trabajadores radicalizan conflicto en Pdvsa”, *EN*, 11/03/2002).

À assembléia de gerentes somaram-se representantes do sindicato Fedepetrol, inclusive o dirigente independente Rafael Rosales. Entre as ações definidas na assembléia, estavam previstas a continuidade das paralisações administrativas e das mobilizações em frente às sedes da PDVSA. A paralisação das atividades de extração, refinação e transporte, apesar de descartadas em um primeiro momento, eram apresentadas como uma possibilidade, caso o governo não cedesse. Os demais porta-vozes do bloco opositor manifestavam seu apoio às reivindicações dos gerentes, responsabilizando o governo pela radicalização do conflito.

“Nos preocupa el hecho de que haya indicios de endurecimiento y de eventuales represalias contra funcionarios de Pdvsa, y debemos alertar que si se materializa algún tipo de retaliación contra la alta gerencia de la industria, puede agravarse y radicalizarse el problema, con las consecuencias negativas que tendría para el país y para la población”, expresó Carmona.

(...)

“Pedimos al Ejecutivo que no haya represalias, porque vendrá una radicalización. El camino de salida es que haya una recomposición del directorio de la industria y que por esa vía se evite un conflicto de mayores proporciones”, señaló. (“Fedecámaras rechaza represalias contra los empleados”, *EN*, 12/03/2002).

Pressionado, com a possibilidade de uma paralisação da indústria, o governo não se mostrou disposto a aceitar o ultimato dos gerentes. Ao contrário, as declarações do presidente Chávez denunciavam a ameaça e as conseqüências daninhas que sua efetivação teria para o país.

“Están amenazando con una huelga nacional. Que lo hagan, pero tendrán que atenerse a las consecuencias porque esa es una empresa estratégica y por nada del mundo voy a permitir que se pare. Venezuela no puede aceptar que se pare la explotación petrolera por intereses de un pequeño grupo”, garantizó Chávez. (“Chávez: Los que vayan a la huelga en Pdvsa que asuman consecuencias.”, *EN*, 12/03/2002)

Frente às paralisações parciais do setor administrativo da empresa, o governo começa a tomar medidas jurídicas, pelo fato desta não cumprir com as determinações legais para ser enquadrada como um conflito trabalhista legal. Sobre este tema, a ministra do Trabalho, Maria Cristina Iglesias, declarou:

“En Pdvsa no hay paro ni huelga, de acuerdo con la Ley Orgánica del Trabajo, sino paralización intempestiva de labores que se puede calificar como abandono del trabajo”, alegó la funcionaria.

La ministra y sus asesores estudiaron el fin de semana la situación en la empresa petrolera y concluyeron en que se califica como abandono de faena, porque no existían reclamos de carácter laboral por parte de la nómina mayor. (“Conflicto en Pdvsa es abandono de faena”, *EN*, 12/03/2002)

Um das primeiras medidas que marcou a radicalização do conflito por parte dos empregados da PDVSA foi uma operação padrão (*operación morrocoy*) em um navio cubano, atrasando em mais de 24 horas sua saída (“Operación morrocoy a buque cubano”, *EN*, 13/03/2002). O governo era permanentemente criticado pelo bloco opositor por sua aproximação com Cuba. Para os gerentes mobilizados e o conjunto do bloco opositor, os atrasos dos pagamentos do fornecimento de petróleo foram transformados em um símbolo que o apoio governo venezuelano a Cuba se sobrepunha à rentabilidade de PDVSA.

A radicalização do conflito se intensificaria a partir do dia 21 de março, quando houve uma paralisação do pessoal administrativa da PDVSA em todo o país, a partir da deliberação da assembléia de gerentes. Nos dias seguintes, (“Comenzaron a aplicar despidos en Pdvsa”, *EN*, 23/03/2002), os gerentes mobilizados denunciam o início de transferências, aposentadorias forçadas e demissões, fixando o prazo de 1º de abril para que o governo retrocedesse (“Trabajadores de Pdvsa dan plazo al Ejecutivo hasta el 1º de abril para reconsiderar despidos”, *EN*, 25/03/2002).

Como o governo não demonstrava sinais de recuar, foi convocada uma nova assembléia no dia 3 de abril, durante a qual “*los ejecutivos, gerentes y altos funcionarios de la nómina mayor de Petróleos de Venezuela tuvieron ayer una noche decisiva en el conflicto que los enfrenta a la junta directiva de la empresa*” (“*Paralizar PDVSA por 4 Horas Plantea la Nómina Mayor*”, *EN*, 04/04/2002). Ao final da assembléia foi decidida a paralisação das atividades operacionais da empresa até que suas reivindicações fossem atendidas.

A Horacio Medina, delegado de la asamblea de trabajadores de Pdvsa, le tocó leer el último de los comunicados en el que, como una especie de parte de guerra, los trabajadores de la compañía estatal informaron sobre el resultado de la jornada y anunciaron su intención de no rendirse.

“Los trabajadores de todas las nóminas de Pdvsa iniciamos la suspensión colectiva progresiva de labores en las áreas operacionales

de la región metropolitana de Caracas, centro y oriente del país”, dicen en el documento. Esta medida solamente será levantada una vez que se cumplan las siguientes condiciones:

-Restitución de la meritocracia como condición de los contratos individuales de trabajo, para lo que se requiere la renuncia de la actual junta directiva de Pdvsa y el nombramiento de una junta directiva de transición.

-Reversión de las jubilaciones forzadas de Armando Izquierdo (ex gerente corporativo de asuntos públicos) y Oscar Murillo (ex consultor jurídico) y la reincorporación de Edgar Rasquin (ex gerente del Centro Refinador Paraguaná). Para hoy está programada una concentración de trabajadores en la sede de Pdvsa en Los Chaguaramos, y las acciones conflictivas mantienen su carácter indefinido. (“Colapsaron las estaciones de servicio”, *EN*, 05/03/2002).

A simples notícia da paralisação levou milhares de motoristas aos postos de combustível que ficaram lotados (“Demanda excesiva de gasolina convirtió a Caracas en un caos”, *EN*, 05/04/2002). Apesar de o comunicado falar em nome de todos os empregados da PDVSA, a assembléia do dia 3 fora exclusiva dos altos escalões da empresa. Entre os diretores da Fedepetrol não houve consenso sobre qual atitude tomar. Esta oscilou entre o chamado a acompanhar a mobilização da *nomina mayor*, feito pelo setor vinculado a Carlos Ortega, e a consigna “*puesto dejado, puesto ocupado*” lançada pelos sindicalistas do campo bolivariano, mobilizado para garantir os planos de contingência do governo. Rafael Rosales optou por uma posição mais cautelosa defendendo que os trabalhadores da *nómina contractual* se mantivessem em negociação com o governo em função de suas reivindicações, não apoiando a paralisação (“Colapsaron las estaciones de servicio”, *EN*, 05/03/2002).

Nas principais refinarias do país a produção de combustível foi reduzida, destacando-se a refinaria de El Palito, onde, de acordo com *El Nacional*, a paralisação foi total (“Paro total en la refinería El Palito”, *EN*, 06/04/2002). Este aprofundamento da mobilização na PDVSA foi acompanhado por uma convergência dos demais setores do bloco opositor no apoio deste conflito e na construção de uma nova paralisação nacional, que desta vez contaria com o peso decisivo do setor de hidrocarbonetos.

Pedro Carmona Estanga, presidente de la central empresarial, anunció que en los próximos días convocará una asamblea extraordinaria para decidir acciones concretas de respaldo a los trabajadores de Pdvsa y la posibilidad de sumarse a la huelga de la CTV. Aseveró que el organismo ve con preocupación las medidas de represión contra los líderes del conflicto en la petrolera, y denunció que en el Gobierno

prevalece un ambiente de autoritarismo, por encima de la razón (“Fedecámaras se prepara para apoyar el paro”, *EN*, 06/04/2002).

Para se conectar com a mobilização do setor de hidrocarbonetos, a CTV decidiu antecipar a paralisação, transferindo-a do dia 11 de abril para a terça-feira, 9 de abril. (“CTV llama a paro de 24 horas el martes”, *EN*, 07/04/2002).

Se por um lado, o bloco opositor articulava sua mobilização ao conflito da PDVSA, os representantes do bloco bolivariano buscavam limitar a ação dos gerentes através de ações legais. Assim como anteriormente era declarado pela Ministra do Trabalho frente às paralisações administrativas, quando estas se expandiram para a extração e refinação, o procurador-geral se pronunciou de maneira contundente.

El fiscal general de la República, Isaías Rodríguez, dijo que el paro que realizan los trabajadores de Pdvsa es ilegal porque no ha cumplido con las exigencias formales de la Ley del Trabajo, que son la presentación de un pliego conflictivo por un sindicato. Por ello aclaró que podría haber sanciones contra algunos empleados, como la suspensión o la destitución. (“Paro total en la refinería El Palito”, *EN*, 06/04/2002).

A resposta do governo frente à radicalização do conflito com os gerentes foi igualmente dura. No domingo, dia 7 de abril, o governo decidiu demitir por abandono de emprego alguns dos principais líderes do movimento dos gerentes. A forma como foi realizada esta demissão não deixa de ser ilustrativa da situação vivida pelo país. Munido de um apito e simulando uma partida do esporte mais popular do país, o *baseball*, Hugo Chávez informou ao país a demissão, acirrando ainda mais os ânimos. Junto com isso, o governo informou que a partir do dia 1º de maio o salário mínimo seria reajustado em 20%. Ainda Chávez acrescentou:

“Todo miembro de la alta directiva que salga de vocero, llamando a que no se trabaje, está automáticamente despedido. No hay negociación. No hay conversación de por medio. Ya está bueno” (“Chávez anunció aumento de 20% en salario mínimo desde el 1º de mayo”, *EN*, 08/04/2002).

A reação opositora não se fez por esperar. No mesmo dia, os gerentes anunciaram que entrariam em greve por tempo indeterminado, adiantando-se inclusive à convocação de CTV e Fedecámaras (“Paro nacional de CTV, Fedecámaras y Pdvsa”, *EN*, 08/04/2002).

El directorio de Fedecámaras en pleno hizo un pronunciamiento conjunto con los representantes de la CTV y con delegados de Pdvsa. Pedro Carmona Estanga, presidente de la federación empresarial, justificó la adhesión al paro convocado por la central obrera y recordó que “el Ejecutivo ha asumido una actitud provocadora ante la crisis que vive el país. Si no hay un cambio, tendremos que proceder por otras vías y considerar la posibilidad de una transición o alternativa”. (“Alianza Total”, *EN*, 08/04/2002).

No dia 9 de abril teve início a paralisação convocada pela CTV e Fedecámaras. O impacto desta paralisação, de acordo com fontes diversas (LÓPEZ-NAYA; MEDINA, 2003; *El Nacional*, 10/04/2002), foi menor do que a ocorrida em dezembro de 2001, porém a suspensão das atividades de algumas refinarias tornava mais alarmante a possibilidade de paralisação do país por escassez de combustíveis. No próprio dia 9, os dirigentes do movimento determinaram ampliar a paralisação até as 6h da manhã do dia 11, abrindo a possibilidade de uma greve por tempo indeterminado, o que ocorreria a partir do dia 10.

No dia da paralisação nacional, governo e oposição disputavam tanto as ruas e as empresas quanto a interpretação desta jornada. Para fazer frente à supremacia da oposição nos meios de comunicação televisivos, o governo promoveu cadeias nacionais a cada 30 minutos para defender sua versão dos fatos.

Esta situação dos meios de comunicação também atingiria dois dos principais jornais do país, *El Nacional* e *El Universal*, ambos deixando de circular neste dia em solidariedade à paralisação. Se a orientação editorial de *El Nacional* estava claramente situada na oposição ao governo, durante estes dias suas páginas foram transformadas em verdadeiros instrumentos de mobilização do bloco opositor.

La sociedad civil se multiplica. Está en Pdvsa-Chuao, en la Confederación de Trabajadores de Venezuela, pasa por Fedecámaras, corre y va a Pdvsa-Los Chaguaramos, regresa a Pdvsa-Chuao y así sigue todo el día y noche su peregrinaje, que está dispuesta a mantener de manera indefinida hasta lograr su objetivo: la salida del presidente Chávez del poder. El próximo paso es hacer uso de la iniciativa popular, para convocar el referéndum consultivo. (“... y ahora, el referéndum”, *EN*, 11/04/2002).

Já com a paralisação indefinida decretada por CTV e Fedecámaras em todo o país e com a paralisação da indústria petroleira avançando, no dia 11 aconteceria uma marcha em solidariedade aos gerentes.

El mayor caudal de gente visto en el país arrancó a alrededor de las 10:00 de la mañana del Parque del Este, embriagado de emoción y decidido a no volver a casa hasta no ver a Hugo Chávez fuera del palacio de Miraflores. Las pocas pancartas que, en relación con otras marchas opositoras, había esta vez, se referían a eso: “Fuera, diablo”; “Chávez, ríndete como el 4-F”; “Chávez: desde hoy pasas a formar parte de los 4 millones de venezolanos que no tienen empleo”; “Chávez, vete pa’ Cuba”; “Chávez, estás despedido”; “Chávez, verrugón...”; “Chávez...” También, indefectiblemente, los discursos de quienes se pararon sobre la gran tarima instalada frente al edificio de Pdvsa en Chuao. Orlando Urdaneta y Rolando Salazar, que esta vez imitó a Chávez “renunciando”, y Guaicaipuro Lameda —uniformado—, Carlos Ortega y Pedro Carmona Estanga, que anunciaron que en ese momento, justo antes del mediodía, se terminaba el tiempo del diálogo. (“La lluvia de papelillos se transmutó en gas y perdigones”, *EN*, 12/04/2002).

Após sua chegada na sede da PDVSA no bairro Chuao, a marcha foi convocada por seus dirigentes para se deslocar até o palácio presidencial. Esta mudança era prevista pelos apoiadores do governo, que já se concentravam em frente ao palácio e, a partir do anúncio do deslocamento da marcha opositora, líderes do bloco bolivariano convocaram seus apoiadores a defender o Palácio Presidencial.

Quando a marcha opositora chega ao centro da cidade, diversos manifestantes de ambas as concentrações são alvejados por franco-atiradores. A partir destes acontecimentos, a consigna “Chávez assassino” ganhou os setores da oposição e passou a ser promovida pelos meios de comunicação audiovisuais de maneira constante. Para justificar esta posição, um vídeo com militantes bolivarianos atirando desde uma ponte sobre a Avenida Baralt (Puente Llaguno) seria profusamente utilizado¹⁸.

Pouco antes da ocorrência das primeiras mortes, onze altos oficiais das Forças Armadas, encabeçados por Héctor Ramírez Pérez, se preparavam para desconhecer a autoridade do presidente Chávez, sendo o sinal que seu apoio nos quartéis estava ameaçado. Desde o final da tarde até a madrugada do dia 12 produziram-se negociações entre o governo e os oficiais rebelados. Frente às diversas opções colocadas, Chávez opta por se entregar em Fuerte Tiúna, principal guarnição militar da

¹⁸ Em seu documentário “*Puente Llaguno: las claves de una masacre*”, Angel Palácios demonstra de forma até hoje não refutada que os disparos desde a ponte não eram contra a marcha opositora e sim contra a Polícia Metropolitana. No áudio da filmagem se escuta o discurso em cadeia nacional de Chávez o que permite precisar a hora exata no qual foram efetuados os disparos. A partir de evidências presentes nos vídeos que captaram as mortes (os relógios das pessoas) o documentalista determina a hora exata do último manifestante atingido. Entre este último evento e os disparos desde a Ponte Llaguno há uma diferença de quase uma hora (PALACIOS, 2003).

capital, colocando-se na condição de presidente-prisioneiro, sem renunciar (MARINGONI, 2009; GARCÍA PONCE, 2002).

Apesar disto, a renúncia de Chávez foi veiculada pelos setores golpistas e no próprio dia 12, um novo governo encabeçado por um dos mais proeminentes líderes da oposição, o presidente da Fedecámaras, Pedro Carmona, assume a condução do país.

O primeiro e único decreto do governo de Pedro Carmona, emitido neste dia, caracterizou-se por um autoritarismo jurídico pouco visto de maneira tão explícita inclusive em outros governos ditatoriais. Nele são suspensos de seus cargos todos os deputados da Assembléia Nacional bem como

se destituyen de sus cargos ilegítimamente ocupados el presidente y demás magistrados del Tribunal Supremo de Justicia, así como el Fiscal General de la Republica, al Contralor General de la Republica, al Defensor del Pueblo y a los miembros del Consejo Nacional Electoral (ACTA DE CONSTITUCIÓN DEL GOBIERNO DE TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA Y UNIDAD NACIONAL. *Artigo 8º*).

As leis habilitantes promulgadas em novembro de 2001 foram revogadas e o presidente assumiu plenos poderes para destituir e nomear qualquer funcionário público.

El Presidente de la República en Consejo de Ministros podrá renovar y designar transitoriamente a los titulares de los poderes públicos, nacionales, estatales y municipales para asegurar la institucionalidad democrática y el adecuado funcionamiento del Estado de Derecho; así como los representantes de Venezuela ante los parlamentos andinos latino-americanos (ACTA DE CONSTITUCIÓN DEL GOBIERNO DE TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA Y UNIDAD NACIONAL. *Artigo 7º*).

O primeiro decreto do novo governo caracterizava-se pela abrangência das medidas que, em um único documento, removiam os principais representantes dos poderes públicos do país. Para assegurar a construção do novo regime desenhado neste decreto seriam fundamentais medidas repressivas em distintos níveis, desde manifestações de ruas até repressões mais seletivas sobre lideranças populares e ministros do governo.

Mesmo não tendo nomeado boa parte do seu gabinete, o novo governo nomeou novamente Guaicaipuro Lameda como presidente da PDVSA e restituiu os gerentes despedidos. Os porta-vozes dos gerentes da PDVSA afirmaram que as

operações seriam normalizadas, priorizando o abastecimento do mercado interno. Juan Fernández acrescentou ainda: “*No vamos a enviar un solo barril de petróleo más a Cuba*” (“Se normalizan operaciones en Pdvs”, *EN*, 13/04/2002).

Desde o dia 12 de abril, diversas manifestações de rua ocorreram contra o novo regime, exigindo a volta do presidente eleito. A dúvida sobre a renúncia do presidente, o impacto das repetidas acusações sobre a responsabilidade do chavismo nas mortes do dia anterior eram elementos que contribuíam para a confusão.

As primeiras manifestações contra o novo regime começaram a acontecer nas primeiras horas da noite do dia 12, concentrando-se principalmente nos bairros populares, sendo reprimidas pela Polícia Metropolitana. Como seria uma constante ao longo destes dias, os meios de comunicação de massa, com exceção de alguns jornais, não divulgaram a ocorrência de tais manifestações¹⁹. Cabe destacar que esta repressão foi efetuada pelos órgãos policiais, sobretudo pela polícia vinculada à Prefeitura de Caracas (Distrito Capital), não havendo atuação das Forças Armadas neste episódio.

Junto com esta repressão massiva, segundo o Informe da Defensoria do Povo, verificou-se a ocorrência, desde as primeiras horas do novo regime, de uma repressão seletiva. Conforme afirma o Informe: “*Desde la madrugada del 12 de abril, distintos cuerpos de seguridad practicaron allanamientos y detenciones de funcionarios del gobierno derrocado, ciudadanos afectos al gobierno y medios de comunicación comunitarios*” (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2002).

A matriz de opinião que sustentou o golpe foi a imagem de militantes chavistas disparando associadas a imagens dos mortos na manifestação de oposição. Assim, os meios de comunicação, articulados com o golpe, difundem de forma permanente em todos os grandes canais privados (RCTV, Globovisión, Venevisión) que os militantes dos círculos bolivarianos, seguindo ordens expressas do presidente Chávez, haviam disparado contra uma manifestação pacífica da oposição.

Tal matriz foi utilizada tanto para consumir o golpe quanto para justificar a repressão no dia seguinte aos militantes chavistas. Tomando como pretexto a busca dos “assassinos” e seus mandantes, tanto altos funcionários do governo quanto

¹⁹ “En horas de la noche, se iniciaron protestas contra el gobierno de facto en distintas zonas del área metropolitana de Caracas y otras ciudades del interior del país, las cuales fueron reprimidas por las fuerzas de seguridad, y no tuvieron cobertura en los medios de comunicación masiva” (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2002).

militantes chavistas tiveram suas casas invadidas na busca pelas armas dos círculos bolivarianos.

O novo regime não se sustentaria por muito tempo. Para isto necessitaria que as Forças Armadas se somassem à repressão. Um dos componentes decisivos da insurreição de 13 de abril foi a mobilização popular ao redor de várias guarnições militares do país, exigindo ver Chávez e a sua restituição à presidência. Durante a madrugada do dia 14, Chávez já estava de volta ao Palácio de Miraflores.

Em sua primeira alocução presidencial após a volta ao governo, Hugo Chávez fez um chamado à calma e à reflexão para todos os setores envolvidos nos acontecimentos das últimas horas. Defendeu a Constituição como um marco no qual todos deveriam se manter e o papel imprescindível para o retorno da legalidade da ação do povo e das Forças Armadas.

Este pueblo, ha quedado una vez más demostrado -glorioso pueblo el de Bolívar-, ahí está para los que dudaban, si es verdad que durante muchos años lo engañaron, si es verdad que durante muchos años lo manipularon, si es verdad que durante muchos años a veces lo llevaron como un borrego, ha quedado demostrado que ciertamente despertó como conciencia de su propia fuerza y se ha convertido en actor histórico que construye un nuevo camino. (CHÁVEZ, 2006, p. 746).

A única medida anunciada pelo presidente foram mudanças na PDVSA:

Por otra parte voy anunciar algo que no me dejaron anunciar, yo lo iba a anunciar ese día y no me dejaron, no hubo tiempo, la situación no lo permitió, pero ese día... ¿Qué día fue, 11? 11. Aquí vino el presidente de Petróleos de Venezuela, Gastón Parra Luzardo, Gastón Parra Luzardo, y me dijo:

—Presidente, para contribuir con la búsqueda de una solución definitiva al problema de PDVSA...

Que no dejamos de reconocerlo como un problema producto de esa transición, esos cambios y errores que se cometen de allá y de acá, y que nos tenía muy preocupados y que sí es un problema real, no es virtual, pero sobre problema real se montó el virtual y la conspiración, que trató de desconocer y de patear a nuestro pueblo y nuestra Constitución. Así que el doctor Gastón Parra me trajo, debe estar allí, yo no siquiera me llevé nada de papeles, se quedaron todos allí, me trajo la renuncia colectiva, una renuncia de toda la Junta Directiva de PDVSA, y yo le acepté la renuncia como se la acepto a todos, para abrir el camino a una recomposición de la Junta Directiva de Petróleos de Venezuela, para fortalecerla y sobre todo para darle la capacidad necesaria para continuar impulsando esta importante empresa petrolera. Así que les hago un llamado a todos los trabajadores de la nómina mayor, de los demás sectores, técnicos

medios y los trabajadores, no se atropellará a nadie, pero hago un llamado a que trabajemos, que depongamos algunas actitudes y nos vamos a trabajar; para producir, para refinar, para exportar, para vender el petróleo y sus derivados y poner en el tope de eficiencia y eficacia esa empresa que es – como hemos dicho – de todos los venezolanos. (CHÁVEZ, 2006, p. 752).

O governo, neste primeiro momento, buscava pactuar com os gerentes mobilizados e sinalizava, na primeira declaração do presidente, com a aceitação da renúncia da Junta Diretiva, uma das principais reivindicações dos gerentes. Nos próximos dias, mantiveram-se as declarações conciliatórias, com o pedido de desculpas em cadeia nacional aos gerentes que haviam sido demitidos (“Chávez admite errores y pide perdón a los gerentes removidos de Pdvsa”, *EN*, 16/04/2002). Além disso, o governo formou uma comissão, liderada pelo presidente da Câmara Venezuelana de Petróleo, Hugo Hernández Rafalli, reunindo os principais líderes dos gerentes mobilizados e os membros da junta diretiva demissionária para dialogar, visando unificar critérios para a nomeação uma nova junta diretiva.

Além disto, Ali Rodríguez, naquele momento secretário-geral da OPEP, foi indicado para presidir a empresa e buscar que esta voltasse à tranqüilidade. Após as negociações, foi nomeada a nova Junta Diretiva. Arnaldo Rodríguez Ochoa e Jorge Kamkoff, membros da direção da empresa anteriores à presidência de Parra Luzardo, seriam os únicos a permanecer em seus cargos. Passariam a compor a Junta Diretiva José Rafael Paz, como vice-presidente, Ludovico Niklas e Nelson Navas, como diretores internos. Paz era o principal representante dos gerentes mobilizados, tendo sido um de seus principais porta-vozes durante o conflito. Como diretores externos tomaram parte na Junta Clara Coro, oriunda do MEM, e Hugo Hernández Rafalli, oriundo da CVP. Além desta nova composição, Rodríguez Araque assumia disposto a reincorporar os gerentes despedidos e afirmando que o tema da meritocracia já estava resolvido.

A Venezuela passou a viver entre marchas e contramarchas, que articulando um conjunto de temas específicos, poderia ser resumida na manutenção ou não de Hugo Chávez no poder. Vale destacar um combate pela memória dos acontecimentos de abril. O bloco opositor, longe de buscar apagar esta jornada do seu discurso, fez deste um de seus eixos. “Proibido olvidar” era a consigna, responsabilizando Chávez e seu governo pelas mortes ocorridas neste dia. O bloco

bolivariano buscava apresentar sua interpretação dos acontecimentos, ressaltando o papel do povo mobilizado e das Forças Armadas na derrubada dos golpistas. Esta situação fez com que em muitos meses ao longo de 2002, uma marcha da oposição no dia 11 fosse seguida por uma marcha em defesa do governo no dia 13.

No período imediatamente anterior ao golpe de abril e durante a paralisação petroleira, a PDVSA esteve no centro do embate político do país. A empresa nunca saíria da cena política, tendo cada uma das ações promovidas do seu interior alcançado uma forte projeção. Este foi o caso da disputa sobre o abastecimento de Cuba. (“Ejecutivos de Pdvsa reúnen firmas en contra del acuerdo con Cuba”, *EN*, 01/08/2002). O processo de organização dos gerentes ampliaria o eco de suas movimentações a partir da criação de associações com este objetivo.

Os gerentes da PDVSA seguiram avançando em seu processo de organização. No início do mês de junho, após uma assembléia de membros das *nominas mayor e ejecutiva* foi decidida a criação de um sindicato deste setor da PDVSA e uma Associação Civil. O sindicato de gerentes, União Nacional de Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, de Hidrocarbonetos e seus Derivados (Unapetrol), não buscava ser um instrumento para a negociação de um acordo coletivo em prol de seus afiliados, concentrando-se em reivindicações de caráter profissional e de funcionamento da empresa (“Hoy presentan el sindicato de profesionales de Pdvsa”, *EN*, 12/06/2002). Se o sindicato visava representar este setor nas suas relações com a empresa e com o Executivo, os gerentes igualmente criaram uma Associação Civil que viria a se chamar Gente Del Petróleo para organizar sua intervenção para o conjunto da sociedade. O gerente de planejamento e gestão financeira da PDVSA, Juan Fernández, um dos principais porta-vozes dos gerentes na mobilização em defesa da meritocracia, seria um dos principais expoentes desta associação. Entre os objetivos anunciados por *Gente Del Petróleo*, *El Nacional* destacou:

-Estimular el progreso y el mejoramiento social, así como la defensa de los derechos de los trabajadores petroleros basados en los principios rectores de meritocracia, equidad, seguridad y alta competitividad.

-Impedir las partidización dentro de la asociación, así como en Pdvsa y en sus filiales y contribuir a fortalecer el profesionalismo de otras instituciones venezolanas.

-Promover la responsabilidad social de sus miembros y asociados mediante la integración con otras asociaciones civiles en asuntos comunes de interés público, en el marco de un proyecto de país que

permita fortalecer la democracia (“Trabajadores de nómina mayor crearon asociación civil en Pdvsa”, *EN*, 13/06/2002).

Estes objetivos seriam concretizados alguns dias depois quando seus representantes tomaram parte ativa na mobilização promovida pelas diversas organizações do bloco opositor.

La oposición no le dará tregua al Presidente hasta que salga del poder. Cada uno de los partidos políticos que adversan al Gobierno, junto con 30 organizaciones de la sociedad civil, congregados en lo que llamaron la Asamblea de Ciudadanos de la Plaza Bolívar, acordó declararse en desobediencia civil y desconocer un régimen autoritario sobre la base del artículo 350 de la Constitución y convocar para el próximo 11 de julio una nueva asamblea, que marchará hasta Miraflores para exigir la dimisión del jefe del Estado (“Sociedad civil y partidos políticos llaman a la desobediencia”, *EN*, 16/06/2002).

Ao longo do ano de 2002, a disputa hegemônica atravessaria a Venezuela, expressando-se nos mais variados espaços. Destaca-se a disputa nos tribunais sobre a existência ou não de um golpe de estado em abril, resolvida em 14 de agosto de 2002 exonerando de responsabilidade penal por delito de rebelião militar os oficiais que promoveram o golpe em abril (LÓPEZ-MAYA; MEDINA, 2003).

6. *Paro Petrolero*

Em outubro, a confrontação política atingiria outro patamar a partir de uma nova paralisação nacional de 12 horas promovida pelo bloco opositor. No dia seguinte, 22 de outubro, um grupo de quatorze oficiais ocupou a Praça Francia, localizada na zona mais abastada de Caracas, e se declararam em “desobediência legítima”. Este “território liberado” se transformaria no ponto de referência para as mobilizações contra o governo e a ele ainda se somariam mais oficiais sublevados.

Durante este período o bloco opositor defendia a saída imediata do de Hugo Chávez e que fossem celebradas novas eleições, sendo esta a principal reivindicação nos diversos cenários de disputa. Se a Constituição de 1999 contemplava a figura do referendo revogatório de mandatos de todos os cargos de eleição popular, este tipo de referendo só poderia ser feito na segunda metade do mandato. Para contornar este empecilho legal, o bloco opositor buscou apoiar sua reivindicação na figura do referendo consultivo.

Em dezembro, uma nova paralisação seria promovida pelo bloco opositor. Desta vez o setor petrolero se somaria com força e pela duração da paralisação este episódio seria conhecido como *Paro Petrolero*. Neste contexto, sempre os porta-vozes da mobilização apelaram para a intervenção das Forças Armadas para solucionar a seu favor o conflito. Entretanto, ao contrário do que acontecera em abril, estas se mantiveram coesas na defesa da institucionalidade. Se na PDVSA a ação do governo foi marcada por um recuo frente aos gerentes mobilizados, nas Forças Armadas o governo teve condições de retirar delas os elementos golpistas, fortalecendo seu apoio nesta instituição.

Para além das empresas que aderiram à paralisação à medida que o combustível escasseava, as demais atividades do país se viram afetadas. Neste contexto, a mobilização conjunto dos movimentos populares, trabalhadores e Forças Armadas, permitiu a derrota desta nova investida do bloco opositor. Como destacam Maria Victoria Canino e Hebe Vessuri em seu estudo de caso sobre a refinaria de Puerto La Cruz (2004), a atuação dos trabalhadores (*nómina contractual*) foi decisiva para retomar o controle operativo da indústria petrolera.

Vale destacar que, ao contrário de abril, a vitória do governo se estendeu à PDVSA. A entrada da gerência em peso na mobilização colocou neste período uma situação limite no qual o caminho da negociação, tentado em abril, se mostrou inviável. Assim, após diversos chamados para que todos os empregados da PDVSA voltassem às atividades o governo iniciou demissões massivas, mais de 18 mil, atingindo assim a maior parte dos escalões altos e médios da empresa (LANDER, 2004).

A partir desta situação, o governo passaria a ter o controle sobre a PDVSA. Ilustra bem esta situação o fato do Ministério de Energia e Minas (MEM) ser transferido para a sede da PDVSA e, após a saída de Alí Rodríguez, o novo presidente da empresa, Rafael Ramirez, passar a acumular este cargo com o de titular do MEM.

Neste terceiro capítulo buscamos a partir da análise da legislação sobre hidrocarbonetos do período compreender as mudanças propostas pelo Executivo bolivariano e como estas se relacionam com sua estratégia de retomada do nacionalismo petrolero. A análise das manifestações dos principais representantes dos blocos em disputa permitiu a identificação de estratégias contrapostas em relação ao controle do

petróleo. A definição de qual delas prevaleceria seria decidido no marco da aguda confrontação vivida pela Venezuela nestes anos.

Durante este período a questão petroleira é atravessada por distintas polarizações: estratégia volumétrica x estratégia de preços, defesa ou rechaço à LOH, “meritocracia” x “politização” da PDVSA. Estes diversos campos de disputa representam a manifestação conjuntural de uma contradição mais fundamental, entre duas lógicas para a indústria petroleira, duas estratégias de controle do petróleo: por um lado, a maximização da renda petroleira e, por outro, a acumulação de capital no setor. Duas estratégias que são sustentadas e articulam dois blocos de poder distintos.

O desenlace deste período de confrontação demonstrou a impossibilidade de conciliação entre o governo e os principais promotores na Venezuela da estratégia de liberalização do petróleo: os gerentes da PDVSA. Sua decisão de levar a paralisação petroleira até o fim, trazendo perdas para o país calculadas em 14 bilhões de dólares, demonstra a combatividade com a qual esta disputa foi travada.

A partir da retomada das operações da PDVSA em março de 2003, a correlação de forças se modificou, fazendo pender a balança claramente para o governo. Após perder suas principais posições de forças no seio das Forças Armadas, a oposição perdia agora o controle da gerência da PDVSA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação, a Venezuela contemporânea foi problematizada a partir de sua relação com o petróleo. Questão permanente na história do país ao longo do século XX, esta seria colocada de forma contundente nos primeiros anos do novo século.

O projeto nacional hegemônico na Venezuela ao longo de boa parte do século XX estava assentado na busca pela maximização da renda petroleira através dos avanços da consolidação de um regime petroleiro voltado para esta finalidade. Partindo de um regime petroleiro público liberal, progressivamente foi se fortalecendo no país um regime petroleiro público proprietário, no qual o caráter público das reservas não estaria voltado para otimizar o acesso do capital, mas sim para nacionalizar a renda da terra.

Ampliar a capacidade de captação da renda petroleira passava pela consolidação de uma base social e política para sustentar esta estratégia. Estabeleceu-se uma sinergia entre o regime petroleiro e o regime político. O fortalecimento do caráter proprietário do primeiro permitia uma consolidação do regime político, e vice-versa.

A renda petroleira se constitui em um ingrediente imprescindível para a hegemonia, construindo as condições materiais para incorporar demandas de distintos setores sociais e promover um horizonte comum de bem-estar para todos. A condição de proprietário de uma riqueza natural escassa e da qual o mundo se tornava cada vez mais dependente era apresentada como a garantia de um futuro de prosperidade para todos.

Entretanto, o fracasso do projeto de desenvolvimento sustentado na renda petroleira e a nova conjuntura internacional jogaram o país em uma crise profunda. O cenário internacional, tão favorável durante a década de 1970, se modificava e com a crise da dívida e a queda dos preços do petróleo a situação de abundância vivida pelo país se transformava em escassez, traduzindo-se em uma diminuição da arrecadação fiscal. O *Caracazo*, em 1989, é o marco da crise de hegemonia pela qual passava o país, por expressar a contradição entre as políticas neoliberais implementadas pelo governo e as expectativas da maioria da população venezuelana. O regime político de *Punto Fijo* estava sustentado na renda petroleira, promovendo um horizonte de conciliação entre os

diversos setores sociais do país. A crise fiscal atravessada pelo governo corroeu as bases materiais deste regime.

Em meio à crise, a formulação da política petroleira venezuelana se deslocou cada vez mais para a gerência da PDVSA, passando a centrar-se na liberalização do regime petroleiro. A partir deste momento, a estratégia de maximização da renda petroleira perde força frente à busca pela acumulação transnacionalizada de capital no setor petroleiro. Esta última estratégia se expressou principalmente no programa de compra de refinarias nos países consumidores de petróleo por parte de PDVSA, o programa de Internacionalização, e igualmente na Abertura do setor petroleiro venezuelano para a volta das companhias transnacionais.

Através deste processo de liberalização, o principal laço que unia o setor petroleiro ao conjunto do país, a renda petroleira, minguava, contribuindo para o agravamento das condições de vida da maioria da população.

O surgimento do movimento bolivariano e sua transformação de movimento militar clandestino a movimento de massas constituem-se em um contraponto à situação vivida pelo país. Recuperando elementos de uma hegemonia em crise, o bolivarianismo consegue rearticular um bloco social e político para voltar a promover a estratégia do nacionalismo petroleiro.

A vitória do Pólo Patriótico nas eleições de 1998 representou imediatamente um freio à política petroleira neoliberal, conduzindo ao Executivo um projeto voltado para ampliação da arrecadação fiscal petroleira. Para atingir este objetivo, as medidas que ao longo do século XX caracterizaram o nacionalismo petroleiro são retomadas: fortalecimento da OPEP, política de aumento dos preços e não dos volumes, aumento da arrecadação fiscal petroleira. Desde este primeiro momento, a Abertura Petroleira é freada.

A Lei de Hidrocarbonetos representa um novo passo do Executivo para ampliar a arrecadação fiscal, marcando o momento a partir do qual o governo busca modificar o controle do petróleo.

A partir da análise da intervenção dos porta-vozes dos dois blocos em disputa fica claro que nas diversas controvérsias nos quais estes se envolvem estão sendo apresentadas duas estratégias frente ao petróleo: uma centrada na acumulação transnacionalizada de capital no setor petroleiro e outra cujo eixo é maximização da

renda petroleira. Estratégias que beneficiavam diferentes setores sociais e as quais estava, articuladas a diferentes projetos de poder, violentamente enfrentados durante este período.

Muito da política petroleira do governo bolivariano representou um retorno às diretrizes seguidas pelo governo venezuelano ao longo do século XX. A diferença, entretanto, é que esta retomada do nacionalismo petroleiro é promovida por um bloco popular apesar e contra os principais setores da burguesia. As políticas levadas a cabo antes da ascensão do governo bolivariano e a reação destes setores à retomada do nacionalismo petroleiro demonstram a existência de profundas transformações nos setores dominantes. Frente à transnacionalização dos interesses da burguesia venezuelana, a retomada do nacionalismo petroleiro não se realiza enquanto conciliação entre classes, unidas pela sua condição comum de proprietárias de uma riqueza natural, mas sim pelo acirramento de sua polarização.

Esta polarização esteve particularmente evidente durante o período por nós analisado, os anos de 2001 a 2003, tendo no golpe de 11 de abril e na paralisação petroleiro seu ponto culminante. A derrota da paralisação petroleira nos primeiros meses de 2003 é um marco para o restabelecimento de um regime público e proprietário do petróleo cuja exploração está voltada para maximização da renda petroleira captada pelo Estado. Esta vitória permite a consolidação do projeto bolivariano, sustentado em uma arrecadação fiscal crescente.

O período mais crítico de disputa hegemônica é encerrado com a vitória do bloco bolivariano no Referendo Revogatório em 2004. A partir desta consolidação começa a se desenhar um horizonte mais radical de transformação. Marco desta nova etapa é o chamado, no ano de 2005, de Hugo Chávez a construir o socialismo do século XXI.

Para finalizar, neste trabalho nos centramos na disputa pela captação da renda petroleira pouco abordando a questão dos mecanismos de sua distribuição. Durante o período estudado era justamente o aspecto da captação que estava em disputa, porém a partir do ano de 2003 a questão da distribuição e circulação de uma crescente renda petroleira no país passa a se tornar um aspecto absolutamente crucial.

Sobre esta questão destacamos que o aumento da renda petroleira se expressa igualmente em um incremento sustentado dos investimentos sociais,

traduzindo-se em uma melhoria das condições de vida da maioria da população da Venezuela. Porém, e este aspecto é pouco estudado, para além das alocações de recursos promovidas pelo governo, quais outros mecanismos determinam a circulação da renda petroleira?

Se a renda petroleira aumenta durante este período, fica a questão: qual será o destino da renda petroleira nesta nova *siembra* cujo horizonte é o socialismo do século XXI? Como a experiência anterior de abundância de recursos e de fracasso do desenvolvimentismo vem sendo pensada pelo projeto bolivariano? O que distinguiria a nova distribuição popular da renda petroleira das muitas *siembras petroleras* na Venezuela ao longo do século XX? Estas e outras questões surgem a partir da investigação realizada, abrindo caminho para novas indagações.

BIBLIOGRAFIA

- AL-SHEREIDAH, Mazhar (2006). "La dimensión imaginaria en la nacionalización petrolera". *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 12, n. 1. Caracas: FACES-UCV.
- ALTMAN, Werner (2002). *México e Cuba: Revolução, Nacionalismo, Política Externa*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- AMIN, Samir (1981). *Classes e Nação: na história e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes Editores.
- AMORIM NETO, Octavio (2005). "De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira". *Opinião Pública*, Vol. VIII, nº2, Campinas.
- ANDERSON, Perry (1981). *Las Antinomias de Antonio Gramsci: Estado y Revolución en Occidente*. Barcelona: Editorial Fontamara.
- ANDERSON, Perry (2004). *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense.
- ANGEL, Allan (1997). "La izquierda en América Latina desde c. 1920". In: BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina*, v. 12. Barcelona: Crítica.
- AROSTEGUI, Julio. *La Historia Viva. Sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza, 2004.
- ARZOLA CASTELLANOS, Agustín (2005). *La desaparición forzada en Venezuela (1960-69)*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos.
- BAPTISTA, Asdrúbal; MOMMER, Bernard (1987): *El petróleo en el Pensamiento Económico Venezolano - Un Ensayo*. Caracas: Ediciones IESA.
- BOUÉ, Juan Carlos (2002). "El programa de internacionalización en Pdvsa: ¿Triunfo estratégico o desastre fiscal?" In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol 8, Nro. 2, FACES.
- CANINO, María Victoria; VESSURI, Hebe (2005). "Rebelión de saberes. Los operadores en la refinería de Puerto la Cruz". *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 11 n.1, FACES.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor (1983). *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal.
- CHAUVEAU, Agnès e TETART, Philippe (org.) (1999). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc.
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (1999). *Discursos fundamentales. Ideología y acción política*. Caracas, Foro Bolivariano de Nuestra América, Vol. 1.
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (2003) *El golpe fascista contra Venezuela: "aquí está en juego la vida de la patria"*. La Habana: Plaza.
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (2005). *Foro Social Mundial: El Sur, Norte de Nuestros Pueblos*.

- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo Rafael (2007). "Agenda Alternativa Bolivariana". In: *Senderos de la vía bolivariana. Cuatro documentos esenciales*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.
- COLMENAREZ, Elio (1989). *La insurrección de febrero – una análisis para la lucha revolucionaria*. Caracas: Ediciones La Chispa.
- CORONIL, Fernando (2002). *El estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela / Editorial Nueva Sociedad, Caracas.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1981). *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM.
- D'ELIA, Yolanda (coord.) (2006). *Las Misiones Sociales en Venezuela: una aproximación a su comprensión y análisis*. Caracas: ILDIS.
- DENIS, Roland (2001). *Los fabricantes de la rebelión: movimiento popular, chavismo y sociedad en los años noventa*. Caracas: Editorial Primera Línea e Editorial Nuevo Sur.
- DENIS, Roland (2004). *Rebelión en proceso: dilemas del movimiento popular luego de la rebelión del 13 de abril*. Caracas: Ediciones Nuestra América Rebelde.
- DOMINGO, Carlos (coord.) (1999). *Renta petrolera y políticas distribucionistas: análisis histórico del caso Venezuela*. Documento do Grupo Interdisciplinario de Estudio sobre Venezuela da Universidad de Los Andes. Mérida.
- DOMINGO, Carlos, FARGIER, María E., MORA Jesús, ROJAS, Andrés, TONELLA, Giorgio (1994), "Viejos y nuevos modelos de Venezuela", *Revista Economía*, n. 9.
- ELLNER, Steve (2003). "El sindicalismo frente al desafío del chavismo". In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.
- ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (2003). *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.
- FONTES, Virgínia (2005). *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto.
- FRANK, André Gunder (1971). *Lumpen-burguesia, lumpen-desenvolvimento*. Porto: Portucalense Editora.
- FRENCH-DAVIS, Ricardo [et. al]. "Las economías latinoamericanas". In: BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina*, v. 11. Barcelona: Crítica, 1997.
- FURTADO, Celso (2008). *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado. Arquivo Celso Furtado, vol. 1.
- GARCÍA PONCE, Guillermo. *El golpe de estado del 11 de abril*. Caracas: Comando Político de la Revolución.
- GARRIDO, Alberto (2000). *De la guerrilla al militarismo. Revelaciones del Comandante Arias Cárdenas*. Mérida: Edição do autor
- GOTT, Richard (2002). *A la sombra del libertador. Hugo Chávez Frías y la transformación de Venezuela*. Caracas: Imprenta Nacional.

- GRAMSCI, Antonio (1980). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KLARE, Michael (2002). “Petropolítica global: implicaciones del Plan Energético de Bush en el extranjero”. *La Jornada*, 12/04/2002, México.
- LACABANA, Miguel (2006). “Petróleo y hegemonía en Venezuela: la construcción de un proyecto nacional democrático-popular en el siglo XXI”. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (comp.) *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO.
- LACLAU, Ernesto (1979). *Política e Ideología Na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LANDER, Luis (ed.) (2003). Poder y petróleo en Venezuela. Caracas: FACES, UCV – PDVSA.
- LANDER, Luis E. (1997). *Apertura petrolera en Venezuela: de la nacionalización a la privatización*. XX Congreso Internacional de LASA. México.
- LANDER, Luis E. (2002). “La reforma petrolera del gobierno de Chávez”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol 8, Nro. 2, FACES.
- LANDER, Luis E. (2004). “La insurrección de los gerentes: PDVSA y el gobierno de Chávez”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Vol 10 , Nº 2, FACES.
- LANDER, Luis E. (2006). “Presentación: a treinta años de la nacionalización el debate continúa”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 12 , nº 1, FACES.
- LANDER, Luis E. e LÓPEZ MAYA, Margarita (2001). “Ajustes, costos sociales y la agenda de los pobres en Venezuela: 1984-1998”. In: SADER, Emir (org.). *El ajuste estructural en America Latina. Costos sociales y alternativas*. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires: CLACSO.
- LANDER, Luis E. e LÓPEZ MAYA, Margarita (2006). “Novedades y continuidades de la protesta popular en Venezuela”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* Caracas, Vol 12 , Nº 1, FACES.
- LANDER, Luis E.; LÓPEZ MAYA, Margarita (2002). “Venezuela, golpe y petróleo”, *Observatorio Social de América Latina*.
- LÓPEZ-MAYA, Margarita (2005). *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil.
- LÓPEZ-MAYA, Margarita; MEDINA, Medófilo (2003). *Venezuela: confrontación social y polarización política*. Bogotá: Aurora.
- LÓPEZ-MAYA; Margarita. “Venezuela”. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (coord.) (2006) *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.
- LÓPEZ-MAYA; Margarita; LANDER, Luis E. (2008). “Venezuela: protesta popular y lucha hegemónica reciente”. LÓPEZ-MAYA, Margarita; IÑIGO CARRERA, Nicolás; CALVEIRO, Pilar (eds.). *Luchas contrahegemónicas y*

- cambios políticos recientes de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- MALAVÉ MATA, Hector (2000). *El petróleo, el Bolívar y el fisco*. Caracas: Monte Ávila.
- MARINGONI, Gilberto (2004). *A Venezuela que se inventa: petróleo, poder e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- MARINGONI, Gilberto (2009). *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP.
- MÁRQUEZ, Patricia (2003) “¿Por qué la gente votó por Hugo Chávez?” In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.
- MARX, Karl (1975). *El Capital. Tomo III. Sécción Sexta – Como se convierte la ganancia en renta del suelo*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 573-753.
- MARX, Karl (1999). *Marx. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Nova Cultural, p. 189-254.
- MAYORBE, Eduardo (2005). *Juan Pablo Pérez Alfonzo*. Caracas: El Nacional.
- MAZA ZAVALA, Domingo Felipe (1990). “História de meio século na Venezuela: 1926-1975”. In: *América Latina : história de meio século*. Brasília : Ed. da UnB
- MENDOZA POTELLÁ, Carlos (2008). “Presentación”. *Juan Pablo Pérez Alfonzo, ¿profecías cumplidas?* Suplemento de la Revista BCV, v. XXII, n° 1. Caracas.
- MENDOZA POTELLÁ, Carlos (2006) “Vigencia del Nacionalismo Petrolero”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* 2001, Caracas, v. 12, n. 1, FACES.
- MIERES, Francisco (org.) (2003). *PDVSA y el golpe*. Caracas, Editorial Fuentes SRL.
- MOMMER, Bernard (1988). *La Cuestión Petrolera*. Caracas: Tropycos.
- MOMMER, Bernard (2001). “Venezuela, política y petróleos”. VALECILLOS, Héctor; BELLO, Omar (org.). *La economía contemporánea de Venezuela*. Caracas: BCV.
- MOMMER, Bernard (2002) “Venezuela: Un nuevo marco legal e institucional petrolero”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 8, Nro. 2, FACES.
- MOMMER, Bernard (2002) “Venezuela: Un nuevo marco legal e institucional petrolero”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 8, Nro. 2, FACES.
- MOMMER, Bernard (2003a) “Petróleo subversivo”. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad.
- MOMMER, Bernard (2003b): *Petróleo Global y Estado Nacional*. Caracas: Comala.com.

- MORA CONTRERAS, Jesús (2002). “El derecho de propiedad de los hidrocarburos en Venezuela: origen y tradición legal”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol 8, Nro. 2, FACES.
- PADRÓS, Enrique Serra. “Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 190-223, jan./dez. 2004.
- PARKER, Dick (2001). “El chavismo: populismo radical y potencial revolucionario”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 7 n.1, FACES.
- PARKER, Dick (2003) “¿Representa Chávez una alternativa al neoliberalismo?” *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 9 n.3, FACES.
- PARKER, Dick (2008). “Chávez y la búsqueda de una seguridad y soberanía alimentarias”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v.14 n.3. Caracas: FACES-UCV
- PARRA LUZARDO, Gastón (2001). “Análisis de actividad petrolera en el lapso 1994-1998”. VALECILLOS, Héctor; BELLO, Omar (org.). *La economía contemporánea de Venezuela*. Caracas: BCV.
- PDVSA (2000). *La OPEP: logros y retos*. Caracas: Ediciones Divulgativas.
- PÉREZ ALFONZO, Juan Pablo (1961). *Petróleo, jugo de la tierra*. Caracas: Arte.
- PÉREZ ALFONZO, Juan Pablo (1967). *El pentágono petrolero: la política nacionalista de defensa y conservación del petróleo*. Caracas: Revista Política.
- PÉREZ ALFONZO, Juan Pablo (1976). *Hundiéndonos en el excremento del diablo*. Caracas: Lisboa.
- POULANTZAS, Nicos (1976). *A crise das ditaduras – Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- POULANTZAS, Nicos (2000). *O Estado, o Poder, o Socialismo*. São Paulo: Graal.
- RABY, D. L. (1999). “El discurso revolucionario en el primer año del triunfo de la Revolución Cubana”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 5, n. 2-3.
- REY, Juan Carlos (1991). “La Democracia Venezolana y la Crisis del Sistema Populista de Conciliación”. *Revista de Estudios Políticos*, 74, pp. 533-578.
- RODRIGUEZ ARAQUE, Ali (2002) “La reforma petrolera venezolana de 2001”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol 8, Nro. 2, FACES, Caracas, VE.
- RODRÍGUEZ, Policarpo A. (2006). *Petróleo en Venezuela ayer, hoy y mañana. Cinco décadas de historia económica venezolana*. Caracas: El Nacional.
- ROLLAND, Denis. “Internet e história do tempo presente”. *Tempo*, nº 16, Rio de Janeiro, 2004.
- SABIDO MENDÉZ, Arcadio (2005). “Sobre el concepto de hegemonía”. *Gramsci e o Brasil* (<http://www.gramsci.org/>).

- SILVA CALDERÓN, Álvaro (2006). “La Trayectoria de la nacionalización petrolera”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Vol 12 , Nº 1 . FACES.
- SKIDMORE, Thomar E.; SMITH, Meter H. (1996). *História Contemporânea da América Latina: América Latina em el siglo XX*. Barcelona: Crítica, 1996.
- SONNTAG, Heinz e GÓMEZ, Luis (1985). “A Venezuela como exportadora de petróleo”. In: CARDOSO, Fernando Henrique (org). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- SOTELO VALENCIA, Adrián (2005). *América Latina: de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XXI*. México, UNAM/Plaza y Valdés/Universidad Obrera de México.
- TWAITES REY, Mabel (1994). “La noción gramsciana de hegemonía en el convulsionado fin de siglo. Acerca de las bases materiales del consenso”. In: LOGIÚDICE, Edgardo; FERREYRA, Leandro. *Gramsci mirando al sur*. Buenos Aires: Ediciones Kohen y Asociados Internacional.
- VERDERY, Katherine. “Para onde vão a ‘nação’ e o ‘nacionalismo’?”. BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- VILAS, Carlos M. (2004). “¿Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del ‘neopopulismo’ latinoamericano”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 22. Curitiba.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (2002). *Dez anos que abalaram o século XX: da crise do socialismo à guerra ao terrorismo*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- WILPERT, Gregory (2009). *Venezuela hacia el Socialismo del siglo XXI. Las políticas de la presidencia de Hugo Chávez 1999-2006*.
- YERGIN, Daniel (2008). *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money & Power*. Nova Iorque: Free Press.

FONTES

Jornais:

El Nacional (EN)

El Universal (EU)

Últimas Noticias (ÚN)

Documentos oficiais:

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (1999) *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Caracas, Imprenta Nacional.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (2001) *Ley Orgánica de Hidrocarburos*. Caracas, Imprenta Nacional.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO (2002). Sucesos de Abril de 2002-Informe Preliminar. Caracas, <http://www.defensoria.gob.ve/lista.asp?sec=1401>

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (2003). *Annual Statistical Bulletin*. Viena: OPEC.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (2005). *Annual Statistical Bulletin*. Viena: OPEC.

MINISTERIO DE ENERGÍA Y MINAS (2006). *PODE - Petróleo y otros datos estadísticos*. Caracas: MEM.

Documentários:

PALÁCIOS, Angel (2003). *Puente llaguno: las claves de una masacre*. Caracas: Panafilms.